AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 941 - Quarta-Feira 24 De Março de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Água Boa

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Alto Boa Vista – MT, 08/03/2010.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna público o EXTRATO DO CONTRATO Nº19, de 08/03/2010, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: NILCE DORNELES MONTIEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO UM CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR 16.000 (DESESSEIS MIL) LITROS DE AGUA POTAVEL
DO VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

DO PRAZO: 10 (dez) meses

DOS RECURSOS
03 – Secretaria Geral
07– Depto. Municipal de Saúde
2039 – Manutenção de rede de distribuição de água
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

DATA: 08/03/2010

ASSINAM: Aldecides Milhomem de Cirqueira – Prefeito Municipal e Nilce Dorneles Montiel contratado.

ALDECIDES MILHOMEM DE CIRQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Alto Boa Vista – MT, 08/03/2010.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna público o EXTRATO DO CONTRATO Nº 18, de 08/03/2010, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: SERGIO APARECIDO GONÇALVES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE UM TRATOR COM CARRETA PARA TRANPORTAR O LIXO DA CIDADE.
DO VALOR: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

DO PRAZO: 10 (dez) meses

DOS RECURSOS
DATA: 08/03/2010
06– Depto de obras, transporte e serviços urbanos
2026 – manutenção e enc. Com limpeza publica
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

ASSINAM: Aldecides Milhomem de Cirqueira – Prefeito Municipal e Sergio Aparecido Gonçalves contratado.

ALDECIDES MILHOMEM DE CIRQUEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2010

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através da Comissão Permanente de Licitação/Pregão, localizada na sede da Prefeitura Rua Tiradentes, 40, centro, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **06/04/2010** ***às*** **13:30** ***horas***, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por Item", cujo objetivo é: **Aquisição de 01 Trator Agrícola sobre rodas, 4x4, 75 a 80 cv, 01 Colhedora de forragens (ensiladeira), 01 grade aradora de controle remoto, 01 carreta agrícola com 02 eixos e 01 grade niveladora com controle remoto, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Alto Paraguai - MT, conforme especificações completas constantes no anexo I.** Conforme Decreto Municipal 004/2009 e Lei 10.520/2002 e Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores. O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai , setor de licitação/pregão em horário comercial das 08:00 as 12:00 e 14:00 as 17:00, ou deve ser solicitado por e-mail: prefaltoparaguai@ibest.com.br, ou pelo telefone (65) 3396-1468 ou (65) 3396-1607.

Alto *Paraguai - MT, 22 de Março de 2010.*

LAURO JOSNEY CORRÊA
PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Apiacás

RESOLUÇÃO Nº. 061/2010.

EMENTA: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE VIGIA, PARA A SUBSTITUIÇÃO DE SERVUDOR EFETIVO EM GOZO DOS DIREITOS DE LICENÇA PRÊMIO E FÉRIAS REGULARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Sr. **Osvaldo Pereira Dias**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no pleno exercício das atribuições legais que lhe foram conferidas, declara que a Mesa Diretora da Câmara aprovou e ele sanciona a presente Resolução.

Art. 1º - Fica autorizado a contratação temporária de um vigia para substituir o Vigia servidor efetivo em gozo de suas férias regulares e ainda Licença Prêmio, pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º - O valor a ser pago pelo desempenho da função está estabelecido no PCCS desta Casa, na classe inicial.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 22 de Março de 2010.

OSVALDO PEREIRA DIAS
Presidente

Prefeitura Municipal de Araputanga

DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2010 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, Sr. VANO JOSÉ BATISTA, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Srª CLEUSA BERNADETE LARRANHAGAS MAMEDES, Secretária Municipal de Educação, no processo de locação direta da fundação: **FUNDAÇÃO ARCO IRIS DE ARAPUTANGA DE ARAPUTANGA,** objeto a locação, mediante o pagamento de valor total de **R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)**, onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 004/2010, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a compra. Araputanga - MT, 23 de março de 2010. VANO JOSÉ BATISTA - Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 001/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2010

O Srº Vano José Batista, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2010, **CONVOCA** o (a) candidato (a) abaixo relacionado, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga – MT, situada na Avenida Marechal Rondon nº 972, no prazo de 02 (dois) dias úteis, cumprindo-se no que couber os prazos previstos na Lei Municipal 699/2006, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: Professor
1. Cristiane Pinheiro Lima (Pedagogia)

Araputanga – MT, 24 de março de 2010.

Vano José Batista
Prefeito Municipal

Euquiria F. Nobokite Guimarães
Presidente da COPS

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

AVISO DE SUSPENSÃO

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, Estado do Mato Grosso, torna público para o conhecimento dos interessados, a suspensão da licitação na modalidade de Tomada de Preço Nº 002/2010, que seria realizada no dia 30/03/2010, ás 08:30 h.

Barra do Bugres-MT, 24 de Março de 2010.

Maria Eliane J. da Costa
Presidente C.P.L

CARTA CONVITE Nº : 002/2010

EDITAL COMPLETO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Belo Horizonte, 70, Barra do Bugres - MT. com horário de funcionamento das 07:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta-feira, fone 0xx – (65) 3361.1255, através da sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 007/2010, faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizará licitação na modalidade supracitada, do tipo melhor preço e técnica por serviço de suporte técnico especializado de programação conforme descrito no item 1.0, que será regida pela Lei Federal N° 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações e pelas condições estabelecidas neste Edital, destinada a aquisição de combustíveis mediante as condições estabelecidas neste edital.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Dia: 31/03/2010
Hora: 10:00 Hs
Local: Sede da Câmara Municipal de Barra de Bugres – no endereço supracitado

Obs.: Nenhum envelope será recebido:
a) após o prazo acima estipulado,
b) sem estar fechado com cola, e,
c) sem o devido preenchimento, conforme segue.

FORMA DE PREENCHIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Para se habilitarem à presente Licitação, far-se-á indispensável que os interessados apresentem, na CÂMARA MUNICIPAL, até a data e horário aprazados, os documentos para habilitação e as propostas em 02 envelopes distintos, fechados com cola, que deverão ser endereçados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 001
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
CONVITE Nº.:002/2010
RUA BELO HORIZONTE, 70 - MT
CEP 78.390-000

ENVELOPE Nº 002
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROPOSTA COMERCIAL
CONVITE Nº.:002/2010
RUA BELO HORIZONTE, 70- MT
CEP 78.390-000

Deverá ainda, o envelope conter todos os dados do licitante, podendo ser por impressão, carimbo padronizado ou timbre, como segue:

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL E NOME FANTASIA

Endereço completo: _____
CNPJ _____ Insc. Est. _____
Fone: _____ E-mail (se houver)_____
CEP: 78._____
Nome do Responsável: _____

Obs: Os envelopes deverão ser entregues sob protocolo.

1.0 - DO OBJETO, FINALIDADE E RESPONSABILIDADE.

1.1 – O objeto desta licitação consiste na aquisição de combustíveis nas qualidades especificações a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
001	19.800	LT	GASOLINA

2.0 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação serão pagas com recursos da CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, com as seguintes Dotações:

01.031.1010.3.3.90.39.00 – MANUTENÇAO LEGISLATIVA
3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro de pessoa Jurídica

3.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Das restrições
3.1.1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:
a com falência decretada, em concordata ou em processo de encerramento de atividades; em consórcio;
b Que tenha como sócio ou proprietário servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.2- Das condições

3.2.1 - Poderão participar da presente Carta Convite empresas que não estejam impedidas na forma do item 3.1.1 (letras a – b) e que atenderem a todas as condições exigidas neste edital, observada a necessária qualificação e compatibilidade com o ramo de negócio objeto desta licitação.

3.3. – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A HABILITAÇÃO (ROL EXAUSTIVO)

3.3.1 – As empresas interessadas na presente licitação, para se habilitarem, deverão apresentar no ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:

3.3.1.1 - Documentos relativos à habilitação jurídica

a registro comercial, no caso de empresa individual;
b Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de eleição de seus administradores;
c inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
d decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
e Documento de identidade e CPF dos sócios ou proprietário.

3.3.1. 2 - Documentos relativos à regularidade fiscal

a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
b prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente Licitação;
c prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e contribuições Federais, salvo quando esta for unificada);
d Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições e Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa). Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada.
e Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
f prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND-INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

3.3.1.3 – Documentos relativos à qualificação técnica

a) – A documentação relativa a qualificação técnica consistirá na apresentação de 03 (três) atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de serviços equivalentes ao objeto desta licitação.

3.3.1.4 - Documentação relativa à avaliação econômico-financeira

a Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.
b Balanço Patrimonial do ano de 2009, já exigível e apresentado na forma da lei.
c) A comprovação de boa situação financeira da proponente, através da apresentação dos índices de liquidez corrente e índice de liquidez geral, extraídos das demonstrações financeiras dos últimos exercícios sociais, calculados da seguinte forma:

c-1) Índice de Liquidez Corrente calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

Somente serão cadastradas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Corrente igual/maior que 1,00 (um inteiro) apurados no balanço apresentado.

c-2) Índice de Liquidez Geral calculados pela fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:
ILG = Índice de Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

Somente serão cadastradas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Geral igual/maior que 1,00 (um inteiro) apurados no balanço apresentado.

3.3.1.4.1 - As demonstrações deverão estar devidamente assinadas por Contador com identificação do número do seu Registro Profissional ou com etiqueta padrão.

3.3.1.5 – Documento relativo à regularidade em ralação ao inciso XXXIII, art. 7º, CF/88 – Lei 9.854 de 27/10/99.

a) A comprovação de que a atividade da empresa não contraria o retro citado dispositivo constitucional, será feita através de Declaração (conforme ANEXO – V), sob as penas da Lei.

3.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em fotocópias verso e anverso (quando for o caso) autenticadas ou acompanhadas das vias originais para conferência, absolutamente legíveis, sob pena de inabilitação. **Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelho fac-símile**.

1 - **DAS PROPOSTAS**

4.1- A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, preferencialmente em papel timbrado, sem rasura, emenda ou entrelinha, datada e assinada, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos **sob pena de desclassificação:**

a) - razão social, endereço completo e CNPJ da empresa proponente (por via impressa ou carimbo padronizado).

b) - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, ainda que esteja constante da proposta;

c) - Discriminação detalhada do objeto ofertado, como por exemplo: Quantidade, marca, enfim, todas as características físicas dos bens.

4.2- Os preços propostos para a aquisição objeto desta licitação, deverão ser expressos em Real (R$).

2.2.1 – No caso de reajustamento de preços o valor equivalente ao saldo remanescente poderá ser reajustado de acordo co o índice aplicado, desde que devidamente demonstrado, no que será o contrato aditado.

4.3 - Os preços devem ser cotados unitariamente para cada medida, **no caso litro,** devendo ser totalizado segundo a quantidade, e ao final a proposta deverá apresentar o valor total (global), que deverá ser grafado em algarismo e por extenso.

4.4 – Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas sobre o objeto licitado (impostos, taxas, seguros, frete, etc)., não sendo permitido ao proponente a adição de nenhum valor após a abertura do envelope proposta.

4.5- Uma vez entregue e abertos os envelopes **PROPOSTA**, não será aceito cancelamento ou alteração das condições estipuladas.

4.6- As impugnações das licitantes contra as ofertas dos seus concorrentes poderão ser formuladas durante a reunião de abertura das propostas desde que o impugnante detenha poderes para tal.

4.7– As propostas devem ser acondicionadas preferencialmente em papel timbrado.

1 **- DO CRITÉRIO DEJULGAMENTO**

5.1- O critério de escolha da proposta vencedora será o de **menor preço** por item da proposta.

5.2- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério adotado para desempate será o de sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.2.1 - Serão desclassificadas as propostas que:

a não atenderem as exigências do edital de convocação;

b apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüível.

5.3 -Não será levada em consideração qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

6.0 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 – No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital, reunir-se-á a CPL da Câmara Municipal de Barra do Bugres, com a incumbência de processar o julgamento do certame, quando passará a ser examinado e aberto o ENVELOPE Nº 001, contendo a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO .

6.2 – haverá tolerância quanto ao horário.

6.3 – Os representantes das proponentes presentes no local serão convidados a entregarem à CPL suas credenciais nos moldes do item 6.3.2, que deverão estar em mãos.

6.3.1 – Se a procuração estiver junto com os documentos, dentro do envelope, o representante só poderá se manifestar após a abertura do envelope e verificação da conformidade da mesma.

6.3.2 - A procuração deverá ser específica e deverá conter a autorização expressa para assinar documentos, e se for o caso, renunciar ou desistir de recursos, conforme ANEXO - II.

6.3.3 - Ao representante que não estiver munido do documento disposto no item anterior e na forma por ele exigido, não será dado o direito de manifestação, podendo, entretanto a tudo assistir.

6.3.4 - O representante legal (sócio ou proprietário) devidamente identificado nos documentos de habilitação, não necessita de procuração, conforme dispõe este item.

6.4 – Analisadas as credenciadas e estando as mesmas preenchendo as formalidades, serão lançados em Ata os nomes dos representantes legais, segundo as firmas licitantes.

6.5 - Cumprida a apresentação das credenciais, passar-se-á ao exame e abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação.

6.6 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação exigido no Edital e não apresentado na reunião destinada à habilitação, juntamente com os demais documentos que contenha o envelope.

6.7 – O Presidente convocará os membros da CPL e a todos os licitantes presentes a assinarem o fecho dos envelopes das **PROPOSTAS DE PREÇOS**, que manterá fechado até que se aprecie os documentos de habilitação.

6.8 - Aberto os envelopes contendo a **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, todos os documentos neles contidos serão primeiramente vistados pela CPL, depois todos os representantes também deverão vista-los.

6.9 – Em seguida a CPL analisará os documentos de **HABILITAÇÃO**, passando os mesmos aos representantes credenciados para que também procedam ao exame, considerando habilitada a firma licitante cuja documentação esteja em consonância com o exigido no item 3.4 e seus subitens deste Edital.

6.10 - Será inabilitada a empresa que:

a) deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos neste edital;

b) que apresentar documento com defeito e desde que o vício não possa ser sanado pela Comissão Permanente de Licitação;

c) que apresentar documento sem autenticação ou desacompanhado das originais para comprovação da sua veracidade;

6.11 - A CPL a seu critério, poderá proclamar o resultado da habilitação ou inabilitação, na mesma Sessão ou poderá fazê-lo em outra data, ficando obrigada a comunicar a todos os licitantes sua decisão.

6.12 - Se o resultado da fase de habilitação for proclamado na mesma Sessão de Habilitação e estando todas as empresas participantes representadas, e ainda, havendo renúncia ou desistência expressa de recursos por parte de todas, e mais, havendo interesse da CPL, poderão, na seqüência serem abertos os envelopes contendo as **PROPOSTAS DE PREÇOS**.

6.13 - Não havendo possibilidade jurídica ou interesse por parte da CPL, em dar prosseguimento aos trabalhos na mesma Sessão, os envelopes contendo as propostas, serão abertos numa outra Sessão, para qual todos serão previamente convocados.

6.14 - No caso dos envelopes com as **PROPOSTA DE PREÇOS**, não serem abertos na mesma Sessão, estes ficaram sob a guarda da CPL, que deverá conservá-los intactos até o momento marcado para sua abertura.

6.15 - A empresa inabilitada, no caso de expressa desistência de recursos ou mantido o resultado, terá seu envelope de **PROPOSTAS DE PREÇOS**, devolvido sem violação.

6.16 - A CPL, poderá diligenciar em qualquer fase do processo a fim de elucidar qualquer dúvida que venha surgir com relação ao certame em questão.

6.17 – Estando todos representantes presentes, será solicitada a desistência de recurso, que poderá ser consignada em ata, a fim de agilizar a finalização do certame.

6.18 – De tudo se lavrará ata circunstanciada.

6.19 - Dos atos praticados na fase de habilitação cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

6.18 - Superada a fase de habitação passar-se-á ao julgamento das propostas, que deverá observar o seguinte:

6.18.1 – Havendo possibilidade jurídica, segue na mesma Sessão de abertura dos envelopes a **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, o julgamento das propostas.

6.18.1.1 - Não havendo possibilidade jurídica, no dia, hora e local designado, tendo todas a empresas habilitadas sido convocadas, reunir-se-á a CPL, com incumbência de proceder a abertura dos envelopes e o julgamento das **PROPOSTA DE PREÇOS**.

6.18.2 – Não haverá tolerância para o horário acima marcado.

6.18.3 – Serão convidadas as firmas licitantes habilitadas, através de seus representantes legais, para apresentarem, ou confirmarem suas respectivas credenciais, bem como confirmarem os fechos indevassáveis dos envelopes contendo as **PROPOSTAS DE PREÇOS**.

6.18.4 – Analisadas ou confirmadas as credenciais e estando as mesmas preenchidas as formalidades, após a verificação dos fechos dos envelopes da **PROPOSTA DE PREÇOS**, serão lançadas em Ata os nomes dos representantes legais, segundo as firmas licitantes e a confirmação de que os fechos dos envelopes estão intactos.

6.18.5 – Após a abertura dos envelopes da **PROPOSTA DE PREÇOS** não mais caberá inabilitação de firma licitante, salvo em razão de fatos supervenientes, conhecidos somente após o julgamento da habilitação.

6.18.6 – Aberto os envelopes da **PROPOSTA DE PREÇOS**, todos os membros da CPL e representantes, analisarão seus conteúdos, devendo vistar todas as folhas.

6.18.7 - Nenhum outro critério de julgamento, que não o de **menor preço** por item, será utilizado, ainda que seja mais vantajoso.

6.18.8 - Será desclassificada a proposta que:

a) - apresentar vantagem sobre os preços dos demais licitantes ou que apresentar preços manifestamente inexeqüíveis.

b) que for incompatível com o edital ou que por qualquer motivo inviabilize sua análise, entretanto se o erro for sanável, será resolvido pela CPL.

6.18.10 - Havendo divergência entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

6.18.11 - Verificada a conformidade das propostas, será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta de **Menor Preço**, **levando-se em conta o valor POR ITEM da proposta.**

6.18.12 - As propostas serão classificadas ordinariamente de forma crescente em relação ao menor preço ofertado por item.

6.18.13 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas o critério de desempate será o de sorteio em ato público para o qual todas as participantes serão convocadas, ou na mesma Sessão, caso haja possibilidade jurídica.

6.18.14 - Será solicitado pelo presidente, caso todos estejam presentes na Sessão de julgamento das propostas, a desistência expressa de recurso, que se aceita será lavrada em ata, que deverá ter a assinatura dos desistentes ao final.

6.18.15 – De tudo lavrar-se-á ata circunstanciada.

6.18.16 - Dos atos praticados na fase de julgamento das propostas, desde que não haja concordância por parte do prejudicado, cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

6.19 – A Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do procedimento, poderá diligenciar para verificar a veracidade dos fatos e documentos que o instrui, especialmente no que diz respeito ao teste de qualidade do produto e precisão das bombas de abastecimento.

7.0 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 – Os recursos que devem ser fundamentados, permitidos apenas aos licitantes, e deverão ser encaminhados ao **PRESIDENTE**, Presidente através da CPL, dentro do prazo do art. 109 do Estatuto Licitatório, de Segunda à Sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, para o endereço especificado no preâmbulo deste edital.

7.1.1 – Interposto o recurso, a CPL avalia-lo-á, e comunicará a todos os demais licitantes, que poderão impugná-lo.

7.1.2 – Decidindo a CPL pela manutenção da decisão, fará subir o recurso para a autoridade competente, no caso, o Presidente da Câmara Municipal, que será a última instância administrativa.

7.2 – Até cinco dias úteis antes da data marcada para abertura do envelope de habilitação, qualquer cidadão poderá impugnar os temos deste edital por ilegalidade.

8.0 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 – Divulgado o resultado da licitação e transcorrido o prazo recursal em branco, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação.

8.2 – Tendo o processo sido homologado, o objeto da licitação será adjudicado ao vencedor do certame.

8.2.1 – Em nenhuma hipótese o objeto será adjudicado a mais de um vencedor.

9.0 - DO VALOR E DO PAGAMENTO

9.1 – O valor contratual será, inicialmente, aquele que for menor por item constante da proposta da vencedora podendo ser reajustado com a finalidade de manutenção do equilíbrio contratual, conforme disposto no item 4.2.1 deste edital.

9.2 - O pagamento será efetuado Mensalmente, mediante a apresentação de fatura, acompanhada dos controles de combustíveis, que corresponda o consumo do período, sempre vinculado à disponibilidade de caixa.

9.2.1 – O consumo do período será provado através do encaminhamento, junto com a nota fiscal, e controle de abastecimento emitido.

9.3 – O pagamento poderá ser suspenso no caso de não realização dos testes de qualidades solicitados, caso o resultado comprove qualidade ruim ou duvidosa, ou ainda, no caso de não comprovação de precisão das bombas pelo INMETRO

9.3.1 – A suspensão durará enquanto não for definitivamente resolvida a situação que a originou.

9.4 – As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos.

10.0 - DA FORMA DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

10.1 – O fornecimento de combustível será feito de acordo com a quantitativos especificados nas ORDENS DE FORNECIMENTOS, devendo ser entregue no ato da solicitação. (bomba do posto).

10.2 – Em nenhuma hipótese, para as quantidades definidas nesta licitação, o produto será entregue fora do local acima estipulado.

10.3 – A CAMARA MUNICIPAL reserva para si o direito de recusar o fornecimento caso o Contratado não apresente, em tempo hábil (a ser definido quando da solicitação), resultado de analise realizada por laboratório especializado, comprovando a qualidade do produto fornecido.

10.3.1 – Para realização da analise tratada neste item, será observado o seguinte procedimento:

a) o representante da CAMARA MUNICIPAL, obrigatoriamente, acompanhará a coleta de amostras;

b) Serão colhidas no mínimo três amostras em recipiente que será imediatamente lacrado, devendo conter assinaturas no lacre;

c) uma amostra será encaminhada para analise e as outras duas serão divididas entre as partes, podendo servir de contraprova.

10.3.2 – O descumprimento da realização e apresentação do resultado do exame sujeitara a contratada a uma multa de 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, limitada esta a 5% (cinco por cento) do valor contratual, sem prejuízo de responder civilmente pelos prejuízos que a Câmara Municipal vier a sofrer.

10.3.3 – No caso de o resultado mostrar qualidade ruim ou duvidosa do combustível, o fornecimento será imediatamente interrompido, sendo dado prazo de 15 (quinze) dias para a regularização da situação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível ao caso.

10.4 – Pelo não cumprimento do item anterior, o produto será tido como não entregue, implicando também e por conseqüência a rescisão contratual.

11.0 - DA QUALIDADE DO PRODUTO E DO FORNECIMENTO

11.1 – A qualidade do produto poderá ser testada a qualquer momento, segundo a conveniência da Administração, conforme definido neste edital.

11.2 – A qualidade do fornecimento será comprovada pela pontualidade e cortesia no atendimento, e ainda pela constatação de precisão das bombas medidoras pelo INMETRO.

12.0 - DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

12.1 – A adjudicatária será convocada para assinar o contrato, devendo comparecer em no máximo 3 (três) dias após a convocação.

12.2 - Decorridos 03 (tres) dias após a convocação oficial para a assinatura do contrato sem que a licitante vencedora assim proceda, reserva-se a Câmara o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de Classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições apresentados pelo primeiro classificado, sem prejuízo de outras sanções legais.

12.3 - Efetivada a adjudicação, o proponente que se recusar fornecer os produtos, bem como vier a fazê-lo fora das condições e especificações inicialmente por ele propostas, estará sujeito a rescisão do contrato, sem prejuízo das seguintes penalidades, a critério da administração:

- Advertência;
- Multa prevista na forma do item 12.4;
- Multa de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) no caso de desistência da entrega do produto.

12.4 – Expirado o prazo proposto para fornecimento, sem aque a adjudicatária o cumpra, iniciar-se-a a aplicação da multa correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato.

12.4.1 - A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação, o que não impede, a critério da administração da CÂMARA MUNICIPAL, a aplicação das demais sanções a que se refere o item 12.3.

13.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A participação nesta Carta Convite implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte das proponentes, bem como das demais normas que disciplinam a matéria.

13.2 – São ANEXOS deste edital e dele ficam fazendo parte integrante:

a) ANEXO – I – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação.

b) ANEXO – II – Modelo de Procuração (credenciamento).

c) ANEXO – III – Modelo de Declaração de Aceitação de Realização de Teste.

d) ANEXO – IV – Minuta do Instrumento de Contrato.

e) ANEXO-V- Declaração de que as atividades da empresa não contrariam o art. 7º., XXXIII da CF/88.

f) Declaração de que na empresa não emprega nenhum parente consangüíneo dos Vereadores e funcionários da Câmara Municipal.

13.3 – A contratada fica obrigada a provar na assinatura do contrato e manter todas as condições de habilitação e vigência do mesmo.

13.4 – A contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de ate 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado.

13.5O Foro da Comarca de Barra do Bugres -MT é o competente para dirimir quaisquer questões inerentes a esta licitação e ao futuro contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.6 – Fica expressamente vedada a sub-contratação.

13.7 – A adjudicatária será integralmente responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos que vier a causar a terceiros, por si ou por seus agentes, na execução do contrato.

13.8 - Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente Licitação, poderão ser obtidos diretamente na CÂMARA MUNICIPAL ou através de solicitação escrita endereçada a CPL, até no máximo 3 (três) dias anteriores a data marcada para recebimento dos envelopes.

Barra do Bugres - MT., 22 de Março de 2010

Alexsandro Costa Aguiar
Presidente da CPL

ANEXO - I
(MODELO)

DECLARAÇÃO DE FATO ANTERIOR OU SUPERVENIENTE

A empresa _____, CNPJ_____ e Inscrição estadual _____, situada na _____, neste ato representada pelo seu _____ Sr. _____, brasileiro, casado, CPF _____ RG _____, para fins de participação na Convite nº ___/2009, DECLARA, sob as penas da Lei , que não existem fatos anteriores e nem poderão de existir fatos futuros à data da realização desta licitação que venham a impossibilitar a contratação com a Administração ou que mesmo que venha comprovar sua inabilitação para esse certame.

E por ser verdade, firmamos a presente.

_____ - ____, ____ de _____de 2009.

_____
Nome da empresa, do seu representante legal e assinatura

ANEXO – II
(MODELO)

PROCURAÇÃO

A empresa _____, CNPJ_____, inscrição estadual _____, com o ramo de _____, situada na _____(endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, brasileiro, casado, _____ RG_____CPF_____, residente e domiciliado na _____(endereço residencial completo)_____, constitui como seu bastante procurado o Sr. _____, brasileiro, casado,_____, RG_____ e CPF _____, residente domiciliado na _____(endereço residencial completo)_____, a quem confere poderes específicos para representá-la junto a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, em todas as fases da Convite ____/2009, podendo para tanto assinar documentos, especialmente ata, manifestar em seu nome de forma escrita ou verbal, interpor, renunciar e/ou desistir de recurso, em fim, praticar todo e qualquer ato inerente ao referido certame, a fim de dar bom e fiel cumprimento aos poderes deste mandato.

_____- ____ ___ de _____ de 2009.

Fulano de tal
(representante legal)

obs: é necessário reconhecer firma.

ANEXO – III

(MODELO) DECLARAÇÃO de que todas as atividades da empresa não contraria a Resolução 007 do conselho nacional de justiça e 01 do conselho nacional do MP.

A empresa _____ _____, CNPJ_____, situada na _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____- MT, por seu representante legal Sr. _____, CPF_____, RG_____, declara, sob as penas da lei, e para fins de participação na Tomada de Preços nº 0__/2009, que suas atividades não contraria a Resolução 007 do conselho nacional de justiça e 01 do conselho nacional do MP O que declaramos acima e verdade e por isso damos fé.

_____-_____, ____ de _____de 2009.

FULANO DE TAL Diretor.....

Prefeitura Municipal de Cáceres

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Protocolo N.º	Processo N.º	Pregão Presencial N.º
5220 de 26/02/2010	**41/2010**	**06/2010**

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo regime de menor preço por item.

Onde se lê:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de 1.000 coletores de lixo de 50 litros, com abraçadeira para poste e suporte de fixação em ferro, e adesivado, com abertura de 14 cm medindo 78X43X33, sendo 150 (cento e cinqüenta) unidades para pronta entrega de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do anexo I do edital.

Leia-se:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de 1.000 coletores de lixo de 50 litros, com abraçadeira para poste e suporte de fixação em ferro, **material em fabricado em POLIETILENO (PEAD)** e adesivado, com abertura de 14 cm medindo 78X43X33, sendo 150 (cento e cinqüenta) unidades para pronta entrega de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do anexo I do edital.

Onde se lê:

DATA E LOCAL DE ABERTURA DA LICITAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Será no **dia 25 de março de 2010, às 16:00 hs (horário local),** nesta Prefeitura Municipal de Cáceres-MT,Secretaria de Administração, Departamento de Licitações, situada à Avenida Getulio Vargas – nº 1815, COC – Centro Operacional de Cáceres, CEP 78200-000, Cáceres-MT.

Leia-se:

DATA E LOCAL DE ABERTURA DA LICITAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Será no **dia 09 de abril de 2010, às 14:00 hs (horário local),** nesta Prefeitura Municipal de Cáceres-MT,Secretaria de Administração, Departamento de Licitações, situada à Avenida Getulio Vargas – nº 1815, COC – Centro Operacional de Cáceres, CEP 78200-000, Cáceres-MT.

Os demais itens do presente edital permanecem inalterados.

Cáceres-MT, 23 de março de 2010.

LUIS AURÉLIO ALVES
Pregoeiro Oficial
Portaria nº 008 de 12/01/2010

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 05/2010 – PROCESSO Nº12/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o Resultado da Licitação-Pregão Presencial 11/2009, conforme discriminação abaixo:

Objeto: *Contratação de empresa ou instituição especializada em prestação de serviços técnicos, com implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP (Application Service Provider), para gestão de tributo municipal, através da disponibilização do Livro Eletrônico (Declaração Eletrônica de Serviço) e Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, ou sistema que compatibilize os dois serviços (Nota Fiscal Eletrônica e Livro Eletrônico), com consultoria e assessoria na área tributária*

Resultado: A Comissão tornou o certame deserto, devido o não comparecimento de nenhuma empresa.

Realização: 19 de fevereiro de 2010 – 16:00 horas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

DECRETO Nº 294/2010
DE: 24/03/2010

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **Lourival Martins Araújo**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando os critérios administrativos da oportunidade e conveniência, bem como a necessidade de adequarmos a lista de convocados as reais necessidades da Administração;

DECRETA:

Art. 1°. Ficam os candidatos constantes do Anexo I desde Decreto em conformidade com o **Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010**, convocados para tomarem posse individual, os candidatos deverá atender os seguintes procedimentos no prazo de cinco dias:

Art. 2º. Os candidatos a serem nomeados e empossados deverão apresentar as documentações em original ou fotocópia autenticada, perante o Departamento de Recursos Humanos da prefeitura que comprove:

a) Cédula de Identidade;
b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);
c) Certidão de Casamento ou Nascimento;
d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);
f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
g) Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;
h) Título de Eleitor;
i) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho;
j) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;
k) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
l) Comprovante de Escolaridade;
m) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
n) Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;
o) Cartão do PIS/PASEP (se houver);
p) Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LOURIVAL MARTINS ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

Publique –se
Registre – se
Cumpre – se

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 294/2010

CANDIDATOS	CARGOS	LOCAL DE TRABALHO
GUILHERME HUMBERTO DA COSTA CARVALHO	ENFERMEIRO	SECRETARIA DE SAÚDE
DEUZIVAN SOUZA FONSECA	ENFERMEIRO	SECRETARIA DE SAÚDE
PAULA NERYS DA LUZ	ENFERMEIRO	SECRETARIA DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO N.º-009/2010.
CARTA CONVITE - N.º-006/2010.

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela portaria **001/2010**, torna publico para o conhecimento dos interessados o resultado da **CARTA CONVITE-N.º 006/2010,** tendo como **OBJETO: Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria relacionados com a apuração do índice de participação do município de CANABRAVA DO NORTE , na arrecadação do ICMS-cota parte 25% a vigorar no ano de 2011, sendo: recuperação do valor adicionado no ano base de 2.009, através da coleta de documentos fiscais (NFPA e NFE), processamento dos documentos fiscais, cruzamento de informações do SINTEGRA/NFPA/NFE com o valor declarado nas GIAS ICMS de produtores Rurais,Analise e conferencia das GIAS ICMS Eletrônicas do Comercio, industria e prestação de serviços, analise dos relatórios da SEFAZ/MT, referente aos Índices Preliminares, Elaboração e acompanhamento de recursos administrativo perante a Secretaria Estadual de Fazenda., Homologada e Adjudicada** em **23.03.2010,** sagrou-se vencedora a Empresa: **RODRIGO ROSA PAES PARREIRA** , **no valor global de R$-10.000,00**-(Dez Mil Reais)

CANABRAVA DO NORTE-MT- 24/03/2010.

LOURIVAL MARTINS ARAUJO
Prefeito

RONILDO DE OLIVEIRA LUZ
Presidente da CPL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO N.º-010/2010.
CARTA CONVITE - N.º-007/2010.

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela portaria **001/2010**, torna publico para o conhecimento dos interessados o resultado da **CARTA CONVITE-N.º 007/2010,** tendo como **OBJETO: Prestação de Serviços na elaboração de Projeto Executivo referente a Obra de recuperação de Estradas Vicinais no P.A. Tatuibi neste município para captação de recursos junto ao INCRA/MT., Homologada e Adjudicada** em **23.03.2010,** sagrou-se vencedora a Empresa: **V. DONATO** , **no valor global de R$-29.440,00**-(Vinte e Nove Mil Quatrocentos e Quarenta Reais)

CANABRAVA DO NORTE-MT- 24/03/2010.

LOURIVAL MARTINS ARAUJO
Prefeito

RONILDO DE OLIVEIRA LUZ
Presidente da CPL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO N.º-011/2010.
CARTA CONVITE - N.º-008/2010.

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela portaria **001/2010**, torna publico para o conhecimento dos interessados o resultado da **CARTA CONVITE-N.º 008/2010,** tendo como **OBJETO: Prestação de Serviços para esta Prefeitura, com Locação de Veiculo para atender a Secretaria de Finanças, Administração e Educação e Cultura, com viagens a Porto Alegre do Norte , Confresa e Distrito de Primavera do Fontoura, para tratar de assuntos de interesse do Município., Homologada e Adjudicada** em **24.03.2010,** sagrou-se vencedora a Empresa: **EUDES JOSE ARRUDA** , **no valor global de R$-52.800,00**-(Cinqüenta e Dois Mil Oitocentos Reais)

CANABRAVA DO NORTE-MT- 24/03/2010.

LOURIVAL MARTINS ARAUJO
Prefeito

RONILDO DE OLIVEIRA LUZ
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Canarana

Lei Complementar Nº 088/2009
De 15 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre alteração na Lei Complementar nº 029/2002 - Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Canarana – MT e o anexo II da Lei Complementar 031/2002 de 31 de dezembro de 2002.

O Sr. **Walter Lopes Faria**, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei Complementar promove a reestruturação organizacional administrativa da Prefeitura Municipal de Canarana – MT, com a criação e extinção de cargos do Anexo I da Lei complementar nº 029/2002.

Art. 2º . Ficam alterados os artigos 11, 14, 15, 17, 19, 20, 28, 30 da Lei Complementar 029/2002 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. *Os órgãos de assessoramento superior são os seguintes:*

I – Secretaria de Gabinete
a) – Assessoria de Imprensa
b) Setor de Comunicação e Cerimonial
II – Assessoria Jurídica,
III - Assessoria Administrativa, de Planejamento, de Engenharia , de Assistência Social e Pedagógica.

Art. 14. Constituem órgãos de atividades meio da Prefeitura Municipal de Canarana – MT:

I – Secretaria de Administração e Serviços Gerais
a) Departamento de Compras e Serviços Gerais
I - Setor de Almoxarifado;
b) Departamento de Recursos Humanos;
I - Setor de Protocolo;
c) Departamento de Controle Patrimonial;
I – Unidade de Controle de Veículos

II – Secretaria de Finanças
a) Contadoria;
b) Tesouraria;
c) Departamento de Cadastro e Tributação;

Art. 15. Os órgãos de execução de atividades fim são os seguintes:

I – Secretaria de Educação e Cultura
a) Departamento de Cultura;

II – Secretaria de Saúde
a) Assessoria nos Serviços de Saúde;
b) Departamento de Enfermagem;
c) Ouvidoria

III – Secretaria de Ação e Promoção Social.
a) Assessoria de Ações no Atendimento e Apoio ao Idoso;
b) Assessoria de Serviço Social.
I – coordenação da ação social,
II - coordenação do cadastro da Ação Social
III – setor de eventos sociais;

IV – Secretaria de Agricultura Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
a) Assessoria Técnica em Agropecuaria
b) Unidade da Agricultura e Pecuária;

V – Secretaria de Viação e Obras Públicas
a) Departamento de Obras e Serviços do Interior;
b) Departamento de Serviços Urbanos;
c) Departamento de Serviços de Iluminação Publica;
d) Departamento de Máquinas e Oficina;
e) Departamento de Pontes e Bueiros;
f) Departamento Municipal de Trânsito

VI – Secretaria de Esportes e Lazer

a) Departamento de Esporte Lazer;
I – Unidade Executora do Esporte Infantil;
II – Unidade Executora do Esporte Juvenil;
III – Coordenadoria de Eventos Esportivos; e,
IV – Coordenadoria de Esporte Amador.

Art. 17. Á Secretaria de Gabinete compete exercer as seguintes atividades em conjunto com o Setor de Comunicação e Cerimonial e Assessoria de Imprensa:

I – assessorar o Prefeito Municipal nos assuntos administrativos, competindo-lhe manter os contatos com os munícipes, com as entidades Federais, Estaduais e Municipais;
II – executar os serviços de divulgação, sistematização, redação final, registro e publicação dos atos do Poder Executivo;
III – promover os serviços de expediente e comunicação, arquivo e demais tarefas administrativas do gabinete;
IV – comandar e controlar as atividades dos setores diretamente subordinados ao Gabinete do Prefeito e realizar as atividades de relações públicas da Prefeitura Municipal;
V – coordenar e divulgar os eventos políticos e administrativos do município por meio da mídia em geral;
VI – promover filmagens dos eventos e manter arquivo com memória histórica do município;
VII – coordenar as ações sociais e assistenciais junto aos cidadãos de Canarana;
VIII – executar outras atividades correlatas.

Art. 19. Compete à Assessoria Administrativa, de Engenharia, de Assistência Social e de Planejamento:

I – elaborar projetos, programas e planos de governo municipal;
II – assessorar a elaboração e execução do orçamento do programa;
III – coordenar o plano de investimentos e plano anual de trabalho, adequado aos recursos objetivos e metas da política de desenvolvimento econômico e social;
IV – realizar estudos periódicos do funcionamento das atividades da Prefeitura propondo medidas que visam seu constante aprimoramento;
V – prestar assistência técnica aos órgãos da Prefeitura especialmente nos períodos de elaboração de propostas a serem consideradas na formulação dos planos e programas de governo;
VI – prestar assessoramento técnico ao Prefeito em assuntos administrativos, de planejamento e de desenvolvimento econômico social do município e em todas as questões relacionadas ao planejamento ou que envolvam entendimentos com outros municípios ou órgãos da esfera estadual ou federal;
VII – participar da elaboração de minutas de projetos de lei, decretos, normas, instruções, regimentos, regulamentos inclusive inquéritos e sindicâncias;
VIII – assessorar na elaboração de normas sobre zoneamento, loteamentos urbanos e nos programas de desenvolvimento social;
IX – estudar e analisar o funcionamento e organização dos serviços da Prefeitura promovendo a execução de medidas para seu aprimoramento;
X – executar outras atividades compatíveis de acordo com a determinação do Prefeito Municipal;
XI – fiscalizar as obras públicas e particulares em execução no município;
XII – encarregar-se das conferências e medições das obras públicas e serviços executados no município;
XIII – elaborar projetos de engenharia de interesse do município;

XIV – prestar assessoramento técnico na análise de processos licitatórios que envolvam a contratação de empresa construtora.

XV - Instruir tecnicamente processos administrativos e/ou expedientes externos relacionados a obras em geral, elaborando pareceres técnicos quando necessário;

XVI - Elaborar relatórios de acompanhamento da execução de projetos e obras em geral;

XVII – Desempenhar atividades de planejamento, supervisão e elaboração de projetos relacionados à gestão ambiental urbana;

XVIII - Desenvolver ações de supervisão, planejamento, estudos, análises, vistorias e emissão de pareceres relativos a projetos e obras de construção civil;

XIX - Elaborar normas e especificações de caráter técnico, na área de construção civil, pavimentação e saneamento.

XX - Elaborar laudos, pareceres técnicos, instruções normativas e relatórios inerentes às atividades de engenharia civil;

XXI - Pesquisar e propor métodos de construção e material a ser utilizado, visando a obtenção de soluções funcionais e econômicas para o município;

XXII - Acompanhar as licitações e contratos de obras e/ou serviços afetos a Prefeitura;

XXIII - Desempenhar outras atividades correlatas.

XXIV– acompanhar e supervisionar a execução dos programas sociais, em consonância com as diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico, previamente elaborado;

XXV – avaliar o cumprimento de objetivos, prazos e metas de cada programa social, objetivando aferir o grau de implantação das ações propostas;

XXVI – diagnosticar, por meio de indicadores previamente estabelecidos, o alcance do conjunto dos programas sociais em curso;

XXVII – propor ações junto à secretária da pasta com o objetivo de fortalecer a articulação entre os órgãos envolvidos com os programas sociais;

XXVIII - desenvolver as funções de planejamento, estatística, pesquisa e informação, orçamento, modernização de gestão;

XXIX- promover e disponibilizar dados estatísticos e informações para subsidiar o planejamento, a elaboração de estudos e pesquisas em estreita articulação com as Secretarias;

XXX- levar a efeito programas de reforma e modernização administrativa

XXXI – promover o acompanhamento das atividades relativas à gestão da qualidade, de forma a integrar as ações de modernização;

XXXII – outras atividades correlatas.

Art. 20 - Compete à Assessoria Pedagógica:

I – coordenar as atividades relativas à educação do município;

II – coordenar as atividades dos órgãos educacionais do município, segundo normas dos sistemas federal e estadual de educação;

III – elaborar, assessorar e executar o plano municipal de educação;

IV – coordenar o programa de municipalização e distribuição da merenda escolar;

V – assessorar na execução do programa de formação continuada para os professores municipais;

VI – acompanhar a execução financeira do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

VII – assessorar na organização as comemorações de datas cívicas;

VIII – assessorar na administração das etapas da educação infantil, do ensino fundamental e educação indígena no município;

IX – assessorar na promoção e incentivo à realização das atividades de pesquisas e estudos de interesse local de natureza científica ou sócio-econômica;

X – assessorar e coordenar os cursos de ensino superior existentes no município;

XI – assessorar na promoção de campanhas junto à comunidade no sentido de incentivar a frequência dos alunos na escola;

XII – auxiliar no combate à evasão, à repetência e todas as causas de baixo aproveitamento dos alunos por meio de medidas de aperfeiçoamento ao ensino e de assistência ao aluno;

XIII – executar outras tarefas correlatas.

Art. 28. A Secretaria de Educação e Cultura é o órgão encarregado de:

I – coordenar as atividades relativas à educação e cultura do município;

II – determinar a instalação e manutenção dos estabelecimentos de ensino municipais;

III – coordenar as atividades dos órgãos educacionais do município, segundo normas dos sistemas federal e estadual de educação;

IV – elaborar e executar o plano municipal de educação;

V – coordenar o programa de municipalização e distribuição da merenda escolar;

VI – organizar e manter as bibliotecas públicas municipais em pleno funcionamento;

VII – assegurar a formação continuada para os professores municipais;

VIII – acompanhar a execução financeira do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

IX – fiscalizar a retenção sobre a arrecadação própria em favor do FUNDEB;

X – organizar as comemorações de datas cívicas;

XI – administrar as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e educação indígena no município;

XII – promover o desenvolvimento cultural do município por meio do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;

XIII – dar proteção ao patrimônio cultural, histórico, artístico e natural do município;

XIV – promover e incentivar a realização de atividades de pesquisas e estudos de interesse local de natureza científica ou sócio-econômica;

XV – coordenar cursos de ensino superior existentes no município;

XVI – zelar pela documentação das artes populares;

XVII – incentivar grupos de cultura para obtenção de financiamento com base na Lei Hermes de Abreu;

XVIII – manter em bom funcionamento as unidades escolares;

XIX – manter o padrão de qualidade no ensino municipal;

XX – promover campanhas junto à comunidade no sentido de incentivar a frequência dos alunos na escola;

XXI – organizar, em articulação com a Secretaria de Administração e Serviços Gerais, os concursos públicos para a admissão de professores para a rede municipal de ensino;

XXII – organizar e fiscalizar as linhas de transporte escolar;

XXIII – combater a evasão, a repetência e todas as causas de baixo aproveitamento dos alunos por medidas de aperfeiçoamento ao ensino e de assistência ao aluno;

XXIV – aderir aos programas especiais de qualificação os professores leigos;

XXV – manter em perfeito estado de conservação os prédios escolares;

XXVI – coordenar atividades sócio-educativas no município;

XXVII – gerenciar as atividades administrativas dos departamentos vinculados à pasta.

Art. 30 – À Secretaria de Ação e Promoção Social compete:

I – promover, aplicar e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros, auxílios e subvenções consignados no Orçamento Municipal destinados à assistência da população carente do município;

II – organizar e manter atualizado o cadastro de famílias carentes e pessoas idosos;

III – promover e executar programas de apoio ao menor e ao adolescente;

IV – assistir à pré-maternidade e incrementar a alimentação básica nos primeiros anos de vida;

V – utilizar a pesquisa interna e de campo como instrumento da metodologia científica para diagnóstico, planejamento, triagem e ação social;

VI – prestar atendimento de caráter assistencial aos munícipes comprovadamente carentes, com prioridade para as crianças, adolescentes, gestantes, nutrizes, idosos e deficientes, com o apoio da

comunidade, inclusive mediante promoções sociais para angariar fundos e apoio dos órgãos afins de âmbito estadual ou federal;

VII - Realizar o cadastro das famílias no programa Cad'único - - Bolsa Família;

VIII - Prestar informação/orientação sobre o Programa Bolsa Família;

IX - Operacionalizar o Sistema de Beneficio ao Cidadão - SIBEC;

X - Operacionalizar a Central de Sistema da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) - MDS;

XI - Operacionalizar o Sistema SUAS WRB, ambiente de funcionalidades especifico para a gestão do Sistema Único de assistência Social que compreende o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeira além de informações sobre as contas corrente, saldos, repasses e cadastros;

XII - Operacionalizar o SISCON WEB, Sistema da Rede SUAS que permite preenchimento, pelos entes federados, dos projetos pleiteados ou emendas para serem firmados junto ao MDS;

XIII - Emitir Carteira do Idoso;

XIV - Organizar Conferências Municipais;

XV - Aplicar o questionário de identificação das barreiras que impedem o acesso e a permanência na escola das crianças e adolescentes beneficiário do Benefício da Prestação Continuadas - BPC;

XVI - Operacionalizar o Sistema BPC na escola;

XVII - Operacionalizar o Programa Presença - Freqüência escolar;

XVIII - Solicitar 2º via de certidão de nascimento ou casamento;

XIX - Realizar cadastro das famílias para os Programas Habitacionais;

XX - Elaborar e executar Projeto Trabalho Técnico Social - Habitação.

Art. 3º - Ficam acrescidos os artigos 29-A, 30-A, 31-A, 32-A que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29-A. Compete à Assessoria de Serviços da Saúde:

I - prestar assessoria, aos Órgãos de Execução e seus auxiliares, realizando estudos sobre situações de risco individuais, coletivas e de violação dos direitos humanos, emitindo correspondente parecer técnico;

II - realizar inspeções, estudos e emitir parecer a respeito da prestação de serviços de natureza social por parte de instituições privadas ou públicas que prestem serviços de interesse coletivo;

III - realizar articulações com organizações governamentais e não governamentais, visando contribuir para consecução dos objetivos institucionais de defesa da saúde como um todo;

IV - planejar, organizar, coordenar e dirigir as atividades da unidade de saúde , a fim de que este atinja sua finalidade, ministrando atendimento eficiente a todos que o procurarem, estimulando a pesquisa e a educação na área da saúde e participando de programas de saúde comunitária.

Responsabilizar-se pelo bom desempenho do atendimento ao usuário , implantando rotinas e providenciando os equipamentos necessários para operar de acordo com as normas técnicas de saúde.

V – Orientar, acompanhar e subsidiar informações ao Conselho Municipal de Saúde para o bom desempenho das funções;

VI – Acompanhar e orientar os trabalhos da Ouvidoria Municipal.

VII - executar outras atividades correlatas.

Art. 30-A. Compete à Assessoria de Atendimento e Apoio ao Idoso e de Serviços Sociais

I - organizar e desenvolver programas especiais de incentivo à prática de esportes, recreação e lazer para a terceira idade;

II - preparar as pessoas idosas para a participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais;

III - proporcionar a permanência diurna do idoso, desenvolvendo atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania; IV – promover a participação dos idosos nas oficinas que possibilitam implantação de projetos para trabalhar as questões educacionais, de assistência social e de saúde - principalmente em seu caráter de prevenção.

V - Integração dos Idosos, Coordenadores e Voluntários dos Grupos de Terceira Idade no Programa Conviver:

VI – proporcionar Benefícios, serviços, orientações e encaminhamentos aos idosos que estão cadastrados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;

VII - Palestras, seminários, reuniões e demais atividades referentes à terceira idade (para os idosos, voluntários e coordenadores, familiares, técnicos e profissionais afins e comunidade);

VIII - Visitas aos grupos de terceira idade para integração e troca de experiências com os idosos de outros municípios;

IX – assessorar na elaboração de gincanas , festas juninas e eventos festivos (natal, dia dos pais e das mães).

Art. 31-A. Compete à Assessoria Técnica em Agropecuária:

I – Assessorar nas atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II – acompanhar e implementar a execução dos projetos voltadas para a recuperação de áreas e do meio ambiente;

III- desenvolver atividades de orientação técnica para os produtores rurais;

IV – Monitorar as atividades da feira do produtor;

V – promover a orientação técnica nas atividades do viveiro municipal;

VI – auxiliar no controle e ocupação dos lotes da área industrial do município;

VII – auxiliar no monitoramento do índice do ICMS do município;

VIII – acompanhar a totalização dos dados agropecuários do município;

IX – contribuir com os Conselhos municipais pertencentes à pasta;

X – Outras atividades correlatas

A**rt. 32-A** Compete à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

I – coordenar as atividades relativas ao desporto e lazer do município em geral;

II – zelar pelas instalações e manutenção dos estabelecimentos de prática desportiva e de lazer;

III – coordenar as atividades dos esportes educacionais e amadores do município, segundo normas dos sistemas federal e estadual de esportes;

IV – elaborar e executar programas de entretenimento para a comunidade local;

V – elaborar e executar os programas recreativos e desportivos e promoção da participação do município nos eventos desportivos intermunicipais e estaduais;

VI – auxiliar na organização das comemorações de datas cívicas do município;

VII – administrar as etapas da prática de esporte infantil do município;

VIII – auxiliar na promoção do desenvolvimento cultural do município;

IX – executar outras atividades correlatas.

Art. 4º. Os cargos de provimento em comissão criados e as funções de confiança mantidos por esta Lei Complementar são os constantes do seu Anexo I.

Art. 5º . A subordinação hierárquica se define no enunciado das competências de cada órgão administrativo e no Organograma Geral da Prefeitura Municipal que consta do Anexo II da presente Lei Complementar.

Art. 6º. O anexo II da Lei complementar 031/2002 de 23 de dezembro de 2002 passa a vigorar conforme o anexo I desta Lei Complementar.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão às contas das dotações especificadas no Orçamento Anual previsto no exercício em curso.

Art. 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2009.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

ANEXO I

a) CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS	SÍMBOLO	VALOR EM R$
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	01	Subsídio	-
SECRETÁRIO DE FINANÇAS	01	Subsídio	-
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CULTURA	01	Subsídio	-
SECRETÁRIO DE SAÚDE	01	Subsídio	-
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01	Subsídio	-
SECRETÁRIO AGRICULT. DESENV. ECON. E MEIO AMBIENTE	01	Subsídio	-
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	01	Subsídio	-
SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER	01	Subsídio	-
SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE	01	Subsídio	-
CONTADOR	01	Subsídio	-
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	02	DAS-10	2.208,87
ASSESSOR JURÍDICO	02	DAS-9	1.819,07
ASSESSOR DE SERVIÇO SOCIAL	01	DAS-9	1.819,07
ASSESSOR DE ENGENHARIA	01	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR DE SERVIÇOS DA SAÚDE	02	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR DE APOIO E ATENDIMENTO AO IDOSO	01	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR DE IMPRENSA	01	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	02	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR PEDAGÓGICO DE ENSINO SUPERIOR	01	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR PEDAGOGICO ENSINO FUNDAMENTAL I a IX	01	DAS-8	1.559,21
ASSESSOR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPART. DE COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTº DO CONTROLE PATRIMÔNIAL	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DEPARTAMENTO OBRAS E SERVIÇOS INTERIOR	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MAQUINAS E OFICINA	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PONTES E BUEIROS	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	01	DAS-8	1.559,21

MAESTRO BANDA MUNICIPAL	01	DAS-8	1.559,21
MAESTRINA CORAL MUNICIPAL	01	DAS-8	1.559,21
OUVIDOR DA SAUDE	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DA TESOURARIA	01	DAS-8	1.559,21
CHEFE DA UNIDADE DE CONTROLE DE VEICULOS	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE DE AGRICULTURA E AGROCPECUARIA	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE DE SERVIÇO MILITAR	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE MUNICIPAL DE IDENTIFICAÇÃO	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE EXECUTORA DE ESPORTE INFANTIL	01	DAS-7	1.004,03
CHEFE DA UNIDADE EXECUTORA DE ESPORTE JUVENIL	01	DAS-7	1.004,03
COORDENADOR DE ESPORTES AMADOR	01	DAS-6	925,12
COORDENADOR DE EVENTOS ESPORTIVOS	01	DAS-6	925,12
COORDENADOR DA AÇÃO SOCIAL	01	DAS-6	925,12
COORDENADOR DO CADASTRO DA AÇÃO SOCIAL	01	DAS-6	925,12
CHEFE DO SETOR DE EVENTOS SOCIAIS	01	DAS-5	773,27
CHEFE DO SETOR DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL	01	DAS-5	773,27
CHEFE DO SETOR DE PROTOCOLO	01	DAS-5	773,27
CHEFE DO SETOR DE ALMOXARIFADO	01	DAS-5	773,27
RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ÁREA DE MEDICINA	01	DAS-1	500,00
RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ÁREA DE ODONTOLOGIA	01	DAS-1	500,00
PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE	05	DAÍ-2	500,00
PREGOEIRO	01	DAÍ-2	500,00
EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO	04	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	05	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO CONTROLE INFECÇÃO HOSPITALAR	03	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	03	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	03	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	03	DAÍ-1	200,00
MEMBRO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	03	DAÍ-1	200,00

b) FUNÇÕES DE CONFIANÇA - PROVIMENTO EXCLUSIVO DE OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	N.º DE CARGOS	SÍMBOLO	VALOR EM R$
ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	05	FG-3	300,00
ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE	05	FG-2	250,00
ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE	05	FG-1	180,00

Lei Complementar Municipal nº 085/2009
De 8 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre a isenção de contribuição de melhorias, revoga lei anterior e dá outras providencias .

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam isentos os munícipes proprietários da contribuição de melhorias que se enquadram na condição de aposentados, deficientes físicos e idosos com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos desde que:

I - que sejam proprietários de apenas 01 (um) imóvel;
II– que tal imóvel seja para uso exclusivo de sua moradia;
III – que tenha renda mensal até 01 (um) salário mínimo vigente no país;
IV) – que não possuam outra renda mensal (aluguel, aplicação financeiras e outros).

Parágrafo Único - A isenção que trata o presente artigo se refere a testada principal de cada terreno;

Art. 2º - Ficam isentos em 50% (cinqüenta por cento) da contribuição de melhorias os imóveis que:

I - Possuem mais de 01 (uma) pessoa residindo nele próprio e que tenham como rendimento até 01 (um) salário mínimo cada pessoa e preencham o requisito do artigo 1º.

II - os terrenos de esquina com testadas de ambos os lados.

Art. 3º - Demais casos não previstos nesta Lei, serão analisados pela Comissão de Avaliação juntamente com o Chefe do Poder Executivo, ressalvando-se que deve sempre a Comissão respeitar o rol taxativo dos artigos 1º e 2º.

Art. 4º. As contribuições resultantes do Art. 2º poderão ser parceladas obedecendo o disposto nos editais de publicação que trata da contribuição de melhoria do Município de Canarana.

Art. 5º - Fica criada uma Comissão de Avaliação para analisar os requisitos da concessão de isenção das melhorias, a ser nomeada por Decreto do Executivo.

Parágrafo Único – Das decisões da Comissão de Avaliação caberá pedido de reconsideração que será aprovado ou rejeitado com a análise da Comissão e do Chefe do Executivo.

Art. 6º - A Comissão de que trata o Artigo anterior será composta por um representante e um suplente das seguintes Órgãos Públicos e Entidades:

- Secretaria de Ação e Promoção Social;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Administração;
- Câmara Municipal;
- Associação de Aposentados ou Idosos;
- APAE;
- Lions Clube

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar 061/2005.

Gabinete do Prefeito municipal de Canarana/MT 8 de dezembro de 2009.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº. 087/2009.
De 8 de dezembro de 2009.

Reajusta os Vencimentos dos Servidores Públicos dos quadros dos cargos Efetivos e de Comissão da Câmara Municipal de Vereadores.

Walter Lopes Faria Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica reajustado em 20%(vinte por cento), o valor dos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores do Anexo I – Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo e do Anexo II – Quadro de Cargos de provimento em Comissão.

Art. 2º. Ficam reajustados anualmente no mês de janeiro a partir de 2011 os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal dos Anexos I e II, conforme Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Fundação Getúlio Vargas (FGV), levando-se em consideração a inflação do período de janeiro a dezembro do ano anterior.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT em 8 de dezembro de 2009.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº.086/2009.
De 8 de dezembro de 2009.

Altera dispositivos da Lei Municipal Complementar nº.076/2008, de 25 de fevereiro de 2008.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica adequado o valor dos vencimentos da Lei Complementar nº.076/2008, de 25 de fevereiro de 2008, que cria o cargo de Contador, com a adequação:

- Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Anexo II:

PADRÃO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº. VAGAS	CC R$
2	contador	01	1.900,00

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana-MT em 8 de dezembro de 2009.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2009.
De 19 de novembro de 2009.

Altera dispositivos da Lei Municipal Complementar nº.027/2002, de 09 de dezembro de 2002, e Lei Complementar nº.070/2007, de 24 de abril de 2007.

Walter Lopes Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica adequada a tabela de vencimentos do quadro dos cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº.027/2002, de 09 de dezembro de 2002 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana.

ANEXO I - QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

PADRÃO	CARGO	VAGAS	VEN	CIM	ENT	OS -	CLA	SSE S	CARGA HORÁRIA
			A	B	C	D	E	F	
			0 A 6 ANOS R$	1.05% 6 A 12 ANOS	1.10% 12 A 18 ANOS	1.15% 18 A 24 ANOS	1.20% 24 A 30 ANOS	1.25% A PARTIR DE 30 ANOS	
1	Zelador	04	700,00	735,00	808,50	929,77	1.103,72	1.379,65	40 H/S
1	Motorista	01	700,00	735,00	808,50	929,77	1.103,72	1.379,65	40 H/S
2	Agente Administrativo.	08	720,00	756,00	831,60	956,34	1.147,60	1.434,50	40 H/S
2	Técnico em Informática	01	720,00	756,00	831,60	956,34	1.147,60	1.434,50	40 H/S

Art. 2º. Fica adequado o valor dos vencimentos da Lei Complementar nº.070/2007, de 24 de abril de 2007, que cria o cargo de Assessor de Segurança, com a adequação:

- Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Anexo II:

PADRÃO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº. VAGAS	CC R$
2	Assessor de Segurança	02	700,00

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em , 19 de novembro de 2009.

Walter Lopes Faria
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cláudia

EDITAL 005-2010
RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO 05-2010

A Prefeitura Municipal de Cláudia, retifica a Publicação do dia 15-03-2010 referente ao Processo Seletivo Simplificado 005-2010, no Jornal Oficial dos Municipios –AMM, pagina 12 onde:

Se lê:
7.4 - As listas classificatórias serão divulgadas no dia 07 de abril às 13:00 horas em edital : prefeitura Municipal e Unidades de Saúde onde para os aprovados será realizada entrevista individual nos dias 12 e 13 de abril na Secretaria Municipal de Saúde , com inicio as 18:00 horas.

Leia-se:
As listas classificatórias serão divulgadas no dia 15 de abril às 13:00 horas em edital : prefeitura Municipal e Unidades de Saúde onde para os aprovados será realizada entrevista individual nos dias 19 e 20 de abril na Secretaria Municipal de Saúde , com inicio as 18:00 horas.

Se lê:
7.6.2. As provas serão realizadas no dia 03 de abril de 2010, sendo as provas escritas com início à 8:00 horas e término às 11:00 horas na Escola Municipal Daniel Titton;

Leia-se:
7.6.2. As provas serão realizadas no dia 11 de abril de 2010, sendo as provas escritas com início à 8:00 horas e término às 11:00 horas na Escola Municipal Daniel Titton;

Vilmar Giachini
Prefeito Municipal

MARILEIDE VILELLA ZANDARIN MAGALHAES
Presidente da Comissão

Prefeitura Municipal de Colíder

PORTARIA Nº 079/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, APARECIDA DE LOURDES DECHICHI SASAZAWA, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 080/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, FERNANDO ALAN DE ANDRADE, para exercer o Cargo de Professor, Classe B e Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ELISANGELA DIAS SABOIA, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, FLAVIA CORREA DA SILVEIRA, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ROSA MARIA PEXE, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 085/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ROSEVANI VALERIO CALVI, para exercer o Cargo de Professora, Classe B e Nível 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 086/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora ISMAILI DE OLIVEIRA DONASSAN, do cargo em comissão de Secretaria Adjunta de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA APARECIDA CAMANHO, para exercer o Cargo em comissão de Chefe de Departamento de Programas de Agentes Sociais, DAI III, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, MARILETE CASTILHO CATOSSO, para exercer o Cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, DAI III, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 014/2010

"Dispõe sobre a concessão do beneficio de Pensão por Morte em favor da Sra. ANA DOS SANTOS CRUZ."

O Diretor Executivo do PREVI-LIDER, Instituto de Previdência Social dos Servidores públicos Municipais de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "I", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 211, da Lei Municipal nº. 1543/2003, de 03 de dezembro de 2003 e Art. 28, Inciso "I", da Lei Municipal 1.901, de 11 de junho de 2007.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão Por Morte,** em favor da **Sra. ANA DOS SANTOS CRUZ, de forma vitalícia**, portadora do RG n.º 696 537 – SSP-MT, CPF N.º 487.945.201-78, Titulo de Eleitor n.º 69693918/99, Zona n.º "023", Seção n.º "0019" pelo falecimento do servidor Aposentado **Sr. ANTONIO DA CRUZ,** no cargo de Vigia, Referência "01", Grau "A", lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, com a Matricula n.º 405, com **proventos integrais**, conforme o processo do PREVI-LIDER n° 007/2010, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2010, data do Óbito do servidor.**

Registre, publique e cumpra-se.

Colider /MT, 19 de março de 2010.

VICENTE BORTOLON
Diretor Executivo

HOMOLOGO:

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a servidora AGUIDA APARECIDA DA SILVA CAZELATO, do cargo em comissão de Chefe de Departamento do Programas de Agentes Sociais, DAI III, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, AGUIDA APARECIDA DA SILCA CAZELATO, para exercer em comissão de Chefe de Departamento de Habitação, DAI III, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, FRANCISCO ALFREDO SEMELER, para Apoio Administrativo Educacional, Classe B, Nível 4, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSA APARECIDA ZANCANI, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSALICE CAMURI VIEIRA, do Departamento Fundeb 60 % Fundamental para o Departamento Fundeb 60 % Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, NAIR TEREZINHA MENEGATI BRITO, do Departamento Fundeb 60 % Infantil para o Departamento Fundeb 60 % Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, IVONEIDE MOREIRA, do Departamento Fundeb 60 % Fundamental para o Departamento Fundeb 40 % Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, DORCELIA APARECIDA SIMONETTO ESPANHOL, do Departamento Fundeb 60 % Fundamental para o Departamento Fundeb 60 % Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 067/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ANA CONCEICAO MACHADO, do Departamento Fundeb 60 % Fundamental para o Departamento Fundeb 40 % Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MEIRE DE FATIMA GUIDOTTI DA FONSECA, do Departamento Fundeb 60 % Fundamental para o Departamento Fundeb 60 % Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, EMI RAQUEL TEIXEIRA DA SILVA, do Departamento Fundeb 60 % Infantil para o Departamento Fundeb 60 % Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, SONIA APARECIDA SANTANA MOREIRA, do Departamento Fundeb 60 % Infantil para o Departamento Fundeb 60 % Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 071/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, o servidor Municipal, AODLFO FERREIRA MOURA, do Departamento Manutenção e Encargos com a Educação para o Departamento Fundeb 40 % Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 072/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, CLAUDINEI GONCALVES DE LIMA, para exercer o Cargo de Apoio Administrativo Educacional, Classe B e Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 073/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, MARCELO VACARO DE AQUINO, para exercer o Cargo de Apoio Administrativo Educacional, Classe B e Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ANTONIO FERREIRA LEMES, para exercer o Cargo de Apoio Administrativo Educacional, Classe B e Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 141/2009, que designou o servidor MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO, para exercer o cargo em comissão de Secretario Adjunto de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO, do cargo de Coordenador Desportivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO, para exercer o Cargo de Professor, Classe B e Nível 1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, MARCIO ALVES FERNANDES SOBRINHO, Professor, para exercer o Cargo em Comissão de Secretario Adjunto de Esporte e Lazer, DAI III, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 05 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor ELISANDRO DE SOUZA NASCIMENTO, do cargo em comissão de Chefe de divisão de Artes e Ciências, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 23 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 23 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

COLOCAR a disposição do Campos Universitário Vale do Telles Pires de Colíder – MT, com ônus, conforme Termo de Cedencia nº 001/2010, o servidor ILSON MOREIRA, do cargo de Professor, Classe C e Nível 4, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, durante o período de 01 de Fevereiro de 2010 a 17 de Dezembro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 26 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a servidora FERNANDA GABRIELA ARRUDA GREFE, do cargo em comissão de Fisioterapeuta, AEST, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 26 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor JACKSON VIEIRA FIGUEIREDO, do cargo em comissão de Médico do PSF, AEST, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 26 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora ROSEANE WEBSTER NOGUEIRA, do cargo em comissão de Médica do PSF, 20 Horas, AEST, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 26 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, LUIZA ELVIRA DE OLIVEIRA GONCALVES, para Apoio Administrativo Educacional, Classe A, Nível 9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, LUZMARINA GOMES DA SILVA, para Professor, Classe C, Nível 6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, MARILENE TEIXEIRA MATIAS FELIPE, para Apoio Administrativo Educacional, Classe A, Nível 7, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, MARILZA MENDONCA DE MELO BEPPELER, para Professor, Classe C, Nível 6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, NEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA, para Técnico em Desenvolvimento Infantil, Classe B, Nível 3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, NEUZELI RODRIGUES DOS SANTOS, para Apoio Administrativo Educacional, Classe A, Nível 3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ROGERIO DA SILVA CANOVA, para Professor, Classe B, Nível 2, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, TANIA CARVALHO MILANI, para Professor, Classe C, Nível 6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ZENAIDE VISCHI GONCALVES, para Professor, Classe C, Nível 6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2010

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 059/2009, que designou a servidora TAIS RIBEIRO BASAIA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de Fevereiro de 2010.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de Fevereiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO – CONVITE Nº 007/2010

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento referente ao Convite nº 007/2010, cujo objeto é aquisição de cartuchos e tonners para impressoras das diversas Secretarias Municipais de Colíder/MT. Sagraram-se vencedoras do certame licitatório as empresas **JGC NET INFORMÁTICA LTDA - ME, X 3 COMPUTADORES LTDA** e **V. A. PEREIRA – ME**.

Colíder/MT, em 23 de Março de 2010.

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Presidente

Publique-se

Prefeitura Municipal de Comodoro

COMUNICADO

COMUNICO, para os devidos e legais efeitos, em cumprimento à legislação pertinente em vigor, com especificidade para o que consta no art. 37 da Constituição da República, no art. 48 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e na Lei Orgânica do Município, no que couber, QUE O RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RESPECTIVO AO 1.º (PRIMEIRO) BIMESTRE/2010, ESTÁ À DISPOSIÇÃO NOS MURAIS DO PODER LEGISLATIVO/CÂMARA MUNICIPAL E DO PODER EXECUTIVO/PREFEITURA MUNICIPAL, a partir desta data.

É a expressão da verdade e dou fé.
Comodoro, 23 de Março de 2010.

MARCELO BEDUSCHI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Confresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: PROCESSO N° 018/2010
PREGÃO: N° 004/2010 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sede administrativa situada na Avenida Centro Oeste nº 286 Centro, CEP. 78.652-000 inscrito no CNPJ sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma da Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, doravante denominado apenas por **CONTRATANTE**, e a empresa: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S/A** CNPJ: 24.380.578/0020-41 com sede na BR 101 SUL - KM 17 S/Nº BLOCO 03 - Bairro Prazeres – Município de Jaboatão do Guararapa no Estado de Pernambuco, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Srº **Ronaldo Galende**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 46257405 SSP/PR, CPF/MF n.º 916.802.479-72, doravante denominado **CONTRATADO**, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 004/2010, ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL**, para atender a Secretaria de Saúde, conforme abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitário por Item;

Empresa: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S/A**

Item	Quant	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	3000	Oxigênio de 10 M³	16,00	48.000,00
02	52,5	Oxigênio de 3,5 M³	26,00	1.365,00
03	10	Oxigênio de 1 M³	60,00	600,00
			Total	49.965,00

Nos preços registrados estão Inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas.
Fica declarado que os preços registrados na presente **ATA** são válidos até a data de 24/03/2011, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na licitação na modalidade de **PREGÃO Nº 004/2010.**
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes. Confresa/MT, 24 de Março de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Gaspar Domingos Lazari
Contratante

WHITE MARTINS
Ronaldo Galende
Contratado

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

ANEXO XVIII
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS OCORRÊNCIAS MENSAIS RELATIVAS A CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
MÊS/ANO: 02/2010

Nº CONTRATO	DATA	CREDOR	OBJETO	VALOR CONTRATO R$	DATA VIGÊNCIA	Nº NE/ANO	VALOR NE R$	PROC. LICITATÓRIO (se for o caso)	Nº CONVÊNIO (se for o caso)
021	01/02/2010	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE COTRIGUAÇU/ MT	*PARA REALIZAR TODOS OS SERVIÇOS DIVULGAÇÃO DE AÇÕES, AVISOS DE INTERESSE PÚBLICO ENTREVISTAS COM SECRETÁRIOS, PREFEITO, ETC, NAS QUINTAS-FEIRAS NO HORÁRIO DAS 07:30 AS 08:30 HORAS E CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU E SUAS SECRETARIAS*	*7.989,96*	31/12/2010			NADA A RELATAR	NADA A RELATAR
022	01/02/2010	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SÓCIAL E AMBIENTAL VALE DO JURUENA	Constitui objeto o presente Termo á consecução das ações previstas no Convênio firmado entre a SINFRA, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental VALE DO JURUENA, que possui como finalidade formalizar entendimentos entre as partes no sentido de unirem esforços e recursos para a execução dos serviços de manutenção e conservação de rodovias, integrantes da malha viária estadual, contida na área geográfica dos Municípios que constituem o Consórcio, consoante às disposições do Termo de Cessão de Equipamentos Rodoviários	*28.441,80*	31/12/2010			NADA A RELATAR	NADA A RELATAR
023	03/02/2010	FERREIRA DE MELLO E CIA LTDA	AQUISIÇÃO DE PNEUS	*40.160,00*	03/05/2010	460 469	1.600,00 4.890,00	TOMADA DE PREÇO Nº 001/2010	NADA A RELATAR

Nº CONTRATO	DATA	CREDOR	OBJETO	VALOR CONTRATO R$	DATA VIGÊNCIA	Nº NE/ANO	VALOR NE R$	PROC. LICITATÓRIO (se for o caso)	Nº CONVÊNIO (se for o caso)
024	03/02/2010	COTRIGUAÇU MOTOSSERRAS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA PEQUENAS REFORMAS E AMPLIAÇÕES	*93.537,51*	03/05/2010	377 378 379 380 381 381 383 384 418 419	2.169,95 97,00 2.668,87 701,19 8.738,74 3.174,81 3.442,23 197,00 2.678,69 35.911,67	TP Nº 002/2010	NADA A RELATAR
025	04/02/2010	HAMILTO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA	*ALUGUEL DE MAQUINA DE ESTEIRA, PARA HORAS 38 horas DE TRATOR A SECRETARIA MUN. DE INFRA-ESTRUTURA*	*6.080,00*	04/05/2010	405	6.080,00	NADA A RELATAR	NADA A RELATAR
026	12/02/2010	DARCI BRAMBILA - ME	***AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLA MUNICIPAL 07 DE SETEMBRO***	*16.090,51*	12/05/2010			CARTA-CONVITE Nº 005/2010	NADA A RELATAR
027	12/02/2010	CORREA DE LIMA & CIA LTDA - ME	***AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MERENDA ESCOLAR PARA NOVA ESPERANÇA***	*9.157,94*	12/05/2010			CARTA-CONVITE Nº 007/2010	NADA A RELATAR
028	17/02/2010	SILVANIR SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*53.741,60*	17/12/2010	287	957,00	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR

Nº CONTRATO	DATA	CREDOR	OBJETO	VALOR CONTRATO R$	DATA VIGÊNCIA	Nº NE/ANO	VALOR NE R$	PROC. LICITATÓRIO (se for o caso)	Nº CONVÊNIO (se for o caso)
029	17/02/2010	SILVANIR SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*65.551,20*	17/12/2010	598	977,12	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
030	17/02/2010	PEDRO LUIS MACHADO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*68.477,20*	17/12/2010	597	2.433,20	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
031	17/02/2010	MOACIR CAVAGNOLLI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*69.854,40*	17/12/2010	596	2.553,12	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
032	17/02/2010	MOACIR CAVAGNOLLI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*30.415,00*	17/12/2010			PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
033	17/02/2010	BRUNA KERLI VIEIRA INACIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*58.643,20*	17/12/2010	599	1.880,20	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
034	17/02/2010	BRUNA KERLI VIEIRA INACIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*193.364,80*	17/12/2010	601	6.534,64	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
035	17/02/2010	BRUNA KERLI VIEIRA INACIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*62.409,60*	17/12/2010	600	2.275,20	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
036	17/02/2010	VALERIA VIEIRA DE ANDRADE DA SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*113.520,00*	17/12/2010	594	2.703,00	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR

Nº CONTRATO	DATA	CREDOR	OBJETO	VALOR CONTRATO R$	DATA VIGÊNCIA	Nº NE/ANO	VALOR NE R$	PROC. LICITATÓRIO (se for o caso)	Nº CONVÊNIO (se for o caso)
037	17/02/2010	VALERIA VIEIRA DE ANDRADE DA SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*123.910,60*	17/12/2010	595	1.999,28	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
038	17/02/2010	ANDRE RAFAELI DEINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*47.795,00*	17/12/2010			PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
039	17/02/2010	ANDRE RAFAELI DEINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*52.140,00*	17/12/2010			PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
040	17/02/2010	ANDRE RAFAELI DEINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*122.694,00*	17/12/2010	602	2.901,60	PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
041	17/02/2010	LEANDRO COSTA SILVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR	*46.057,00*	17/12/2010			PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010	NADA A RELATAR
042	22/02/2010	MOURA DE SOUZA E CIA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E ALIMENTAÇÃO PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	28.275,31	22/05/2010			CARTA-CONVITE Nº 006/2010	NADA A RELATAR

Cotriguaçu/MT, 28 de fevereiro de 2010.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

Prefeitura Municipal de Curvelândia

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 001/2010

EDITAL COMPLEMENTAR N.° 006/2010

A Comissão Examinadora do Concurso Público, no uso das atribuições legais e em atendimento ao que prevê o item 19.11 do Edital de origem, faz saber que:

1 – Atendendo a determinação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Curvelândia-MT, fica estabelecida prova prática para os seguintes cargos:

a. Motorista I (veículo pequeno)
b. Motorista I (ambulância)
c. Motorista II (transporte escolar)
d. Motorista III (veículo grande)
e. Operador de Máquinas
f. Encanador
g. Agente Administrativo
h. Auxiliar Administrativo

1.1 – A prova prática terá caráter meramente classificatório e equivalerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, constituindo assim uma 3ª Etapa apenas para os cargos relacionados no item anterior.

1.1.1 – Os quesitos de avaliação estarão vinculados ao manuseio e operacionalidade de materiais, maquinários, veículos e equipamentos afetos as atribuições de cada cargo.

1.2 – A prova prática será aplicada apenas aos candidatos que vierem a obter nota classificatória na prova objetiva, segundo dispõe o item 11.6 do Edital de origem.

1.3 – A data, horário e locais de aplicação das provas práticas serão divulgadas pelo Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no mural da sede Prefeitura Municipal e pelo site www.curvelandia.mt.gov.br no dia 26 de abril de 2010.

1.4 – Excepcionalmente, aos candidatos inscritos para os cargos que haverá prova prática (3ª Etapa), fica assegurado a devolução da taxa de inscrição paga, com o consequente cancelamento da inscrição e desistência do Concurso Público, devendo para tanto formular Requerimento Administrativo destinado a Comissão Examinadora do Concurso Público até as 17:00 horas do dia 26 de março de 2010 pessoalmente ou por procurador regularmente constituído (procuração pública).

2 – Atendendo a recomendação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, fica ampliada de 01 (uma) para 02 (duas) vagas ao cargo de Médico Clínico Geral.

3 – Este Edital Complementar entra em vigora na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curvelândia - MT., 23 de março de 2010.

ELIAS DOS SANTOS
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

ROSANE APARECIDA DA SILVA
Secretária da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

GUSTAVO ALVES DO CARMO
Membro da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 001/2010

O Município de Dom Aquino-MT**,** através de sua Comissão de Licitação, instituída pela Portaria nº 008/2010, de 11/01/2010, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Órgãos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

Objeto: COTAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SERVIÇOS COM MÃO-DE-OBRA EM PEQUENAS REFORMAS/ MANUTENÇÕES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Tipo da Licitação: Carta Convite nº 001/2010
Data: 29/03/2010
Horário: às 09:00 horas (horário de Mato Grosso)
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av Cuiabá, 143 centro, podendo ser retirado no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1299, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: pmdomaquino@terra.com.br
Dom Aquino-MT., 19 de março de 2010.

MARILENE COIMBRA DE LIMA SALUSTIANO
Presidente da Comissão de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

Órgão: Gabinete do Prefeito Municipal
Identificação: Pregão Presencial nº 004/2010
Objeto: Aquisição de Material de expediente, para o exercício de 2010 atendendo a(o), Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e ao DAE - Departamento de Água e Esgoto, conforme descrito no anexo 02 deste edital**,** cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da referida Lei.
Tipo da Licitação: Pregão Presencial nº 004/2010
Data: 31/03/2010
Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT
Horário: às 09:00 horas (horário de Mato Grosso)
Pregoeira Oficial: SIRLENE VIEIRA DE JESUS
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), site do município www.domaquino.mt.gov.br**.**
Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: pmdomaquino@terra.com.br
Dom Aquino-MT., 22 de janeiro de 2010.

SIRLENE VIEIRA DE JESUS
Pregoeira Oficial

Visto

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Gaúcha doNorte

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 087/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial** no dia **07/04/2010 às 08:00 horas** (Horário de Cuiabá) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 007/2010.
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes para tratamento de saúde nas cidades de AGUA BOA (MT) e CUIABÁ (MT).
ABERTURA DA SESSÃO: 08:00 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 08:15 horas.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT. Demais informações pelo fone/fax (66) 3582 1172 ou ainda através por e-mail no seguinte endereço eletrônico: licitacaogauchadonorte@hotmail.com.

Gaúcha do Norte, 23 de Março de 2.010.

Alessandro Ap. Medina Ubeda
Pregoeiro Oficial

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 087/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial** no dia **07/04/2010 às 10:00 horas** (Horário de Cuiabá) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 008/2010.
OBJETO: Aquisição de diversos materiais de expediente para retirada de forma diária e parcelada de acordo com as necessidades das diversas secretarias do Município de Gaúcha do Norte-MT.
ABERTURA DA SESSÃO: 10:00 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 10:15 horas.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT. Demais informações pelo fone/fax (66) 3582 1172 ou ainda através por e-mail no seguinte endereço eletrônico: licitacaogauchadonorte@hotmail.com.

Gaúcha do Norte, 23 de Março de 2.010.

Alessandro Ap. Medina Ubeda
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Exercício de 2009
ANEXO 17

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2006	281.075,44 C	0,00	73.406,58	207.668,86 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2007	34.500,00 C	0,00	34.500,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2004	13.844,00 C	0,00	0,00	13.844,00 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2009	0,00	1.631.957,13	0,00	1.631.957,13 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2009	0,00	884.884,80	0,00	884.884,80 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2008	1.089.985,08 C	0,00	724.871,93	365.113,15 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2004	332.735,71 C	0,00	31.684,75	301.050,96 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2008	66.314,41 C	0,00	59.417,76	6.896,65 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2002	73.992,70 C	0,00	0,00	73.992,70 C
Subtotal :	1.892.447,34 C	2.516.841,93	923.881,02	3.485.408,25 C
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS				
INSS - CONSTRUTORA JURUENA	0,00	163.363,11	163.363,11	0,00
INSS - PLANTECH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA	0,00	37,62	37,62	0,00
B. VOTORANTIN-EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	749.404,65	749.404,65	0,00
INSS - TRAVA EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA	0,00	1.159,40	1.159,40	0,00
BANCO MORADA - EMPRESTIMO CONSIGNACAO	0,00	12.697,69	12.697,69	0,00
INSS - WIN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	0,00	1.288,85	1.288,85	0,00
I.R.R.F. - FOLHA PAGAMENTO FUNCIONARIOS	0,00	316.410,92	316.410,92	0,00
CAIXA EC. FED- EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	63.546,45	63.546,45	0,00
INSS - JADE ENGENHARIA IND.E COM. DE EST. MET.LTDA	0,00	4.166,13	4.166,13	0,00
INSS - PROLL CONSTRUCOES LTDA	0,00	1.539,69	1.539,69	0,00
INSS - CONSTRUTORA IMPACTO LTDA	0,00	2.981,44	2.981,44	0,00
INSS - C S DA ROCHA E CIA LTDA	0,00	3.638,18	3.638,18	0,00
PASEP PGTO EXTRA-FUNCIONARIOS	0,00	75.078,58	75.078,58	0,00
INSS - CONSPAVI CONSTRUCAO E PARTICIPACAO LTDA	0,00	51.936,75	51.936,75	0,00
INSS - VIRGINIO PANSERA	0,00	144,00	144,00	0,00
INSS - CONSTRUTORA ROCHA LTDA	0,00	7.393,18	7.393,18	0,00
BANCO BRASIL - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	313.126,46	313.126,46	0,00
INSS - PRESTADOR SERVICOS	0,00	8.986,42	8.986,42	0,00
INSS - ORIDES BORGES VIEIRA - SERVICOS ME	0,00	7.386,60	7.386,60	0,00
CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	25.122,02	25.122,02	0,00
PENSAO ALIMENTICIAS	0,00	14.489,60	14.489,60	0,00
SINTEP - MT	0,00	11.603,16	11.603,16	0,00
I.N.S.S.	0,00	112.453,02	112.453,02	0,00
I.N.S.S. - SAÚDE	0,00	74.845,81	74.845,81	0,00
I.N.S.S. - EDUCAÇÃO	0,00	26.990,91	26.990,91	0,00
PREVIGUAR - SAÚDE	0,00	269.049,64	269.049,64	0,00
INSS - FUNDEB 60%	0,00	83.918,47	83.918,47	0,00
PREVIGUAR	0,00	177.631,74	177.631,74	0,00
PREVIGUAR - FUNDEB 40%	0,00	100.153,87	100.153,87	0,00
PREVIGUAR - FUNDEB 60%	0,00	281.984,82	281.984,82	0,00
PREVIGUAR - EDUCACAO	0,00	5.352,46	5.352,46	0,00
Subtotal :	0,00	2.967.881,64	2.967.881,64	0,00
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR				
BANCO DO BRASIL - BNDES - PMAT	0,00	97.970,72	97.970,72	0,00
I.N.S.S. - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	0,00	19.738,95	19.738,95	0,00
INSS ADMINISTRATIVO	0,00	258.946,32	258.946,32	0,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Exercício de 2009
ANEXO 17

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR				
SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA	0,00	5.276,02	5.276,02	0,00
Subtotal :	0,00	381.932,01	381.932,01	0,00
Total :	1.892.447,34 C	5.866.655,58	4.273.694,67	3.485.408,25 C

Nota: Na coluna Baixa, estão sendo considerados valores de cancelamentos de: Restos a Pagar no valor de R$ 1.933,75 (um mil novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO
Prefeito Municipal

ÁUREO SOARES FRUTUOSO
Secretario de Administração e Finanças

EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

Demonstração da Dívida Flutuante

Adminimistração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2009

ANEXO 17

Títulos		Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
			Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR		1.893.827,00 C	2.517.793,94	925.260,68	3.486.360,26 C
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		0,00	3.190.825,72	3.190.825,72	0,00
	Subtotal :	1.893.827,00 C	2.517.793,94	925.260,68	3.486.360,26 C
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR		0,00	381.932,01	381.932,01	0,00
	Subtotal :	0,00	3.190.825,72	3.190.825,72	0,00
	Total : al :	1.893.827,00 C	6.090.551,67	4.498.018,41	3.486.360,26 C

Nota: Na coluna Baixa, estão sendo considerados valores de cancelamentos de: Restos a Pagar no valor de R$ 1.933,75 (um mil novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

Prefeitura Municipal de Guiratinga

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/ 2010

A Prefeitura municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº. 001/2010, que teve por Objetivo: Aquisição de Gêneros alimentícios.

Empresa:

NILZIA ROCHA DE SOUZA.

Valor: R$ 277.034,38 (duzentos e setenta e sete mil, trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).

Guiratinga / MT, 24 de março de 2010.

Jose Teodoro Filho
Presidente da Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Itanhangá

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que na Licitação tipo Pregão Presencial 008/2010, instaurada para Contratação de empresa para execução de mão de obra e fornecimento de peças automotivas em geral para suporte em veículos da frota Municipal de Itanhangá (MT), sagraram-se vencedora a empresa:

Objeto	Empresa Vencedora	Valor Total
Contratação de empresa para execução de mão de obra e fornecimento de peças automotivas em geral para suporte em veículos da frota Municipal	BOLSONI E CIA LTDA - CNPJ 06.763.024/0001-89	R$ 161.248,10 (cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dez centavos)

Itanhangá – MT 23 de março de 2010

Eliz Regina Prado de Moraes
Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Itaúba

PORTARIA Nº 052 / 2007

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ LOCAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA ACOMPANHAMENTO DO "PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO" NO MUNICÍPIO DE ITAÚBA/ MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. LEVINO HELLER, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

R E S O L V E:

Artigo 1º - *NOMEAR membros para a composição do* ***COMITÊ PERMANENTE*** *para acompanhamento da execução do* ***PAR. "PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS"*** *do Município de Itaúba/MT, com representatividade nas entidades e órgãos conforme a seguir:*

I – FÁBIO DA SILVA VIANA, RG 1318577- 2 SSP/MT, CPF 003.524.451-81, End: Av. Industrial n° 42, Centro, e-mail: cuidado_na_area_x@hotmail.com, Tel: (66) 3561 1118 Cel: (66) 9612 9637.

II – VERA LUCIA MACIEL LOPES, RG 102.644-77 SSP/MT, CPF 878.783.301-82, End: Rua Eugênio Bedin n° 69, Bairro Centro, e-mail: Verawww@hotmail.com, Tel: (66) 3561 1433/1617 Cel: (66) 9614 1015.

III – IZABEL CRISTINA RANDOLI DA SILVA, RG 767.389 SSP/MT, CPF 432.220.641-72, End: Rua Armando Strapazzon n° 218, Bairro Recanto dos Pássaros, e-mail: randolicris@hotmail.com, Tel: (66) 3561 1371 Cel: (66) 9902 3501.

IV – IVETE DE BARROS FIALHO TIM, RG 557.706.279 SSP/SP, CPF. 069.148.408-22, End: Av. Brasil n° S/N, Bairro Centro, e-mail: N/C, Tel: (66) 3561 1240/1617 Cel: (66) 9633 6791.

V – EGÍDIO JOEL ENGSTER, Rg. 4.706.710-3, CPF. 663.809.019-49, End.: Rua Armando Strapazzon nº 139, Centro na cidade de Itaúba-MT.

VI – VILMA GRIS FRIGERI, Rg. 14/R-843.397 SSI/SC, CPF. 473.971.109-59, End.: Rua Armando Strapazzon s/nº, centro – e-mail: brunofrigeril@hotmail.com, Tel.: (66) 3561-1239.

VII - EDINEI GLEISON DA SILVA COLHIADO, Rg. 697.223-7 SSP/ PR., CPF. 027.563.809-03, End.: Av. Brasil 504/fundos – centro, e-mail: ednineigleison@hotmail.com, Tel.: (66) 9223-2606.

VIII – ROZILENE DA COSTA BATISTA RODRIGUES, Rg. 1.161.076-0 SSP/MT., CPF. 831.594.601-37, End.: Av. da Saúde s/nº - centro, e-mail lene_itauba@hotmail.com, tel.: (66) 3561-1050.

IX – DEUSENIR ALVES NUNES SOUSA, Rg. 867.958 SSP/MT., CPF. 036.326.478-79, End.: Av. da Saúde s/nº - centro, e-mail deusamt@hotmail.com, Tel.: (66) 9646-9873.

X – MARLI VIEIRA DOS SANTOS, Rg. 380.794 SSP/MS., CPF. 437.127.891-49, End.: Av. Tiradentes 274 – centro, e-mail li_vieir@hotmail.com, Tel.: (66) 9222-7783.

Artigo 2º - *O Comitê ora designado terá suas atribuições por um período de quatro anos.*

Artigo 3º - *A nomeação a que se refere o artigo anterior não será remunerada, devendo os nomeados participar como representantes das entidades e órgão que indicarem.*

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAUBA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE OUTUBRO DE 2007.

LEVINO HELLER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicada e Afixada no Mural desta Prefeitura Municipal de Itaúba no período de 16/10/2007 à 31/10/2007.

PORTARIA Nº 036 / 2010

SÚMULA: EXONERAR ROZILENE DA COSTA BATISTA RODRIGUES, MEMBRO DO CONSELHO PERMANENTE DO PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS .

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO :

R E S O L V E:

Artigo 1° - Exonerar a partir desta data **Rozilene da Costa Batista Rodrigues,** Rg. 1.161.076-0 SSP/MT., CPF. 831.594.601-37 , do cargo de Membro do Comitê Permanente de acompanhamento da execução do "PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAUBA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE MARÇO DE 2010.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicada e Afixada no Mural desta Prefeitura Municipal de Itaúba no período de 24/03/2010 à 24/04/2010.

PORTARIA Nº 037 / 2010

SÚMULA: NOMEAR MIRIAM SALETE GUIMARÃES COMO MEMBRO DO CONSELHO PERMANENTE DO PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS .

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO :

R E S O L V E:

Artigo 1° - Nomear a Sra. Miriam Salete Guimarães, Rg. 4.534.994-2 SSP/PR., CPF 411.721.751-87, Endereço : Rua Benedita Ferreira da Silva, n° 1.866, Cidade Alta, e-mail: miriamguimaraesitauba@hotmail.com , telefone (66) 9954-3399 para o cargo de Membro do Comitê Permanente de acompanhamento da execução do "PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS.

Artigo 2º - *A nomeação a que se refere o artigo anterior não será remunerada, devendo o nomeados participar como representante da entidade e/ou órgão que indicar.*

Artigo 3º - Permanecem inalterados os demais membros e prazos estipulados pelo decreto 052/2007.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAUBA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE MARÇO DE 2010.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicada e Afixada no Mural desta Prefeitura Municipal de Itaúba no período de 24/03/2010 à 24/04/2010.

Prefeitura Municipal de Jaciara

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **Menor valor global,** tendo por objeto: "**Contratação de empresa para prestação de serviços de técnicos de Assessoria e relacionado com apuração do Índice de Participação do Município de Jaciara-MT, na arrecadação de ICMS, e fornecimento de Software adequado para o serviço",** conforme planilha discriminada no edital, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no **DIA 9 DE ABRIL 2010 - 08:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 as 14:00 horas, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00, não restituível. Informações: tel. (0**66)3461 1308 R/ – 217- Jaciara-MT, 24 de março de 2010. Marcos José Souza - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **Menor valor por lote,** tendo por objeto: "**Prestação de serviços de impressão de materiais gráficos para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** conforme planilha discriminada no edital, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no **DIA 7 DE ABRIL 2010 - 08:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 as 14:00 horas, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00, não restituível. Informações: tel. (0**66)3461 1308 R/ – 217- Jaciara-MT, 24 de março de 2010. Marcos José Souza - Pregoeiro.

REAVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **Menor valor por item,** tendo por objeto: "**Contratação de empresa**

para fornecimento de profissional para prestação de serviços médicos", conforme planilha discriminada no edital, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no **DIA 8 DE ABRIL 2010 - 08:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 as 14:00 horas, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00, não restituível. Informações: tel. (0**66)3461 1308 R/ – 217- Jaciara-MT, 24 de março de 2010. Marcos José Souza - Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N. 011/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 011/2010 foi vencedora a Empresa **POSTO TAPERAO LTDA,** nos itens I e II ao valor global de R$ **1.429.200,00 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos reis)**. Jaciara-MT, 24 de março de 2010. Marcos José Souza – Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Lambari D' Oeste

DECRETO Nº 009/2010
DE 15 DE MARÇO DE 2010.

" Dispõe sobre a atualização do Valor Venal de Imóvel Rural no Município de Lambari D'Oeste –MT, e dá outras providencias"

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais , especificamente as contidas nos Arts. 62 e 90 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Atualiza o valor Venal dos Imóveis Rurais do Município de Lambari D'Oeste ,Estado de Mato Grosso, conforme valorização e região de localização do imóvel.

Art. 2º - Os valores definidos por este Decreto serão em conformidade com o abaixo discriminado, divido por Regiões e Micro Regiões, como segue:,

1 – PRIMEIRA REGIAO : corresponde as áreas de terras que fazem divisa com os Municípios de Rio Branco , Salto do Céu , Mirassol D'Oeste e São Jose dos Quatro Marcos,e , entre a estrada do Distrito de São Jose do Pingador e Rodovia MT 247, até as margens do Rio Vermelho.

Ï%Esta Região fica subdividida em duas micro-regiões:

Micro – Região nº 01 – Área de terras que fazem divisa com os Municípios de Rio Branco, Salto do Céu , Mirassol D'Oeste e São Jose dos Quatro Marcos, com preço mínimo por hectare no valor de R$ 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais).

Micro- Região nº 02 – Área correspondente entre a estrada de São Jose do Pingador e Rodovia MT 247 , ate as margens do Rio Vermelho, com preço mínimo por hectare no valor de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

2 – SEGUNDA REGIAO: corresponde as áreas de terras localizadas entre o Rio Sepotuba , até a divisa dos Municípios de Cáceres e Barra do Bugres.

Ï%Esta Região fica subdividida em três Micro-regiões:

Micro- Região nº 001 – Área de terras localizadas as margens do Rio Sepotuba , fica definido o preço mínimo de R$ 1.800,00 (Um Mil Oitocentos Reais) por hectare.

Micro- Região nº 002 – Área de terras localizadas na divisa dos Municípios de Cáceres e Barra do Bugres , fica definido o preço mínimo de R$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais), por hectare.

Micro- Região nº 003 – Área de terras localizadas entre o Distrito de Boa União e a Comunidade da Olaria , desde que as mesmas não façam margem ao Rio Sepotuba e Rio Vermelho, fica definido o preço mínimo de R$ 1.000,00 (Um Mil Reais) por hectare.

Art. 2º - Qualquer alteração que se fizer necessária em relação ao cadastro de imóvel ou valores, deverá o contribuinte solicitar a Secretaria Municipal de Finanças , através do Departamento de Fiscalização e Tributos, as devidas retificações.

Art. 3º - A falsidade ou omissão nas informações fornecidas para a inscrição dos dados cadastrais do imóvel, acarretará ao contribuinte , multa sobre o valor do imposto, calculados com base nos dados corretos do imóvel , de acordo com o que estabelece a legislação em vigor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume e no jornal oficial dos Municípios, revogando-se as disposições em contrario, em especifico as contidas no Decreto nº 069/2006.

Gabinete da Prefeita , Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dez.

Registre-se, Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nortelândia

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA 001/2010

Custo do Projeto: A ser definido em cada Plano de trabalho. **Local da Realização do projeto:** Município de Nortelândia/MT. **Data de assinatura do Termo de Parceria:** 23/03/2010**. Início do Projeto**: 01/04/2010**. Término do Projeto:** 31/12/2012. **Objeto do termo de Parceria.** Formação de vínculo de cooperação por meio de termo de parceria visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto n° 3.100 de 30 de junho de 1999, nas diversas áreas de atuação da Prefeitura Municipal de Nortelândia/MT. **Nome da OSCIP:** Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste – ADESCO. **Endereço:** Rua das Pérolas, 989 – Bosque da Saúde – Cuiabá/MT. **CEP:** 78.050-090 – **Tel/Fax:** (65) 3642-1123. **Nome do responsável pelo Projeto:** Jaqueline Alessandra Néri Rissatto. **Cargo/Função:** Conselheira Presidente da Entidade.

Prefeitura Municipal de Nova Brailândia

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Genésio Florentino de Araújo
OBJETO: Prestação de Serviço Tiragem de Madeira para Reforma de Pontes de Madeira
VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 04/02/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Denil Francisca Paula Marques
OBJETO: Locação de um Prédio com 03 (três) peças, para funcionamento do Conselho
Tutelar de Nova Brasilândia – MT.
VALOR: R$ 6.420,00 (seis mil quatrocentos e vinte reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Carlos Basseto
OBJETO: Locação de um Prédio para o funcionamento da Garagem para os Equipamentos, Maquinários e Oficina Mecânica da Secretaria Municipal de Infra - estrutura de Nova Brasilândia – MT**.**
VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Eurico Joaquim Jesus da Silva
OBJETO: Locação de um Prédio com 198 M² situado na Avenida Tiradentes, S/N Centro, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Brasilândia
VALOR: R$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: osé Pascoal de Freitas
OBJETO: "Locação de uma Casa Para o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS"
VALOR: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: José Borges Sobrinho
OBJETO: Locação de 01 (um) Veículo Fiat/Strada Working, com carroceria, destinado a reforçar a demanda do recolhimento de lixo seletivo no Distrito do Peresópolis
VALOR: R$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Fátima Silva Kalaf
OBJETO: Locação de um Prédio Para funcionamento do Destacamento de Policia em Nova Brasilândia – MT;
VALOR: R$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Gleide Silva Lima Siqueira
OBJETO: Locação de um Prédio com 04 (Quatro) Peças, sendo 01 (UM) Escritório, 01(UMA) Copa com Toalete 02 (DOIS) Salão para funcionamento da Secretaria de Educação de Nova Brasilândia – MT.
VALOR: R$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
VIGENCIA: 04/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Edmilson Yorio Otake - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Laboratório consistentes em exames complementares para Pré Natal e Saúde do Homem
VALOR: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
VIGENCIA: 29/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 010/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Lavanderia Alba LTDA EEP
OBJETO: Contratação de uma empresa especializada na lavagem das Roupas do Centro Municipal de Saúde e Hospital Santa Maria
VALOR: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
VIGENCIA: 29/01/2010 a 31/12/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Alves de Araújo & Araújo LTDA
OBJETO: Prestação de Serviços na Reforma de 08 (oito) metros do lance da ponte na Região do Embira Branca
VALOR: R$ 1.600,00 (hum mil seiscentos reais)
VIGENCIA: 29/01/2010 a 18/02/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: José Alves dos Santos
OBJETO: Prestação de Serviços na Reforma da Ponte sobre o Córrego Lingüiça, nas proximidades da Fazenda Liberdade, 09 (Nove) metros de comprimentos por 04 (Quatro) metros de largura.
VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
VIGENCIA: 29/01/2010 a 18/02/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Narciso Mateus Ventura
OBJETO: Prestação de Serviços de Mão de Obra na Reforma/ Construção de uma sala de aula medindo 6 x 8 com uma área anexo 3 x 8 em alvenaria, cerâmica e forro para atender a Escola Municipal Nova Filândia no Destrito de Peresópolis no Município de Nova Brasilândia - MT.
VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais)
VIGENCIA: 29/01/2010 a 16/02/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 014/2010

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: Idete de Lara
OBJETO: Prestação de Serviços na Reforma da Ponte, sobre o Córrego do Jacaré, acesso a Comunidade Santa Amélia Via Fica Faca, 15 (Quinze) metros de comprimentos por 04 (Quatro) metros de largura de reforma de prancheado VALOR: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
VIGENCIA: 02/03/2010 a 23/02/2010
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

AVISO DE CANCELAMENTO DO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 008/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que, através deste, fica **Cancelado,** ou seja, **sem efeito,** o **Edital Nº. 001/2010 – Processo Seletivo Simplificado** da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, publicado na Imprensa Oficial dos Municípios (AMM), que faria realizar no dia 05 de Fevereiro de 2010, às 15:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal, na Av. 16 de Junho, nº 815, Centro, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, Licitação Modalidade Tomada de Preço, tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei Nº 8.666, de 21 de

junho de 1993., para contratação de serviços especializados de assessoria e consultoria técnica, conforme projeto básico e edital de licitação.

Nova Lacerda, MT, 25 de Janeiro de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira
Presidente da CPL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE Nº 22/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNCIPIO DE NOVA LACERDA-MT E A EMPRESA ACPI- ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1- O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O SEGUINTE:
1.1.1- PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE Nº 22/2009 PELO PRAZO DE DOZE MESES.
1.1.2- O PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO FICA ESTENDIDO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

NOVA LACERDA- MT 22 DE MARÇO DE 2010.

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

TOMADA DE PREÇOS 001/2010 – EDITAL RESUMIDO

O Município de Nova Marilandia – MT, com sede administrativa na Av. Tiradentes, nº329 – Bairro Centro – Nova Marilandia- MT, CEP 78415-000, através da sua Comissão Permanente de Licitação torna público para quem possa interessar, que realizará às **10:00** horas, do dia **09/04/2010**, licitação na modalidade supra citada, do tipo menor preço, que tem por objetivo **OBJETO: EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUCAO DE 90 (NOVENTA) UNIDADES HABITACIO-NAIS COM 32,00M², NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.** Informação mais detalhada e edital completo poderá ser solicitada no endereço supra mencionado, de segunda a sexta–feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, com a comissão permanente de licitação mediante o pagamento de taxa não reembolsável de R$ 200,00 (duzentos reais).

Nova Marilandia/MT – MT, 23 de março de 2010.

EDIVALDO NOGUEIRA SOUTO - Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

Concurso Público 001/2010 – Edital Complementar 05

O Prefeito Municipal de Nova Maringá/MT e o Presidente da Comissão Examinadora de Concurso, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontram à disposição dos interessados no Mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá e no seguinte endereço eletrônico: www.grupoatame.com.br os seguintes relatórios e resultados: Relação do Resultado da Análise dos Títulos Apresentados, e Relações do Resultado do Concurso Público 001/2010, sendo o aviso do resultado divulgado no Diário Oficial do Estado**.** Desta forma, fica valendo a data da publicação do aviso do resultado na imprensa oficial como início da contagem de prazo recursal nos termos do edital do concurso. Nova Maringá/MT, 23 de Março de 2010. Oscar José de Carvalho - Prefeito Municipal / Antonio Alamino Cardoso Cásseres - Presidente Comissão Examinadora de Concurso

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

ATA Nº. 07/2010
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2010

Às 09:00 (nove) horas do dia 24 (vinte e quatro) de março do ano de dois mil e dez, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, reuniram-se os componentes da Comissão Permanente de Licitações: Sta. Karla Beatriz Bernatzky, presidente, Srta. Alessandra Marta do Nascimento, Secretária e demais membros da comissão de Licitação, o Sr. Joaquim de Azevedo e Josimar dos Santos, nomeados através do Decreto nº. 08/2010, para nos termos da Lei Nº. 8.666/93 de 21/06/93, atualizada pela Lei Nº. 8.883/94, proceder à abertura e julgamento da Tomada de Preços nº. 001/2010, destinado a selecionar melhor proposta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA RUA REINOLDO KAUFMANN ESQUINA COM A RUA FREDERICO NOETZOLD NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE. Abertos os trabalhos da Comissão de Licitação pela Presidente, solicitou que fossem apresentados os envelopes das empresas participantes do certame. A Secretária da Comissão apresentou os envelopes da empresa BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 09.101.297/0001-56, constatando-se que esta é a única empresa participante do certame. Iniciou-se então pela rubrica dos envelopes e verificação da documentação da empresa em habilitação. Feita a análise da documentação apresentada, constatou-se que a documentação da empresa estava de acordo com as exigências do edital, ficando de pronto habilitada. Passou-se então para a abertura do envelope de proposta da empresa habilitada. A proposta apresentada foi no valor de R$ 153.090,81 (cento e cinquenta e três mil e noventa reais e oitenta e um centavos). Levando-se em consideração que não há outras empresas interessadas em apresentar proposta ao certame e que a proposta apresentada pela empresa participante está de acordo com a planilha da obra, a Comissão declara a empresa BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA como vencedora do certame licitatório, encaminhando o processo para análise pela Prefeita Municipal e competente adjudicação, homologação e contratação em tempo hábil. Nada mais havendo a tratar, eu Alessandra Marta do Nascimento, Secretária desta Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros desta Comissão e presentes.

Karla Beatriz Bernatzky
Presidente da CPL

Alessandra Marta do Nascimento
Secretária da CPL

Joaquim de Azevedo
Membro

Josimar dos Santos
Membro

Sônia Maria Suzuki de Campos
Rep. Empresa Buritis Com. e Const Ltda

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 11/2010**, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA USF III – MIGUEL GARATTINI E SERVIÇOS COMO PLANTONISTA SOB REGIME DE SOBREAVISO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE NOVA MONTE VERDE-MT, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedora do certame licitatório a empresa **FÁBIO F. NISHIKAWA ME**, no valor de R$ 222.250,00 (duzentos e vinte e dois mil duzentos e cinquenta reais) e determino que se tome as devidas providências para assinatura dos respectivos contratos.

Nova Monte Verde-MT, 24 de março de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 10/2010**, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE NO EXERCÍCIO DE 2010, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a

Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedora do certame licitatório a empresa **JORNAL GN LTDA ME**, no valor de R$ 20.009,00 (vinte mil e nove reais) e determino que se tome as devidas providências para assinatura dos respectivos contratos.

Nova Monte Verde-MT, 24 de março de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 009/2010**, cujo objeto trata-se de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO, MATERIAL LABORATORIAL, MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E DE FARMÁCIA BÁSICA E MATERIAL PERMANENTE ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedoras do certame licitatório as empresas

ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, no valor total de R$ 2.660,00; **DENTAL REZENDE LTDA,** no valor de R$ 8.059,30; **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA,** no valor de R$ 6.953,53; **JCM COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA,** no valor de R$ 218.899,46; **SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, no valor de R$ 565.413,08; **DUOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**, no valor de R$ 292.422,93; **DENTAL CENTRO OESTE LTDA**, no valor de R$ 104.018,98; **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BEVILAQUA LTDA,** no valor de R$ 712.356,63 e determino que se tome as devidas providências para assinatura dos respectivos contratos.

Nova Monte Verde-MT, 24 de março de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Convite nº. 007/2010.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em comunicação via radio e jornais impresso para prestar serviços na divulgação de todas as matérias e noticias ocorrida no município de Nova Nazaré e que seja de interesse da administração publica Municipal.
REALIZAÇÃO: 01/04/2010.
HORAS: 10h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT, no horário das 07h00min às 13h00min com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Nova Nazaré - MT, 24 de Março de 2010.

Presidente da Comissão de Licitação.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 032/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA IVORI MARINHO DE MELO & CIA LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 03.03001.04.122.0003.2308.3.3.90.39.99.00-999
VALOR: R$ 12.648,06 (DOZE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS).
LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 002/2010
DATA: 23/03/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2010
AVISO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitação, situado à Avenida Mato Grosso, 175, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas para "**CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT"**, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2007, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 (oito) de abril de 2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou e no site www.novaolimpia.mt.gov.br.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 23 de março de 2010.

Maria Paixão de Souza Guedes
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2010
AVISO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitação, situado à Avenida Mato Grosso, 175, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço global, com finalidade de selecionar propostas para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLÍMPIA-**

MT", cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2007, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 09 (nove) de abril de 2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou e no site www.novaolimpia.mt.gov.br.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 24 de março de 2010.

Maria Paixão de Souza Guedes
Pregoeira

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 02/2010 AO CONTRATO N.º 056/2008

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
OBJETO: Alterar a CLAUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO do Termo de Contrato Nº 056/2008, que passam a ter a seguinte redação: O prazo de execução dos serviços objeto do presente contrato, será até o dia 22 de março de 2010.
DATA: 22/03/2010.

FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

EDITAL DE PROCESSO ELETIVO Nº 002/2010
DISPÕE SOBRE A HOMOLUGAÇÃO DOS INSCRITOS

PROCESSO ELETIVO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR, "LEI" Nº. 193/06 DE 26 DE JUNHO DE 2006.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Nova Santa Helena - MT, tem a seguinte composição: Representantes titulares da sociedade Civil: Alcides Albert; Márcia Aparecida da Silva Santos; Cleonice Rodrigues de Queiroz; Roberto Rodrigues da Silva e representantes titulares governamental: Elaine Brunetti da Silva; Maria Helena S. Loewenstein; Talita Maria Pereira Marcondes e Bruna M. P. Parron. **Faz saber a todos que tomarem ciência do Edital nº 002, que vem publicar a relação dos inscritos para concorrer a 5 (cinco) vagas para o cargo de Conselheiro Tutelar.**

Por ordem de inscrição:
01 Simara Jung
02 Paulo Fernando Dias
03 Thaisa Helena Alves da Costa
04 Solange Adriana de Morais Paixão
05 Elisangela Cristina Menani Salomão
06 Aline Bariquelo Moraes
07 Marta dos Santos Pedroso
08 Marcela Bittencourt de Lima
09 Nivaneia da Silva

Nova Santa Helena - MT, 22 de março de 2010.

Maria Helena Spohr Loewenstein
Presidente do CMDCA.

PORTARIA Nº 039/2010

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 009/2010, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.

Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Santa Helena/MT Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como **Pregoeiro** na licitação modalidade de pregão presencial 009/2010, no âmbito da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA/MT, o servidor:
ALEX OSCAR DE SOUSA, Matrícula 006

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.
Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** para o ato Edital de Licitação Pregão Presencial 009/2010, no âmbito da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA/MT, os servidores:
Franciane Paulatti de Sousa, Matricula 211
Elaine Brunetti da Silva, Matrícula 440
Bruna Maria Procópio Martins Parron, Matrícula 320

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de NOVA SANTA HELENA/MT, em 23 de março de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 23/03/2010 à 23/04/2010.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizara licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global Por Lote, com data prevista para o dia 09 de abril de 2010, as 08h00min horas (Horário de Mato grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, sito à Praça João Alberto Zaneti, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE**.

Nova Santa Helena - MT, 24 de março de 2010.

ALEX OSCAR DE SOUSA
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2.010
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2.010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer Jurídico, exarado pela Procuradoria Geral do Município, procedeu ao Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2.010, objetivando a CONTRATAÇÃO DE MOTO CROSS SHOW DE FREESTYLE, EQUIPE JOANINHA FREE STYLE SHOW, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS COMEMORAÇÕES DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE.

Nova Xavantina – MT, 23 de março de 2.010.

Márcio Garcia da Silva
Pres. da CPL.

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal.

Resultado resumido de habilitação, do Julgamento, da Homologação e Adjudicação - TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente à TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2010, objeto: "**MDV Informática Ltda**, com o valor montante de R$ 16.379,00 (dezesseis mil trezentos e setenta e nove reais), **RT Informática LTDA ME,** com o valor montante de R$ 1.457,20 (um mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e vinte centavos), **Millenium Papelaria e Materiais de Informática LTDA,** com o valor montante de R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) e **Capital Comercio Representações de Móveis e Informática EPP,** com o valor montante de R$ 1.247,50 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)".

Nova Xavantina – MT, 23 de março de 2010.
GERCINO CAETANO ROSA Prefeito Municipal

<u>JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO</u> – TOMADA DE PREÇOS N.º 010/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado do julgamento, homologação e adjudicação da TOMADA DE PREÇOS 010/2010 - objeto: LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER 7 LINHAS, do tipo menor preço por linha, conforme especificações de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Educação, data de abertura dos envelopes: 18/03/2010, às 9 horas (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Vencedores: Linha Cachoeira a Cidade - Rosana Terezinha Genevro; Linha Fazenda Santa Alice a Fazenda Viena - Valquiria Gonzaga Ferreira; Ana Claudia a Cidade - Edson Machado; Linha do Calcário - João Pereira Machado; Estrada de Campinapolis - Genivaldo Amâncio de Castro, os itens Santa Helena e Fazenda Ouro e Prata a Cidade não tiveram licitantes interessados.

Quaisquer informações no endereço supracitado.
Nova Xavantina – MT, 23 de março de 2010.
MÁRCIO GARCIA DA SILVA Presidente da CPL

Resultado resumido de habilitação, do Julgamento, da Homologação e Adjudicação

TOMADA DE PREÇOS N.º 012/2010
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente à TOMADA DE PREÇOS N.º 012/2010, objeto: aquisição de gêneros alimentícios e materiais de consumo. Empresa inabilitada: SELMA F DA SILVA VILELA – ME; Empresas vencedoras: SUPERMERCADO SUPER CAMPEÃO LTDA - ME**, no valor de R$ 37.277,40 (trinta de sete mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta centavos);** EDIVAN ALVES DA SILVA – ME**, no valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);** S C ROSA ME**, no valor de R$ 46.503,35 (quarenta de seis mil, quinhentos e três reais e trinta e cinco centavos);** WELISLEY G GUIMARÃES – ME **no valor de R$ 9.074,60 (nove mil, setenta e quatro reais e sessenta centavos)** SUPERMERCADO PROGRESSO LTDA ME**, no valor de R$ 116.802,70 (cento de dezesseis mil, oitocentos e dois reais e setenta centavos),** tudo em conformidade com a Ata de Julgamento anexa ao Processo Licitatório.

Nova Xavantina – MT, 15 de março de 2010.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Márcio Garcia da Silva
Pres. da CPL

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

PORTARIA N.º 206/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **CLAUDETE APARECIDA DOS PASSOS MACHADO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1387940-5 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 928.338.701-59, para o cargo de **COORDENADORA DE ENFERMAGEM**, de provimento em comissão, símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 204/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **WELICA FERREIRA OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1991360-5 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 042.764.321-03, para o cargo de **COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO**, de provimento em comissão, símbolo CC-VII, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 207/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **ESTEFÂNIA DE SOUZA TAVARES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2040689-4 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 028.816.091-63, para o cargo de **COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO**, de provimento em comissão, símbolo CC-VII, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 208/2010.

"*Dispõe sobre exoneração de Diretor de Escola Municipal, e dá outras providências."*

O Senhor AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º EXONERAR, o Senhor LUIS CARLOS SANCHES, portador da Cédula de Identidade RG nº 409.915-SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº 355.696.202-06 do cargo de Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental – INOVAÇÃO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 202/2010.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 08 de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 206/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **CLAUDETE APARECIDA DOS PASSOS MACHADO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1387940-5 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 928.338.701-59, para o cargo de **COORDENADORA DE ENFERMAGEM**, de provimento em comissão, símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 209/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **GILCENIA SOARES LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1119684-0 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 853.945.301-06, para o cargo de **COORDENADORA DOS PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS**, de provimento em comissão, símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 335/2008.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Março de 2010.

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 203/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **CASSIA BATTISTI BIANCHI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5152364 SSP/PA e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 028.325.921-39, para o cargo de **COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO**, de provimento em comissão, símbolo CC-VII, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 210/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **MIRIAN FRANCELINO DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.167.068-2 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 015.331.681-05, para o cargo de **COORDENADORA DE ATENDIMENTO MÉDICO**, de provimento em comissão, símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 045/2009.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Março de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 211/2010

"Dispõe sobre nomeação dos Membros do
Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências".

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados em conformidade com a Lei Nº 126/02, e alterada pela Lei Nº. 291/2009, os membros do Conselho Municipal do Idoso do Município de Novo Mundo-MT.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
Secretaria de Esportes:
Titular:
Sebastião Roberto Soares;
RG: 43134116;
CPF: 527.520.899-53;
Suplente:
Claudecir Cardoso de Almeida;
RG: 884.4211SSP/MT;
CPF: 570.844.751-68;

Secretaria de Saúde:
Titular:
Eder Adelino dos Santos;
RG: 1137098-0 SSP/MT;
CPF: 941.100.421-00;
Suplente
Célia Maria Alves Alcântara;
RG: 0845486 SSP/MT;
CPF: 695.462.231-15;

Representante da Secretaria de Assistência Social:
Titular:
Maria Anailda Ribeiro da Silva;
RG: 1340530-6 SSP/MT;
CPF: 923.354.031-68;
Suplente:
Arlete Almeida Bessa;
RG 1424048-3 SSP/MT;
CPF 737.354.732-72;

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:
Representante da Pastoral da Criança:
Titular:
Metilde Iost Gross
RG:1042876-3 SSP/MT;
CPF: 344.737.341-53;
Suplente:
Andréia dos Santos;
RG:1404077-8 SSP/MT;
CPF:003.737.731-02;

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores rurais:
Titular:
Alceu Tadeu Cordeiro de Meira;
RG: 1111180-1 SSP/MT;
Suplente:
Jose Morais;
RG: 2077504 SSP/SC;
CPF: 307.191.789-91;

Representante do Grupo de Idosos:
Titular:
Jose Bezerra da Silva;
RG: 252665 SSP/MT;
CPF: 241.401.801-10;
Suplente:
Felisbino Antunes Machado;
RG: 310240 SSP/MG;
CPF:066.171.901-49;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 171/2007.

Gabinete do Prefeito, aos 08 de Março de 2010.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 212/2010.

"***Dispõe sobre nomeação de Diretor de Escola Municipal, e dá outras providências."***

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** o Senhor **LUIS CARLOS SANCHES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 409.915-SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº 355.696.202-06 para o cargo de Diretor da **Escola Municipal de Ensino Fundamental – INOVAÇÃO.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 08 de Março de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paranaíta

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 275/2010, torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 003/2010, levado a efeito às 09:00 horas do dia 17 de Março de 2010, foi declarado vencedora dos certame a empresa PORTAL DA AMAZONIA TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.891.157/0001-79.

Paranaíta/MT, 22 de Março de 2010.

Luciane Raquel Brauwers
Pregoeira

EDITAL DE RESULTADO FINAL

A Comissão do Teste Seletivo Simplificado nº 002/2010 do município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 307/ 2010, de 10 de março de 2010, no uso de suas atribuições comunica aos interessados o **RESULTADO FINAL**.

Comissão do Teste Seletivo Simplificado, em Paranaíta-MT., 23 de março de 2010.

Lucia Helena Rodrigues Elias
Presidente da Comissão

Jeane Pinheiro — Comissão Avaliadora
Elias José Benvindo — Comissão Avaliadora
Fernanda Marusi Piovesan — Comissão Avaliadora
Juliano Ricardo Schavaren — Comissão Avaliadora

RESULTADO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO
(CONFORME PROVAS APLICADAS NO DIA 20/03/2010)

CARGO: NUTRICIONISTA NA AREA DA SAUDE

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0003	GABRIELI COMACHIO	26	APROVADO

CARGO: NUTRICIONISTA NA AREA DA EDUCAÇÃO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0002	TANIA BIFF	38	APROVADO

CARGO: PSICOLOGO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: ODONTOLOGO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO E ANALISE CLINICA

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: TÉCNICO EM MODALIDADE ESPORTIVA

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0007	ALESSANDRO DE CARVALHO FARIA	30	APROVADO

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
1	0008	ARNILDO FRANCISCO KREBS	30	APROVADO
2	0001	JOSE GENUIR P. DOS SANTOS	30	CLASSIFICADO
3	0011	VALDEMIR JOSE DA S. ALVES	26	CLASSIFICADO

CARGO: OPERADOR DE MAQUINA III

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRATICA	TOTAL	RESULTADO FINAL
1	0005	MOISES ANTONIO DA SILVA	30	10	46	APROVADO
2	0010	JOSE CARLOS DA SILVA	36	0	36	CLASSIFICADO

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2009 DE 11/12/09

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 010/2010 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

FIXA O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS PARA ENSINO MÉDIO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público data, horário, e os locais da realização das provas Objetivas para ensino médio, relação dos candidatos distribuídos por salas e cargos, conforme disposto no **Edital Nº 001/2009 de 11 dezembro de 2009**, e **Edital Complementar Nº 007/2010 de 23 de fevereiro de 2010,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios - AMM e Diário Oficial do Estado de MT – IOMAT, divulgado no site e mural da prefeitura, bem como locais de grande acesso público, para conhecimentos de todos os interessados.

1. PROVA OBJETIVA:

1.1. A prova objetiva terá **duração de 4 horas** e serão aplicadas no dia **28 de março de 2010, período matutino das 8:00 às 12:00 horas (horário de Mato Grosso),** de acordo com a relação dos candidatos distribuídos por cargo e salas, conforme **ANEXO I, II,** abaixo discriminados.

1.2. Local das Provas Objetivas, **Escola Don Elder Câmara, situada a Rua s/n – Bairro, Bela Vista, cidade de Peixoto de Azevedo – MT.**

1.3. Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas objetivas com **antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início das provas. Sendo que os portões será aberto as 7:30 horas da manhã.**

1.4. O candidato deverá apresentar o fiscal de sala o **Documento Original de Identidade (RG), acompanhado da Ficha de Inscrição, assinar a lista de presença e aguardar em sala o sinal da sirene para inicio das provas. O candidato deverá deixar encima da carteira o documento de identidade e ficha de inscrição para conferência pelo fiscal de sala ao entregar o cartão de respostas,** não será aceito cópia de documentos, mesmo sendo autenticada.

1.5. O candidato após assinar a lista de presença **não será permitido sair da sala para ir ao banheiro, beber água, somente após a distribuição das provas e cartão de respostas**, o início das provas somente após o toque da sirene e autorização do fiscal de sala.

1.6. Levar **caneta esferográfica de tinta azul ou preta.**

1.7. Os portões dos estabelecimentos de aplicação das provas serão fechados, impreterivelmente, **às 8:00 horas da manhã, não sendo permitido ingresso de candidatos após esse horário.**

1.8. Não será permitido o candidato fazer provas sem estar com os documentos exigidos no **Edital Nº 001/2009 de 11/12/2009** e neste **Edital Complementar Nº 0010/2010 de 24/03/2010** – Fixa local, horário, critérios e procedimentos para aplicação das provas objetivas e práticas.

1.9. Não será permitido ingresso de candidato no local da realização da prova após o horário fixado para seu inicio, sem a documentação exigida, divulgado e publicado no Jornal Oficial dos Municípios – AMM e Diário Oficial do Estado de MT – IOMAT, através deste **Edital Complementar Nº 010/2010 de 24/03/2010**, bem como presença de Autoridades e outras pessoas que não fazem parte da **Banca Examinadora, Comissão de Concurso Público e Fiscais.**

1.10. Não será permitido os candidatos entrarem no local da aplicação das provas, **portando armas, aparelhos eletrônicos BIP, telefone celular, relógio tipo "calculadora", Wakman, agenda eletrônica, Notebook, palmtop, gravador e outros tipos de**

aparelhos. Utilizar de livros, códigos, consulta com o colega do lado.
1.11. Após ser identificado pelo fiscal de sala, e assinar a lista de presença, nenhum candidato poderá retirar-se da sala, **somente após o inicio da prova e depois de ter decorrida 01 (uma) hora do inicio da prova,** poderá entregar seu caderno de questões da prova objetiva, cartão respostas, e retirar-se da sala de prova.
1.12. Não será permitido o candidato entrar na sala de provas, após o toque da sirene para inicio das provas.
1.13. O descumprimento das normas exigidas neste Edital implicará eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
1.14. O candidato que faltar com respeito com a **Banca Examinadora do Concurso, Coordenação e os Fiscais, será automaticamente eliminado do concurso.**
1.15. O candidato só poderá levar o caderno de provas, **1 hora antes do término da prova**, podendo pegar o caderno de prova na segunda-feira (**29/03/2010**), na Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo com a Comissão de Concurso Público da Prefeitura – CCP.
1.16. Não será permitido em hipótese alguma **candidato permanecer nas dependências da escola, após entregar seu cartão resposta para o fiscal de sala, cabe o candidato sair diretamente do estabelecimento**, para que não venha perturbar outros candidatos que estão fazendo provas, caso **venha persistir será automaticamente eliminado do concurso**.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, 24 de março de 2010.

Sinvaldo Santos Brito
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS DAS PROVAS OBJETIVAS DE ENSINO MÉDIO DISTRIBUIDOS POR SALA.

PERÍODO MATUTINO

HORÁRIO: 8:00:00 ÀS 12:00

DATA DA PROVA: 28/03/2010

SALA 01

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC	NOME	RG
003	ADIMILSON CONCÊNCIO PEREIRA	19.837.909
491	ADRIANA BARBOSA DA SILVA	1932567-3
001	ALDECI DO NASCIMENTO COLELHO	1221497-3
057	ALDIKELLI RODRIGUES DA SILVA	1520579-7
416	ALESSANDRA MARTINS DE ALMEIDA	1230958-3
705	ALINE ANTUNES VIEIRA	18188923,00
539	ANA FLAVIA MEIRELES RODRIGUES	2030440-4
450	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	1655075-7
311	ANDREIA P0RTIL DE ARAUJO	1351354-0
561	ANTONIA ALVES DA SILVA FEITOSA	206.7610.7
144	ANTONIA BEZZERA DA SILVA MENDES	1411758,00
016	ANTONIA DOS SANTOS RODRIGUES	150.013
582	ANTONIO DE MORAES SANTOS FILHO	1562729,00
672	ANTONIO JAMES OLIVEIRA DA COSTA	985292,00
410	ANTONIO REGINALDO	31.990
473	ARETUZA DE AQUINO MARQUES	0720853-7
007	BENEDITA CAMPOS	1932718-8
188	CARLA LUCIANA BONE	1849441-2
249	CARMELITA PEREIRA DE ARAUJO	169164,00
541	CELIA REGINA INACIO FERRAZ	1226155-6
589	CELIA REGINA MAGALHAES	11915609,00
307	CLARICE MARINEZ CENCI	10805532,00
328	CLAUDIA DA CONCEIÇÃO VAZ	15789560,00
280	CLAUDIA MESSIAS DE SOUSA	1080038-7
495	CRISTIANE MARINHO OLIVEIRA	1683516-6
118	CRISTIANE SILVA LIMA	967557,00
493	DAGLIA ALINE NEKEL VIEIRA	1891470-5
458	DAIANE RITTER	1725485-0
368	DALQUIRIA FREITAS DA SILVA DE FRANÇA	1103193-0
111	DANIELA PEREIRA DE CARVALHO	2005311-8

SALA 02

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG
141	DANYELLE DE LIMA SILVA	2009626-7
591	DARINE FRANCIELE VALENTIM REIS	20300516-8
126	DINA CHALES SILVA	1341094-6
237	EDER BORGERT	1517551-0
496	EDIMIR TEIXEIRA DOS SANTOS	1151663-1
421	EDIVANIA MORAES DE SOUSA	1522924-6
509	EDNEUSA ALVES	752752,00
052	ELENIR APARECIDA DE SOUZA	1226579-9
486	ELIANE PEREIRA DA CONCEIÇÃO SILVA	4462083
313	ELIEUSA BEZERRA MASCARENHAS	707307,00
424	ELISIANE GONÇAIVES DE SOUSA	1822027-4
133	ELIZANGELA BATISTA	1698958-9
270	ELIZANGELA VIEIRA SILVA	1193211-2
015	ELZA DE ALCÂNTARA	3.410.086.1
380	ERICA AGUIAR LIMA	3728750
273	ETELVINA APARECIDA TRINDADE DE SOUZA	943747
340	EUNICE ALVES DOS REIS BRUGNOLI	262398,00
081	EVERILDA DA APARECIDA ANTUNES DE LIMA	13/R-2.202.005
565	FATIMA COSTA DE OLIVEIRA	654.620
019	FERNANDA MARIA PESSOA COSTA	2435859
071	FRANCIANE COSTA SILVA	1269312-0
352	FRANCISCA IVETE DA SILVA SANTOS	1416699-2
108	FRANCISCA OLIVEIRA SILVA	3238939,00
550	FRANCISCA OLIVEIRA SILVA	1191579-0
004	FRANCISCA PIRES DE ARAUJO NETA	1.173.618
365	FRANCISCA RODRIGUES DOS SANTOS ROHLING	1221279-2
124	FRANCISCO VIEIRA DA CRUZ	14622752000-3
207	FREDSON JORGE VIANA MARINHO	11214970,00
338	GILVANIA MARQUES JARDIM	135.4483-7
029	GILVANIA SANTOS RODRIGUES	1813169-7

SALA 03

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG
542	GISLAINE DE SOUZA SILVA	1781083-3
256	IRANI PEREIRA DA SILVA COSTA	1341390-2
555	IRISLEIDE DOS SANTOS DE FREITAS GOMES	2191554-7
592	IVONE BEZERRA DA SILVA	5451509-0
415	IVONETI DIAS SANTANA	1538096-3
666	JAILMA OLIVEIRA DA LUZ	1522907-6
508	JAQUELINE DEL SANT	1198882-7
570	JEDILENE CHAGAS LIMA	2918779
028	JESSICA RESPLANDES MATIAS	2106344.3
166	JESUSLENE TRINDADE DE SOUSA BARBOSA	1831203-9
459	JOÃO BATISTA AGUIAR BARBOSA	867769
282	JOÃO BATISTA SILVA CURTI	1820064-8
315	JOSE APARECIDO MODESTO	867988,00
012	JOSELIA DOS SANTOS ALMEIDA	16.486.873.2
047	JOVENIRA MOREIRA DOS SANTOS	887.688
446	JOZIELI MACIEL	1449589-9
184	JUNIELE PORTELA DA COSTA MACEDO	1627132-7
033	JUNIOR DE JESUS SANTOS	12327590
492	KEDDIMA RAYZA SILVA RODRIGUES DA ROCHA	217.244.58
659	KEILA CARDOSO LIMA	1722893-0
627	KELLY CRISTINA BETTA BANHEZA	1440089
642	KETLLY FERNANDA FRANÇA ANDRADE	3.004.879
095	KREMORO METUKTIRE	1525116.0
631	LEANDRA ANDRADE DE OLIVEIRA	1642393-3
572	LEIDE CORREIA ALMEIDA	1351162-9
373	LEILIANE MARIA FIRMINO	12692808
462	LENICE GUIMARÃES SILVA	1603730-8
581	LEOMARINA LOPES MONTEIRO	1286483,00
350	LIDIANE LUDKE DOS SANTOS	1815603-7

261	LUANA APARECIDA BORGES BARROS	1328069-4

SALA 04

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG
086	LUCIANA CORDEIRO DOS SANTOS	1597726-9
087	LUCILENE SANTOS	1266197-0
615	LUCIMAR MORAES DE OLIVEIRA	1012810/7
253	LUZINETE LUCENA ROCHA GOMES	1.496.426
526	MANOEL DE JESUS N. BEZERRA	0667609-0
163	MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA MACIEL	1211918-0
396	MARCIA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA	1521088-0
630	MARCIANE CRISTINA THIES	1936199-8
376	MARGARIDA DA CONCEIÇÃO VAZ	1286613-0
155	MARIA AMELIA DOS ANJOS CARVALHO	967536,00
487	MARIA ANTONIA LIMA BEZERRA	1064616.7
180	MARIA APARECIDA MESTRE	57587709,00
050	MARIA CELIA CARREIRO DE OLIVEIRA VIEIRA	0995320-5
043	MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA PAVAN	1269287-5
105	MARIA DE FATIMA CONCEIÇÃO DOS S. RODRIGUES	1388321-6
394	MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUSA	1.026.511
441	MARIA DE JESUS P. DOS SANTOS	0967518-3
054	MARIA DE NAZARÉ DA SILVA CRUZ	880711
285	MARIA DENES DOS REIS PEREIRA	1038792-7
146	MARIA DO CARMO CARLOS GAMA	1874081,00
488	MARIA DO SOCORRO BENTO RIBEIRO	1211997-0
201	MARIA DOMINGAS MARQUES DA SILVA	63503996-6
072	MARIA ELENICE ALMEIDA	12123307
433	MARIA ELISIA DE MEDEIROS	3537512,00
342	MARIA GORETE ZUCHI	4211378-6
457	MARIA ILZA LIMA SOUSA	940.545
175	MARIA JOSE DA SILVA FREITAS	1351423-3
198	MARIA JOSE DE SOUZA	23.801.193-8
025	MARIA LENE TIBURSKI	1214779-6
011	MARIA LIMA DA SILVA	1340562-4

SALA 05

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG
110	MARIA NEIDE LIMA SANTOS	1212256-4
229	MARIA ONEIDE DA SILVA SOUSA	1820336-1
375	MARIA ROSA RODRIGUES FEITOSA SOUSA	1274862-5
303	MARIA SOUSA RAMOS	1351310-9
304	MARIA TEREZA SOUZA DE OLIVEIRA	140444,00
272	MARIA ZILDA DA SILVA	14.293.935
652	MARILDA FREITAS LIMA	837363,00
372	MARILENE LOPES VASCONCELOS	990388
502	MARILENE VIANA COSTA SANTOS	0617026-9
246	MARILZA MELO OLIVEIRA	1820282-9
448	MARINA F. SANCHES	2105088-0
258	MARINETE COSTA DA SILVA	1.060.454
279	MARLI DA SILVA MATOS	13734857
204	MARTA LOURENÇO DA SILVA FERREIRA	1820403-1
168	MAXIMA SILVA LEITÃO CHAVES	2070100-4
066	MESSIAS GOMES DE SOUSA	16616600
051	MICHELLE CRISTINA LIMA DE SOUZA	2009734-4
543	MICHELLY DAIANY ALVES FERREIRA	1787795-4
664	MOISES MARIA DE OLIVEIRA	522003,00
316	NADIA MAIRA PEREIRA AGUIAR	1876986-
1305	NEIDE DE SOUSA ROCHA DUARTE	861748,00
422	NEIDE GONÇALVES DOS SANTOS	1483186-4
123	NELSON ROBERTO DA SILVA PRIMO	39986695-7
082	NOEMI MARIA LANG GUERRA	0849830-0
324	ODILIA VIRIATO RODRIGUES	1379077-3
310	OZIMAR BESERRA MARQUES	3586864,00
529	PAULO SERGIO DOS REIS LIMA	1802215-4
447	RAIMUNDA COSTA SILVA	1211944,00
331	RAMAYANE DOS SANTOS SILVA	1821412-6

SALA 06

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG
200	RAYANE BEZERRA SILVA	1868506-4
117	REGINALDO BORGUETTI	1611237-7
223	RITA MARIA GOMES SOARES	1063324-3
325	RITA MARTINS SILVA	1324105-2
452	RÔMULO MOREIRA PAIXÃO	2113278-0
251	ROSANGELA LEÃO LOPES	1.517.271/6
320	ROSIMEIRE SILVA DOS SANTOS	1261427-0
114	ROSIVANHA SOARES MARTINS	1932686-6
271	SALETE DE SOUZA	450487167
329	SELMA BESERRA DOS SANTOS SILVA	201270-81
211	SILVANO MOURA MARINHO	1230706-8
240	SILVIA SANTOS GONÇALVES	757139,00
651	SIMONE CICERA INACIO DE SOUZA	1769209-1
687	SINAMOR SOUSA ARAUJO	757.252
193	SIONARA DA SILVA FERREIRA	15457923,00
614	SIVIANO LLOPIS DE ARRUDA	910261
212	SOLANGE APARECIDA COELHO SILVA	1102626,00
147	SOLANGELA GOMES DA SILVA FERMINO	1211871-0
485	SONIA APARECIDA PAIVAS	17079926
197	SUELI MOURA VIEIRA	1297470-6
121	SUELIA OLIVEIRA CORREIA	1212010-3
291	TACIANE RODRIGUES GARRIDO	1822373-7
549	TEREZINHA CARVALHO DA SILVA	808825,00
432	VALCIRENE VIEIRA COSTA	1211702-1
636	VALDIRENE CARMO NASCIMENTO	1698953-8
107	VANESKA ORTEGA ZANATTA RODRIGUES	1513285-4
466	WANESKA WRONSKI	1340380-0
503	WILLIAN GARRIDO PEREIRA	1545717-6

SALA 07

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC	NOME	RG
569	ADAILSON SILVA	2009065-3
220	ADRIANA MOURA DE CASTRO	2187432-8
423	AFONSO NETO VITORIA PARREIRA	3716901,00
477	AIRTON DA SILVA CRUZ JUNIOR	1857373-8
383	ALDAMARA SILVA DA FONSECA	1297572-9
639	ALDEANE COELHO VARÃO	1595256-8
489	ALESSANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA	1932477-4
152	ALEXANDRA INACIO TELES	1818458-8
620	ALINE DA SILVA MENDES	2320415-0
090	ALINE POLIANA DIAS	1822121-1
097	AMADEUS GOMES DA SILVA	1868494.7
618	ANA MARIA FERREIRA DOS SANTOS	2316016-0
275	ANDERSON RODRIGO OLIVEIRA ANDRADE	18/02/212.0
700	ANDERSON SILVA SOUZA	1915281-7
286	ANDERSON SOUTO DE ASSIS	2148633-6
624	ANDREA DE PAULA MAGALHÃES LIMA	2091272
464	ANDREA LAMEGO SCABENI	1036022-0
327	ANDREIA PEREIRA SILVA	17930716,00
298	ANIZIO FARIA DE OLIVIERA NETO	17229901
099	ANNE CAROLINE URZEDO GONÇALVES	1567595-5
634	ANTONIA MARIA DE ARAUJO DA CONCEIÇÃO	2655432003.8
399	ANTONIO JOSÉ SILVA DA SILVA	1944821-6
179	AUZENIRA SOUSA DOS REIS	1126318-0
055	CARLEANE PEREIRA DE SOUSA BATISTA	2034793-6
030	CASSIA DE OLIVEIRA	19866279-2
505	CHEILA DE SOUSA ALMEIDA	1642272-4
125	CHISLENE DE SOUSA ALMEIDA	1820307-8
587	CICERA CRISTINA ALVES DE FRANÇA	2339352-1
480	CLAUDIO ROBERTO RODRIGUES	55427896.0
431	CLEIDISON M. P. DA COSTA	2197710-0

SALA 08

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	NOME	RG
321	CLEIMA COSTA DE SOUSA	1818618-1
014	CLEIVANY COSTA ARAUJO	1140800
557	CLEMILDE ALVES CARDEAL	4022121
461	CLEOMAR OLIVEIRA CORREIA	4288115
048	CLEONICE OLIVEIRA DE ARAUJO	1.787.077
419	CLEONIRA LOPES DE OLIVEIRA SOUZA	436.745.9
189	DAIARA MELO DE SOUSA	1988855-4
151	DANIELA LIMA PACIDONIO	2079367-7
437	DAYARA CARDOSO DAMACENO	2159452-0
442	DAYSE DAYANE ANDRADE DOS SANTOS	2045210-1
524	DELMAR KRAUSE	14R2696235
075	DENEUSA GONÇALVES DA SILVA	2220306.0
680	DENI FERREIRA PADILHA	2203538-9
546	DENIS PESSOA DE SOUSA	1524991-3
657	DEUSENIRA TRAJANO SOUSA	1786037-7
235	DIEME CRISTINA FARIAS DA SILVA	2099247-5
688	DIONE DA SILVA MODESTO	1351076-2
521	EDIANE SUBTIL DE OLIVEIRA	1812876-9
676	EDILENE LEMOS DE SOUZA	1403766-1
484	EDILSON ALVES DE SOUSA GOMES	2347124-7
242	EDILSON DE OLIVEIRA	1525642-1
621	EDIMAR MOREIRA MELO	1567761-3
596	EDIZELIA PAULINO DE SOUSA	1822285-4
682	ELIANA LUIZ GUIMARÃES	19438869
056	ELIANE BEVILAQUA	799.382
692	ELISANGELA SOUZA SILVA	2070167-5
248	ELOISA ZENEIDE SOUTO SILVA MOURA	110111-30
560	ENITANIA ANGELA DOS SANTOS ARAUJO	53322271-0
388	ERICA MATOS RAPOSO	2145288-1
533	ERISLENE FERNANDES DE SOUZA	97482,00

SALA 09

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	NOME	RG
674	ESLAINE GOMES DE OLIVEIRA	428545500
354	EUDEBEDS LUIZ DE OLIVEIRA	557091
644	EVERSON DA FONSECA DE ALMEIDA	2194233-1
247	FABIO COSTA DA SILVA	2038775-0
034	FELIPE ALVES OLIVEIRA	2070765-7
274	FERNANDA CARVALHO DA SILVA	2112250-4
349	FERNANDA PEREIRA DA SILVA	2339434-0
601	FLAVIO LUIZ VIEIRA FERNANDES	32883883-4
479	FRANCIANE SOARES DA SILVA	5.810.938
116	FRANCILDA DE SOUSA	2306113-8
106	FRANCILENE TOSCANO DA CONCEIÇÃO	1692735-4
010	FRANCISA ADRIANE SILVA LIMA	967.471
583	FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA	1930708-0
150	FRANCISCA SOARES MARTINS	2279130-2
611	FRANCISCO DIAS DA SILVA	124014199-5
490	FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA	1941081-6
044	GABIELLE ROSSETTO	5874413
397	GEFERSON PEREIRA	2067402-3
287	GILVANEIDE DOS SANTOS DA SILVA FERNANDES	1886054-0
183	GLEICE CRISTINA DA SILVA SAMPAIO	1222165-1
045	GLEICIANE BEZERRA GOMES	1065248-5
531	GLEIDSON DOS SANTOS CARVALHO	12134384,00
638	GUSTAVO LUIZ BIESKI	19159293
120	HÉRICA REIS MONÇÃO	22533852002-4
276	ILDIMAR SILVA PEREIRA	1555961-0
658	IRANI FERNANDES DOS SANTOS CONCEIÇÃO	1556022-8
332	IRENE TAVARES FRANCO	1545783-4
607	ISAQUE BARBOSA PEREIRA	1572379-8
221	ISMAEL DE OLIVEIRA MORAES	2068449-5
049	ISRAEL FILHO DOS SANTOS	2194239-0

SALA 10

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC	NOME	RG
660	IUSA MARIA PRESTES TIMM	1275014-0
374	IVAN MANOEL NUNES CANGERANA	2127146.1
513	IVONILDA DIAS DOS SANTOS	2387893-2
648	JAQUELINE SILVA SOUSA	23061197
238	JEANE BARBOSA AMORIM	1565197-5
101	JESIVALDO ARAGÃO	392255-8
296	JOANA BATISTA SILVA	737.000
564	JOANNE EMELI DO NASCIMENTO MENDES	2388260-3
346	JOAO VITOR VIEIRA LONGO	15568210,00
579	JOCILENE PEREIRA SILVA	1785951-4
035	JORDAN QUIRINO ALVES	1989740-5
093	JOSÉ DA SILVA NETO	12.567.383
478	JOSÉ RICARDO FERREIRA DA SILVA	029079352005-0
454	JOSEMAR SCHLOSSER DA SILVA	2005315-0
665	JOSIANE APARECIDA FERREIRA ALVES	2413777-4
134	JOSICLEIA DO NASCIMENTO SOUSA	1661956-0
668	JOSYANE PEREIRA DA SILVA	2038746-6
337	JUCELIA LIMA DE SOUZA	2339383-1
603	JURACI OLIVEIRA GUEREIRO	1972998-7
420	KARINA DA SOUZA KAMINSKI	12262056
409	KATIANE MACEDO LIMA	2039363-6
514	KELIANE DA SILVA VIANA	2097444-2
449	KELLY CRUZ SILVA	1528113-2
469	KESIA MELANIA MONTANHA	1906134-0
588	LEANDRA MARIA DE CASTRO MELO	1702995-3
535	LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES	13795449,00
219	LEIDIANE LIMA DA SILVA	1661776-2
494	LEILA SOARES DE ARAULO	215373
691	LEILIANE DE JESUS NASCIMENTO	1577597-6
259	LEUDINAR DOS ANJOS SILVA	1065406.2

SALA 11

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	NOME	RG
119	LUCIANA RODRIGUES DE LIMA	1275079-4
418	LUISMAREA VIEIRA DA SILVA	1086075.3
040	LUSIANE BARBOSA SANTOS	1.518.905
604	LUZA NIELGA RODRIGUES MONTEIRO	2049794-6
625	MAIARA COSTA SILVA	1340251-0
643	MAILSON ALVES COELHO	21817774
654	MARCIA DA COSTA SILVA	1821256-9
443	MARCO TULIO FREITAS DA SILVA	1069768-3
608	MARCOS AURELIO DOS REIS	1395461-0
606	MARIA APARECIDA DE SOUSA LIMA	1.207.003
602	MARIA AUDINEIDE DA CONCEIÇÃO SOUSA	2009665.8
130	MARIA CECILIA LOPES MELO	2262889-4
622	MARIA CICERA RODRIGUES MELO	764520970
511	MARIA DA PAZ CONCEIÇÃO	2039318-0
233	MARIA DAS DORES SILVA DA SILVA	2203597-4
675	MARIA DE FATIMA MARTINS DA ROCHA	799576,00
684	MARIA DE JESUS SANTOS BARROS	504.681
215	MARIA DO DESTERRO CARVALHO SILVA	0334656-0
619	MARIA DO SOCORRO DA SILVA PAIXÃO	2372752-7
322	MARIA DO SOCORRO MENESES	784339,00
013	MARIA FABIA DOS SANTOS ARAUJO	1822007-0
232	MARIA FRANCISCA SILVA DA SILVA	1948493-3
024	MARIA GLAUCIANE LIMA SOUSA JAGIELO	1549012-2
113	MARIA IRACI SOUSA BARBOSA	858768,00
661	MARIA SIMONE DAS CHAGAS	1822169-6
523	MAYARA JOICE DA SILVA PAIXAO	2009756-5
283	MAYARA SOBREIRO DE MESQUITA	1989002-8
364	MIRIAM QUADRA SILVA	2358637-0
142	MIRIAN ALMEIDA CIRIANO	1351449-0
610	MIRIAN SILVA DOS SANTOS ALMEIDA	16679022001-0

SALA 12

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS:

INSC.	NOME	RG

472	MORGANA CHARLOT OHARA SILVESTRICOURT	10550741
465	MORGANA GOMES DA COSTA	21265550
551	NAYARA ALESSANDRA PASSARIM SILVA	2261860.0
460	NAYARA AQUINO DA SILVA	2087107-4
548	NAYARA CHRISTINA FERNANDES CLARO	2070770-3
540	NEIA DA SILVA CORREA	1368057-9
456	NELCI MARGARETE MAGNABOSCO	1281156-4
678	NELY DE SOUZA SOARES	1268110-5
703	NETANIS STAGGEMEIER LIMA	21595372,00
641	NILTON VACARO	223.609
020	NIVIA MARIA SILVA AMARAL	18438452001-0
573	OSIVALDO DA COSTA SILVA	15467932000-5
053	OSMIR SILVA GONÇALVES	1674686-4
067	OZELITA SOARES DA SILVA	10.39.56
590	PATRICIA GOMES BRANDAO	1558653-7
427	PATRICIA MENESES REIS	1818840-0
377	PATRICIA RODRIGUES FERREIRA	1973691-6
076	PATRICIA SOARES DA SILVA	1877895-0
435	PAULINO PINHEIRO AGUIAR	0920180-7
290	PAULO SANTANA MACHADO	1833854-2
556	POLYANA FEREIRA DA SILVA	2263173-9
689	PRISCILA EMANUELA GOMES PEREIRA	2005406-8
385	RAIMUNDO NONATO MESQUITA	676.512
277	RAUL CAMILO OLIVEIRA DE ALMEIDA PRADO	1379074-9
690	RAYANE OLIVEIRA DA SILVA	1630011-4
445	REGIANE PEREIRA LIMA	20304773,00
171	RENATO ALVES DE MORAIS	1472759,00
037	RENIL VOINAROSKI	5755741-9
309	RENILDES DUARTE VARJÃO	405573,00
284	RIVANILDE ALENCAR RIBEIRO	817295

SALA 13

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	NOME	RG
702	ROBERTO HONORIO GASPAR	781958-00
392	ROCHELANE CONCEIÇÃO SOUSA LIMA	2175097-1
234	ROGERIO OLIVEIRA ANDRADE	1802213-8
578	RONALDO KENIS FERREIRA SOUZA	1222624-6
629	ROSALINA CARVALHO ALVES DA SILVA	1341362-7
386	ROSEMERI CRISTINA DE MIRANDA	1351284-6
519	ROSILDA DOS SANTOS COSTA	1379264-4
476	ROSILENY TAVARES FRANCO	5442677
558	ROSINETE FERREIRA NASCIMENTO	2159638-7
510	RUTILENE CUNHA PESSOA	134.115.19
667	SANDRA VANESSA SOUSA SANTOS RIBEIRO	119862499-7
522	SARA PAIXÃO CAVALCANTE	2203626-1
387	SOLANGE GARRIDO	1905970-1
663	TAISE ERNESTINA PRESTES NOGUEIRA	1818689-0
504	TAMAR PONCIANO JESUS	1112397-4
528	TATIANE PEREIRA DA SILVA	1852587-3
530	THAIS DA SILVA RIBEIRO	2006077-7
172	THIAGO HENRIQUE RIBEIRO	1765902-7
411	TIAGO PIRES SOUSA	2163646-0
335	VALDENICE PEREIRA DE ANDRADE	0310408-7
205	VALDIR DE SOUSA	3226981-8
597	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS	1915343-0
353	VANESSA ZAVISLAK DOS SANTOS	19288921
547	VERONICA GONÇALVES DA SILVA	1932452-9
224	WELTON DE SOUZA MARQUES	1969286-2
544	WILLIAN RESPLANDES MATIAS	2215761-1
574	WLADIMIR FRANCISCO GOMES DA SILVA	1699223-7
626	WUELITON CEZAR DE MELO	18914667
685	YARA DORVALINA SMIALOVSKI DE CARVALHO	18586673-2
463	ZÉLIA DE BITENCOURT	737.253
681	ZILDA RIBEIRO HOFFMANN	17915392

SALA 14

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSC	NOME	RG
500	ANDRESSA APARECIDA VARGAS ROCHA	13403907,00
646	CLEONICE CABOCLO AMANCIO	23451157
384	DERLANY DHEIMY SANTOS TECHIO	1941221-5
098	GENIVALDO APARECIDO GONÇALVES	11084547
308	JADAILTON RODRIGUES DE SOUSA	966091,00
428	LEANE FERREIRA VIANA	27248782004-3
640	LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA	1245255-6
412	MOISES BORGUETI	224.903
366	MUNIQUE ALINNE SCHMITT	1863374.9

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSC	NOME	RG
699	ANTONIO CARLOS SANTOS OLIVEIRA	1080183-9
683	FLAUZIZA SANTOS DE OLIVEIRA	1297486-2
109	ROMILDO LIMA DA SILVA MENDES	1988910-0

CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

INSC	NOME	RG
064	ALCENIA SOUSA TEMPONI	10.024.463
269	ÉRICA LETICIA RODRIGUES PEREIRA	1703270-9
078	JEANE CAXIADO DA SILVA	1661752-5
451	LEILIANE DE SOUZA BEZERRA	1549993-6
512	LORACI JUREMA NICOLAI	1375514-7
005	LORENA PRESTES	5.027.487.941
302	NEIDE REGINA CAMPOS MARQUES	1738465,00
704	RAQUEL BRAGA	8460752-5
038	ROSIMEIRI SOUZA GONÇALVES	1987020-5
145	SANDRA MARIA GOMES DA SILVA RIBEIRO	23311192-X

SALA 15

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO E ANÁLISE CLÍNICA

INSC	NOME	RG
122	DAGUIMAR CRUZ DOS SANTOS	0784051-9
686	DAUREA DE SOUZA	0740-690-8
162	ELAINE FRANCISCO DA SILVA	1532722-1
566	ELIANA BARBOZA DA SILVA	929874
139	ELIANE MARIA DINIZ	1080.188-0
026	JOELMA SANTOS ARGOLO	1.403.758
161	JOSIANE CARVALHO DE SOUZA	1818863-0
628	KEYLA MYKAELA SANTOS SOUSA	1212269-6
417	LUCIANA REGINATTO	4513411
360	MARINEZ RIBEIRO HOFFMANN	1379564-3
326	ROQUE DIAS DE CAMARGO	3441042-9
623	ROSIMARI WOLFF	1051026-5

CARGO: TÉCNICO DE PROTESE DENTÁRIA

INSC	NOME	RG
402	FLÁVIO DEVIDE RIBEIRO	18359976

CARGO: TÉCNICO EM RAIO X

INSC	NOME	RG
255	CRISTIANE MOREIRA FREIRE	1523738-9
468	EDIPO RODRIGUES GUIMARÃES	19152981
074	EDIVALDO HIDALGO	8.179.448.0
361	JONATHAN VICENTE DA SILVA	15726839
208	LAURINDA AZEVEDO GUEDES	3850537,00
506	MARCO AURELIO ZANQUETA LAZARINI	28899410.3
562	RAIMUNDO SOUSA VIEIRA	17513430
278	ROGÉRIO RODIGHIERO DE ABREU	6060470751
371	SIDNEI ALVES DOS SANTOS	1906211-7
525	WALDINO DE ARRUDA LOBO	1280828,00

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 001/2010

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, em cumprimento ao disposto no Artigo 31, § 3.º da Constituição Federal, Artigo 209 da Constituição Estadual, torna público que ficará a disposição da Municipalidade, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, acrescido do Artigo 49 da LRF até 31 de dezembro de 2010, o Balanço Geral do Município de Peixoto de Azevedo, relativo ao Exercício de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 15 de Fevereiro de 2010.

Sinvaldo Santos Brito
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	31.016.058,76	33.007.178,78	1.991.120,02	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	33.670.645,77	30.722.893,74	-2.947.752,03
				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	32.289.192,10	30.067.516,60	-2.221.675,50
RECEITAS CORRENTES	30.392.458,76	35.469.675,68	5.077.216,92	CRÉDITOS ESPECIAIS	1.381.453,67	655.377,14	-726.076,53
RECEITA TRIBUTARIA	1.137.100,00	1.608.761,78	471.661,78	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.279.100,00	1.110.631,79	-168.468,21				
RECEITA PATRIMONIAL	705.000,00	722.102,86	17.102,86				
RECEITA AGROPECUARIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVICOS		4.329,02	4.329,02				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	26.926.200,00	29.724.194,60	2.797.994,60				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	345.058,76	2.299.655,63	1.954.596,87				
RECEITAS DE CAPITAL	3.362.000,00	214.365,00	-3.147.635,00				
OPERACOES DE CREDITO							
ALIENACAO DE BENS	20.000,00		-20.000,00				
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS							
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.342.000,00	214.365,00	-3.127.635,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-2.738.400,00	-2.676.861,90	61.538,10				
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA							
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-2.738.400,00	-2.676.861,90	61.538,10				
Subtotal	31.016.058,76	33.007.178,78	1.991.120,02	*Subtotal*	33.670.645,77	30.722.893,74	-2.947.752,03
DÉFICIT TOTAL	2.654.587,01		-2.654.587,01	SUPERÁVIT TOTAL		2.284.285,04	2.284.285,04
TOTAL	33.670.645,77	33.007.178,78	-663.466,99	TOTAL	33.670.645,77	33.007.178,78	-663.466,99

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (receitas e despesas intra-orçamentárias e interferências financeiras).

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

MARLENE TEREZA SCHROEDER DOS S
Sec. Planej. Fazenda

SILVINO GONCALVES JUNIOR
Contador

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			33.007.178,78	DESPESA EMPENHADA			30.712.334,68
RECEITA TRIBUTARIA		1.608.761,78		LEGISLATIVO		1.083.470,82	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		1.110.631,79		ADMINISTRACAO		5.068.259,63	
RECEITA PATRIMONIAL		722.102,86		ASSISTENCIA SOCIAL		992.248,56	
RECEITA DE SERVICOS		4.329,02		PREVIDENCIA SOCIAL		665.128,75	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		29.724.194,60		SAUDE		8.701.798,88	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.299.655,63		EDUCACAO		9.935.122,55	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		214.365,00		CULTURA		9.903,94	
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO FUND		-2.676.861,90		URBANISMO		2.342.555,02	
				GESTAO AMBIENTAL		83.180,29	
				AGRICULTURA		64.058,00	
				INDUSTRIA		450,00	
				ENERGIA		365.397,79	
				TRANSPORTE		294.201,40	
				DESPORTO E LAZER		109.519,66	
				ENCARGOS ESPECIAIS		997.039,39	
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			
Total da Receita Orçamentária			**33.007.178,78**	**Total da Despesa Orçamentária**			**30.712.334,68**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES				CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			3.143.905,76	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			3.345.226,30
DEPOSITOS		3.143.905,76		DEPOSITOS		3.278.903,65	
I.R.R.F. - TERCEIROS (PREFEITURA MUNICIPA	29.254,06			I.R.R.F. - TERCEIROS (PREFEITURA MUNICIPA	29.125,60		
I.N.S.S. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	33.850,04			I.N.S.S. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	33.850,04		
I.N.S.S. (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PE	197,87			I.N.S.S. (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PE	197,87		
I.R.R.F. - DEMAIS DERVIDORES (PREFEITURA	502.001,97			I.R.R.F. - DEMAIS DERVIDORES (PREFEITURA	575.900,40		
I.R.R.F. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	27.238,19			I.R.R.F. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	27.238,19		
ISSQN (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PEIXO	3.881,93			ISSQN (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PEIXO	3.881,93		
I.N.S.S. - FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICIP	161.975,66			I.N.S.S. - FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICIP	132.270,12		
PREVI-PAZ (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	15.629,03			PREVI-PAZ (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	15.629,03		
I.R.R.F. (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PE	1.318,69			I.R.R.F. (PREVI PAZ FUNDO DE PREV SERV PE	1.318,69		
I.N.S.S. - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICIP	13.640,40			I.N.S.S. - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICIP	14.185,47		
EMPREST. E FINANC. CONSIG. (CAMARA MUNICI	72.839,10			EMPREST. E FINANC. CONSIG. (CAMARA MUNICI	72.839,10		
CONSIGNACAO BANCO MORADA S/A (PREVI PAZ F	10.287,48			CONSIGNACAO BANCO MORADA S/A (PREVI PAZ F	10.287,48		
I.N.S.S. - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL DE	117.437,83			I.N.S.S. - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL DE	132.020,26		
I.S.S.Q.N. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO D	9.112,03			I.S.S.Q.N. (CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO D	9.112,03		
PREVI-PAZ - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL D	193.973,05			PREVI-PAZ - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL D	224.200,99		
PREVI-PAZ - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICI	129.020,42			PREVI-PAZ - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICI	140.947,88		
PREVI-PAZ - FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICI	207.386,99			PREVI-PAZ - FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICI	185.699,10		
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA MUNICIPA	20.238,08			PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA MUNICIPA	20.238,08		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - SAUDE (PREF	110.051,11			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - SAUDE (PREF	119.463,62		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - DEMAIS SERV	122.066,98			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - DEMAIS SERV	132.098,85		
SALARIO MATERNIDADE - I.N.S.S. (PREFEITUR	30.937,62			SALARIO MATERNIDADE - I.N.S.S. (PREFEITUR	31.882,31		
SISPUMPA (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO	4.341,88			SISPUMPA (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO	6.142,00		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - (PREFEITURA	90.492,59			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - (PREFEITURA	98.238,90		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS.	1.482,00			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS.	1.482,00		
ISSQN - RETIDO NA FONTE (PREFEITURA MUNIC	73.299,61			ISSQN - RETIDO NA FONTE (PREFEITURA MUNIC	73.299,61		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS	18.561,85			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS	19.723,02		
CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB ENS. F	60.728,64			CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB ENS. F	64.716,83		
CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS	84.180,24			CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS	89.501,44		
CONSIGUINACAO DO BRADESCO - DEMAIS SERVID	69.586,90			CONSIGUINACAO DO BRADESCO - DEMAIS SERVID	72.995,72		
CONSIGUINACAO DO BRADESCO - SAUDE (PREFEI	60.278,85			CONSIGUINACAO DO BRADESCO - SAUDE (PREFEI	65.070,74		
CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB 40% (P	44.090,91			CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB 40% (P	47.518,37		
CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB ENS IN	464,10			CONSIGUINACAO DO BRADESCO - FUNDEB ENS IN	464,10		
OUTROS DEPOSITOS (PREFEITURA MUNICIPAL DE	6.055,41			OUTROS DEPOSITOS (PREFEITURA MUNICIPAL DE	4.510,16		
BANCO MORADA (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEI	1.433,52			BANCO MORADA (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEI	1.433,52		
SINTEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO D	3.266,86			SINTEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO D	3.266,86		
SALARIO FAMILIA - PREVI-PAZ (PREFEITURA M	77.117,19			SALARIO FAMILIA - PREVI-PAZ (PREFEITURA M	75.408,65		
SALARIO FAMILIA - I.N.S.S. (PREFEITURA MU	18.190,83			SALARIO FAMILIA - I.N.S.S. (PREFEITURA MU	23.943,51		
DEPOSITOS JUDICIAIS (PREFEITURA MUNICIPAL	270.478,06			DEPOSITOS JUDICIAIS (PREFEITURA MUNICIPAL	270.478,06		
PREVI-PAZ - DEMAIS SEGURADOS (PREFEITURA	170.924,51			PREVI-PAZ - DEMAIS SEGURADOS (PREFEITURA	151.096,60		
CONTRIBUICAO SINDICAL (PREFEITURA MUNICIP	25.221,29			CONTRIBUICAO SINDICAL (PREFEITURA MUNICIP	25.576,34		
I.N.S.S. - DEMAIS SEGURADOS (PREFEITURA M	109.855,89			I.N.S.S. - DEMAIS SEGURADOS (PREFEITURA M	131.191,48		
PASEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	141.516,30			PASEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE	140.458,70		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			1.289.427,57	RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS		57.116,72	

Emitido em: 23/03/2010 às 17:04 Horas

Agili - Softwares para area Publica (066)3545-4100

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
DESPESAS A PAGAR - PROCESSADAS		913.010,43		RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS (PREFEI	57.116,72		
DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		376.417,14		RESTOS A PAGAR - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS		9.205,93	
CANCELAMENTOS REALIZADOS				RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS - L	9.205,93		
				DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			15.443,16
				DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		15.443,16	
				CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**4.433.333,33**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**3.360.669,46**
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA				CAIXA			-65.655,74
CONTAS MOVIMENTO			1.293.511,61	CONTAS MOVIMENTO			2.328.675,70
CONTAS VINCULADAS			942.714,38	CONTAS VINCULADAS			3.026.192,98
APLICACOES FINANCEIRAS			3.981.732,85	APLICACOES FINANCEIRAS			4.296.253,87
Total do Saldo do Exercício Anterior			**6.217.958,84**	**Total do Saldo para o Exercício Seguinte**			**9.585.466,81**
TOTAL DA RECEITA			**43.658.470,95**	**TOTAL DA DESPESA**			**43.658.470,95**

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (receitas e despesas intra-orçamentárias e interferências financeiras).

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

MARLENE TEREZA SCHROEDER DOS S
Sec. Planej. Fazenda

SILVINO GONCALVES JUNIOR
Contador

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				**PASSIVO FINANCEIRO**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
DISPONIVEL				RESTOS A PAGAR			
Bancos Contas Movimento (CONSOLIDADO)	3.027.550,17			Restos a Pagar 2006 - Proc. (PREFEITURA)	30.000,00		
Bancos Contas Vinculadas (CONSOLIDADO)	3.026.192,98			Restos a Pagar 2006 - N.Proc. (PREFEITURA)	34,45		
Aplicacoes Financeiras (CONSOLIDADO)	4.296.253,87	10.349.997,02		Restos a Pagar 2007 - Proc. (PREFEITURA)	16.705,49		
REALIZAVEL				Restos a Pagar 2007 - N.Proc. (PREFEITURA)	248.972,36		
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS				Restos a Pagar 2008 - Proc. (PREFEITURA)	44.739,85		
DIVERSOS			10.349.997,02	Restos a Pagar 2008 - N.Proc. (PREFEITURA)	36.983,98		
				Restos a Pagar 2009 - Proc. (CONSOLIDADO)	913.010,43		
				Restos a Pagar 2009 - N.Proc. (CONSOLIDADO)	1.110.139,66	2.400.586,22	
				DEPOSITOS			
				I.R.R.F. - TERCEIROS (PREFEITURA)	128,46		
				I.N.S.S. - FUNDEB 60% (PREFEITURA)	33.338,49		
				I.N.S.S. - FUNDEB 40% (PREFEITURA)	888,74		
				I.N.S.S. - SAUDE (PREFEITURA)	284,29		
				PREVI-PAZ - SAUDE (PREFEITURA)	198,00		
				PREVI-PAZ - FUNDEB 40% (PREFEITURA)	8.007,90		
				PREVI-PAZ - FUNDEB 60% (PREFEITURA)	54.650,57		
				DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS (CAMARA)	3.299,25		
				I.N.S.S. - DEMAIS SERVIDORES (PREFEITURA)	3.478,86		
				CONF. DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL-CSPB	657,66		
				SALARIO MATERNIDADE - I.N.S.S. (PREFEITURA)	-944,69		
				CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS FUN	762,87		
				CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS. IN	148,20		
				CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB (PREFEI	316,80		
				CONSIGUINACAO BV FINANCEIRA - FUNDEB ENS FUN	826,01		
				CONSIGUINACAO DO BRADESCO - DEMAIS SERVIDORE	3,76		
				OUTROS DEPOSITOS (PREFEITURA)	1.545,25		
				SALARIO FAMILIA - PREVI-PAZ (PREFEITURA)	1.708,54		
				SALARIO FAMILIA - I.N.S.S. (PREFEITURA)	-5.752,68		
				PASEP (PREFEITURA)	1.057,60		
				PREVI-PAZ - DEMAIS SERVIDORES (PREFEITURA)	46.514,13	151.118,01	2.551.704,23
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**10.349.997,02**	**TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO**			**2.551.704,23**
ATIVO PERMANENTE				**PASSIVO PERMANENTE**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CIRCULANTE				DIVIDA FUNDADA			

Emitido em: às 17:03 Horas

Agili - Softwares para area Publica (066)3545-4100

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
VALORES DIVERSOS				PARCELAMENTO - PREVIPAZ (PREFEITURA)	2.274.262,86		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PARCELAMENTO - INSS (PREFEITURA)	309.757,22		
CREDITOS				PARCELAMENTO REDE CEMAT (PREFEITURA)	2.542.100,13		
PARCELAMENTO PREFEITURA (PREVI)	2.274.274,80			PARC. MP 311/06 INSS CAMARA (PREFEITURA)	75.894,30		
Divida Ativa nao Tribut. outros Tributos (P	28.205,13			PEDABLIU - ARQ, URB. CONST. LTDA (PREFEITURA	29.322.446,81		
Divida Ativa Tributaria (PREFEITURA)	3.971.208,59	6.273.688,52		LION S.A (PREFEITURA)	123.237,84		
PERMANENTE				RUY BARBOSA MARINHO FERREIRA E EDSON DE OLIV	16.942,18		
BENS MOVEIS				REINALDO SELCO BIGNARDI (PREFEITURA)	87.342,14		
MOVEL (PREFEITURA)	3.690.877,97			LORI HACK DE JESUS E ATILIO NEVES DE JESUS (	66.357,55		
MOVEIS (CAMARA)	90.825,24			MIRASSOL DUARTE ALVARES (PREFEITURA)	16.921,55		
BENS MOVEIS (PREVI)	23.155,95			M. F. SOUZA COMERCIO E REPRESENTACOES (PREFE	22.231,54		
VEICULOS (PREFEITURA)	1.527.308,00			ARNALDO MESSIAS DA SILVA (PREFEITURA)	3.675,34	34.861.169,46	
MAQUINAS (PREFEITURA)	944.749,59			PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
EQUIPAMENTO ODONTOLOGICOS (PREFEITURA)	84.522,00			PROVISOES PARA BENEFICIOS CONCEDIDOS (CONSOL	3.873.274,52		
Bens Adiqui.com Recursos do PDDE (PREFEITUR	17.888,38			PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER (CONSOL	7.918.319,63		
Bens em Comodato (PREFEITURA)	110.269,94			(-) RESERVAS A AMORTIZAR (CONSOLIDADO)	-245.100,98	11.546.493,17	46.407.662,63
BENS IMOVEIS							
IMOVEL (PREFEITURA)	730.088,28						
IMOVEIS (CAMARA)	87.989,74						
BENS IMOVEIS (PREVI)	350.000,00	7.657.675,09	13.931.363,61				
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			13.931.363,61	**TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE**			46.407.662,63
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			24.281.360,63	**PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)**			48.959.366,86

SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
PASSIVO REAL DESCOBERTO			24.678.006,23				

ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS				CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	267.873,91			BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	267.873,91		
GARANTIAS E VALORES				CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES				CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS				CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			267.873,91	RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			267.873,91
TOTAL DO ATIVO			49.227.240,77	TOTAL DO PASSIVO			49.227.240,77

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO	PASSIVO

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

MARLENE TEREZA SCHROEDER DOS S
Sec. Planej. Fazenda

SILVINO GONCALVES JUNIOR
Contador

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PONTE BRANCA – MT, 25/02/2010.

"A PREFEITA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARETIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93".

Torna público o EXTRATO DE CONTRATO de número 23 de 20/02/2010, 24 de 26/02/2010, 25 de 26/02/2010, 26 de 26/02/2010, 27 de 26/02/2010, 28 de 26/02/2010, 29 de 26/02/2010, 30 de 26/02/2010, 31 de 26/02/2010 e 32 de 26/02/2010. que, para fins de direito e conhecimento publico, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural da Prefeitura e Câmara Municipal de Ponte Branca.

EXTRATO COTRATO
23/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a Prestação de Serviços de aulas de musicas, como Aulas de Violão, Flauta Doce, Teclado, fornecido para todas as crianças e adolescentes do Município de Ponte Branca
Empresa contratada:
RENATO GOMES DE OLIVEIRA, brasileiro, musico, residente e domiciliado na cidade de Aragarças – GO, Rua Firmino L. de Souza, Setor Aeroporto, Q 45, L 12 CEP. 76.240-000, cadastrado (a) CPF sob o n.º 702.185.601-68, portador do RG n.º 4204772 DGPC/GO.
Data do contrato: 20 de Fevereiro de 2010.
Prazo: O presente contrato tem previsto para o inicio no dia 22/02/2010 e termino no dia 24/05/2010.
Valor do Contrato: O valor global para a realização do objeto do presente Contrato, importa-se na quantia de R$ 6.845,00 (Cinco mil e Quatrocentos e Setenta e Seis Reais), divididos em 5 (cinco) parcelas no valor de R$ 1.369,00 (Hum mil Trezentos e Sessenta e Nove Reais), cada.

O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente na Tesouraria desta Prefeitura Municipal, descontados os encargos legais.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
24/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, GENEROS ALIMENTICIO NÃO PERECIVEL PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 02/2010.**

Empresa contratada:
MERCEARIA CENTRAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Gerson Ribeiro Moura, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 06.943.937/0001-87, Inscrição Estadual sob o nº. 13.268.099-8.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 33.475,75 (Trinta Três Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
25/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, GENEROS ALIMENTICIO NÃO PERECIVEL PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 03/2010**

Empresa contratada:
GERALDO VIEIRA COSTA FILHO, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Presidente Vargas, s/n, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 10.531.649/0001-92.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 47.331,40 (Quarenta e sete Mil Trezentos e Trinta Reais e Quarenta Centavos)**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
26/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 04/2010.**
Empresa contratada:

IZAMITA MARTINS BARROS - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, s/n, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 10.689.134/0001-15.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 78.885,00 (Setenta e Oito Mil Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
27/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, MATERIAL DE ESCRITORIO, DIDATICO E DE EXPEDIENTE PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 05/2010.**

Empresa contratada:

SONIA MARTINS DE BARROS - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Gerson Ribeiro Moura, s/n, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 07.931.417/0001-17.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 58.462,00 (Cinqüenta e Oito Mil Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta Centavos).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
28/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, PERNOITES PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS_CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 06/2010.**
Empresa contratada:

WANESSA SILVA SANTOS ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, s/n, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 10.984.882/0001-20
Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 37.250,00 (Trinta e Sente Mil e Duzentos e Cinqüenta Reais).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
29/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, REFEIÇÕES PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS_CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 06/2010**

Empresa contratada:

ODETE NOGUEIRA BORGES - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Presidente Vargas, s/n, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000 com inscrição no CNPJ sob o nº 10.984.882/0001-20.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos ou serviços, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
30/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, INTERNET VIA RADIO PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS_CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 07/2010.**

Empresa contratada:

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil Reais).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos ou serviços, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
31/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: A CONTRATADA, neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer para a **CONTRATANTE, MATERIAL DE COPA - COZINHA PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS_CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA ANEXA A LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 08/2010.**

Empresa contratada:
LUIZ CARLOS DA ROCHA E SILVA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Couto Magalhães, 172, Centro, neste Município de Ponte Branca - MT, CEP: 78.610-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.403.104/0001-35.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados a partir de sua assinatura.

Valor do Contrato: O valor global do presente Contrato fica estimado em **R$ 32.847,45(Trinta e Dois Mil Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Sete centavos).**

O pagamento será de acordo com a entrega dos produtos ou serviços, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura, devidamente atestada pela Secretária Municipal de Administração.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
32/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: a) proceder abertura de conta corrente do RPPS na Caixa Econômica Federal para movimentação dos recursos financeiros correntes;
b) recolher à Caixa Econômica Federal 50% (cinqüenta por cento) dos recursos depositados na conta vinculada do RPPS, provenientes das contribuições dos servidores ocupantes de cargo efetivos, existentes até a data da assinatura deste Termo;

c) autorizar o débito em conta corrente, por meio de TED (transferência eletrônica disponível) até o vigésimo dia subseqüente ao pagamento da folha mensal, das contribuições retidas dos servidores e da contribuição patronal devida pelo Município; e outros conforme contrato nº 32/2010 e Termo de vinculação 01/2009.

Empresa contratada:
AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.059.307/0001-68, sediada na Av. Miguel Sutil, 8751.

Prazo: O presente Contrato terá a vigência até 31/12/2010, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado conforme interesse das partes, nos termos do art. 57, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Valor do Contrato: Pela prestação de serviço a Prefeitura Municipal de Ponte Branca pagará a Agenda Assessoria, um valor global estimado de R$ 14.245,00 (Quatorze mil Duzentos e Quarenta e Cinco Reais), sendo que o pagamento será efetuado mensalmente pela Tesouraria da LOCATARIA até 10 (dez) dias do mês subseqüente que ocorrerá a cada 30 (trinta) dias.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

EXTRATO COTRATO
33/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de elaboração e aplicação de concurso publico para suprimentos de 70 vagas, conforme quadro de cargos e salários em anexo, ao processo licitatório nº 009/2010, criados pelas Leis Municipais nº 400/2009 e 403/2010 do Município de Ponte Branca.

Empresa contratada:
Caps Consultoria Assessoria e Planejamento Empresarial - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Radialista Mauricio de Oliveira s/nº, quadra 26, casa 51, Bairro Coophamil, no município de Cuiabá – MT, com inscrição no CNPJ sob o nº 00.492.385/0001-51.

Prazo: - O presente contrato vigorará até 30/05/2010, ou ao termino do serviço podendo ser prorrogado de comum acordo, com respaldo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor do Contrato: Pela prestação de serviço a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA (O), o valor global correspondente a R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), sendo que este valor será dividido em 2 (Duas), sucessivas parcelas, no valor de R$ 7.500,00 sendo que o pagamento será efetuado pela Tesouraria da LOCATARIA, onde 50% será na publicação do Edital e 50% na realização das Provas.

JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2010
REGISTRO DE PREÇO.

A PREGOEIRA da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT. Faz saber que prorroga o prazo da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO**, no tipo Menor Preço por item, conforme normas da Lei Federal Nº. 10.520/02, decreto nº. 933/2006 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura correra às 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2010, na Prefeitura Municipal na sala de sessão de licitações Situado a Av. Piraguassu nº. 517, Setor dos Esportes.

1.1O edital e seus anexos poderá ser adquirido com a equipe de apoio das 8:00 as 17:00 horas em dias úteis na prefeitura. Maiores Informações pelo fone (66) 3569-1210. **Objeto**: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE,E COPA**,** para atender as secretarias desta Municipalidade.

Porto Alegre do Norte - MT, 23 de Março de 2010.

Mônica Pereira da Silva
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Porto Estrela

EXTRATO DO CONTRATO Nº.:012/2010.

Partes: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT e ASSAN F. SALIM PAPELARIA EPP - Objeto: O presente contrato tem como objeto Aquisição de materais de papelaria, didatico e materais de expediente para manutenção de vários setores das diversas Secretaria Municipal deste Municipio de Porto Estrela. – Valor R$- 50.843,82 (cinquenta mil oitossentos e quarenta e três e oitenta e dois centavos)– Prazo: 11 (onze) meses – Data: 31 de Dezembro de 2010 – Dot. Orç.: 2003-3390300000- 2007.3390300000- 2009.3390300000- 2018.3390300000 – 2053.3390300000 2029.3390300000 – 2028-3390300000 – 2033.339030 – 2042.339030160000 – 2037.3390300000 – 2038.3390300000 – 2046.3390300000 – 2049.339030000 – 2045.3390300000 – 2015.3390300000 – 2013.3390300000 – 2032.3390300000

EXTRATO DO CONTRATO Nº.:013/2010.
Partes: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT e ANDRE R. F. MARTINS –ME - Objeto: O presente contrato tem como objeto Aquisição de materais de papelaria, didatico e materais de expediente para manutenção de vários setores das diversas Secretaria Municipal deste Municipio de Porto Estrela. – Valor R$- 18.473,60 (Dezoito mil quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos)– Prazo: 11 (onze) meses – Data: 31 de Dezembro de 2010 – Dot. Orç.: 2003-3390300000- 2007.3390300000- 2009.3390300000- 2018.3390300000 – 2053.3390300000 2029.3390300000 – 2028-3390300000 – 2033.339030 – 2042.339030160000 – 2037.3390300000 – 2038.3390300000 – 2046.3390300000 – 2049.339030000 – 2045.3390300000 – 2015.3390300000 – 2013.3390300000 – 2032.3390300000

EXTRATO DO CONTRATO Nº.:014/2010.
Partes: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT e Quimar Comercio de Produtos Quimicos e Tratamento de Agua Ltda. - Objeto Aquisição de hidrometros, com entregas parceladas durante o preirodo de 2010, para atender as necessidades do departamento de agua e esgoto deste Municipio de Porto Estrela/MT.. – Valor R$- 69.103,80 (sessenta e nove mil cento e três reais e oitenta centavos)– Prazo: 11 (onze) meses – Data: 31 de Dezembro de 2010 – Dot. Orç.: 09.002.17.512.0140.2032-3.3.90.30.00.00-999

EXTRATO DO CONTRATO Nº.:015/2010.
Partes: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT e Romulo Veja Ferrari - Objeto Locação De Trator De Pneu No Minimo 50 Cv, Equipado Com Carreta De Capacidade Minima De 3 Toneladas Para Atender As Necessidades Do Departamento De Obras Deste Municipio De Porto Estrela/Mt. – Valor R$- 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais)– Prazo: 11 (onze) meses – Data: 31 de Dezembro de 2010 – Dot. Orç.: 2013 - 3390360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº.:016/2010.
Partes: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT e Jose Targino - Objeto Contratação De Advogado Para Prestação De Serviços De Consultoria E Assessoria Jurídica Em Geral, Assessorando A Elaboração E Aplicação De Leis, Contratos, Convenios E Demais Atos Congêneres. – Valor R$-44.000.,00 (quarenta e quatro mil reais)– Prazo: 11 (onze) meses – Data: 31 de Dezembro de 2010 – Dot. Orç.: 2006 – 33903600000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-CONSOLIDADO

MATO GROSSO

Data.: 23/03/2010
Hora.: 10:14:33
Página.: 1 de 4

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA **Exercício:** 2009

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS
RECEITAS CORRENTES	6.394.845,51	8.931.885,73	2.537.040,22	0,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	142.255,70	346.694,88	204.439,18	0,00
IMPOSTOS	101.906,00	317.782,60	215.876,60	0,00
IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	55.430,00	216.604,92	161.174,92	0,00
Imposto sobre a Propr.Predial e Territorial Urbana -IPTU	5.430,00	8.511,57	3.081,57	0,00
Imposto sobre a Propr.Predial e Territorial Urbana -IPTU	5.430,00	8.511,57	3.081,57	0,00
IMP. S/ RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	28.520,00	175.939,51	147.419,51	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte s/ rendimento do trabalho	28.520,00	175.939,51	147.419,51	0,00
IMPOSTOS S/ TRANSM. DE BENS MÓVEIS-ITBI	21.480,00	32.153,84	10.673,84	0,00
Impostos S/ Transm. de Bens Móveis-ITBI	21.480,00	32.153,84	10.673,84	0,00
IMPOSTOS S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	46.476,00	101.177,68	54.701,68	0,00
Impostos s/ Serv. de qualquer natureza- ISSQN	46.476,00	101.177,68	54.701,68	0,00
TAXAS	39.648,00	28.912,28	0,00	10.735,72
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.393,00	3.819,24	0,00	573,76
Licenca p/ Locaçao e Funcion. (alvara)	4.393,00	3.819,24	0,00	573,76
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	35.255,00	25.093,04	0,00	10.161,96
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	35.255,00	25.093,04	0,00	10.161,96
Serviços Diversos	2.618,00	3.850,50	1.232,50	0,00
Taxa de Iliminação Publica	32.637,00	21.242,54	0,00	11.394,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	701,70	0,00	0,00	701,70
Contribuição de melhoraria p/ Expansão de Rede Água Potável	701,70	0,00	0,00	701,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVI-PORTO	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
Contribuições Sociais Previ-Porto	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS	96.153,00	143.268,47	47.115,47	0,00
Rec de Rem. de Depos. de Poupança do RPPS	96.153,00	143.268,47	47.115,47	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADO	23.080,00	25.123,53	2.043,53	0,00
Remuneração de Outros Depositos de Rec. nao Vinculado	23.080,00	25.123,53	2.043,53	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	10.526,00	0,00	0,00	10.526,00
Serv. de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de águ	10.025,00	0,00	0,00	10.025,00
Serviço de Religamento de Água	501,00	0,00	0,00	501,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.027.147,53	8.214.923,24	2.187.775,71	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.997.022,53	8.214.923,24	2.217.900,71	0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	3.386.671,00	4.629.062,03	1.242.391,03	0,00
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.836.575,00	3.603.751,68	767.176,68	0,00
Cota Parte do Fundo de Part.Municipios - FPM	2.823.385,00	3.589.265,44	765.880,44	0,00
Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	13.190,00	14.486,24	1.296,24	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	378.935,00	477.969,90	99.034,90	0,00
PAB - Piso de Atenc. Bas. Fixo	60.900,00	65.150,93	4.250,93	0,00
PACS - Proj. Agentes Comunitaria	56.440,00	103.649,00	47.209,00	0,00
Vigilancia Sanitaria	1.400,00	3.000,00	1.600,00	0,00
PCCN - Prog. Contrib. Car. Nutricional	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
Farmacia Basica	16.334,00	8.623,71	0,00	7.710,29
PSF - Prog. Saude da Familia	194.400,00	193.200,00	0,00	1.200,00
ECD - Ep. e Controle de Doencas	17.472,00	14.551,30	0,00	2.920,70
Saude Bucal	0,00	15.150,00	15.150,00	0,00
Incentivo Saúde Bucal	30.889,00	32.348,42	1.459,42	0,00
Outras Transferencias da Saude	0,00	42.296,54	42.296,54	0,00
TRANF. DE REC.DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	12.350,00	23.986,82	11.636,82	0,00
Tranf. de Rec. do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	4.500,00	7.896,62	3.396,62	0,00
Programa Bolsa Familia	7.850,00	16.090,20	8.240,20	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE	61.971,00	219.879,33	157.908,33	0,00
Transferências Salário Educação	31.800,00	43.614,68	11.814,68	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00
Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE	21.141,00	24.046,00	2.905,00	0,00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA **Exercício:** 2009 Página.: 2 de 4

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Programa Nacional de Transporte Escolar - PNAT	5.530,00	152.218,65	146.688,65	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	**96.840,00**	**303.474,30**	206.634,30	**0,00**
Transferencia Financeira LC87/96	17.893,00	19.139,16	1.246,16	0,00
FEX- Aux. Financ. Fomento Exportacao	23.180,00	134.260,54	111.080,54	0,00
Cota Parte do Fundo Especial Petroleo - FEP	34.324,00	32.950,07	0,00	1.373,93
Cota Parte de Contribuição Intervenção de Dominio Econômico	21.443,00	0,00	0,00	21.443,00
Apoio Financeiro aos Municipios	0,00	116.555,17	116.555,17	0,00
ISO - Imposto Sobre o Ouro	0,00	154,37	154,37	0,00
SNA - Simples Nacional	0,00	414,99	414,99	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	**1.888.417,61**	**2.712.417,97**	824.000,36	**0,00**
PARTICIPAÇÃO NAS RECEITAS DO ESTADO	**1.677.320,00**	**2.286.346,18**	609.026,18	**0,00**
COTA PARTE DO ICMS	**1.677.320,00**	**2.267.779,92**	590.459,92	**0,00**
Cota Parte do ICMS	1.660.870,00	2.245.187,21	584.317,21	0,00
Cota Parte do IPVA	16.450,00	22.592,71	6.142,71	0,00
Cota-Parte da Contribuicao de Int. Dom. Econ-CIDE	0,00	18.566,26	18.566,26	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO ESTADO- REP. FUNDO A FUNDO	**211.097,61**	**426.071,79**	214.974,18	**0,00**
Programa de Desenv. Consorcio Intermunicipal - PACIS	20.988,00	0,00	0,00	20.988,00
Programa de Apoio a Saúde Comunitária Rural - PASCAR	8.698,00	0,00	0,00	8.698,00
Programa de Apoio a Saúde Familiar - PASF	85.900,00	162.000,00	76.100,00	0,00
Outras Transf. Recursos Saude	1.100,00	232.182,45	231.082,45	0,00
Programa de Apoio a Pessoa Idosa - API	7.051,61	9.105,26	2.053,65	0,00
Programa de Apoio a Pessoas Deficientes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Apoio ao Transporte Escolar	85.360,00	0,00	0,00	85.360,00
Saude Bucal	0,00	15.200,00	15.200,00	0,00
Paici	0,00	2.309,13	2.309,13	0,00
Programa PAF	0,00	4.572,99	4.572,99	0,00
Diabetes Millitus	0,00	701,96	701,96	0,00
TRANSF. MULTIGOVERNAMENTAIS	**721.933,92**	**873.443,24**	151.509,32	**0,00**
Transf. de recursos do FUNDEB	721.933,92	873.443,24	151.509,32	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**30.125,00**	**0,00**	0,00	**30.125,00**
TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO D	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF.CONV. DOS ESTADOS, DIST. FEDERAL E SUAS ENTIDADI	**30.125,00**	**0,00**	0,00	**30.125,00**
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	**30.125,00**	**0,00**	0,00	**30.125,00**
Restauração de Rodovias	30.125,00	0,00	0,00	30.125,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**11.980,28**	**17.284,01**	5.303,73	**0,00**
MULTAS, JUROS E MORA	**1.202,28**	**86,73**	0,00	**1.115,55**
Multas e Juros de Mora de IPTU	345,60	86,73	0,00	258,87
Multas e Juros de Mora de ISSQN	473,00	0,00	0,00	473,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	383,68	0,00	0,00	383,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**332,00**	**1.063,53**	731,53	**0,00**
INDENIZAÇÕES	**332,00**	**1.063,53**	731,53	**0,00**
Outras Indenizações	332,00	1.063,53	731,53	0,00
RESTITUIÇÕES	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
Outras Restituições	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
Restituição RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	**7.346,00**	**10.300,09**	2.954,09	**0,00**
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**7.346,00**	**10.300,09**	2.954,09	**0,00**
Receita da Divida Ativa Sobre IPTU	6.846,00	10.300,09	3.454,09	0,00
Receita Divida Ativa de Outros Tributos	500,00	0,00	0,00	500,00
RECEITAS DIVERSAS	**3.100,00**	**5.833,66**	2.733,66	**0,00**
Outras Receitas	3.100,00	5.833,66	2.733,66	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	**361.782,00**	**477.120,00**	115.338,00	**0,00**
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	**89.000,00**	**0,00**	0,00	**89.000,00**
Operação de Crédito Externas Contratuais relativo a Programa de (	**89.000,00**	**0,00**	0,00	**89.000,00**
Outras Operações de Crédito Externas relativo a Programa de Gover	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	**272.782,00**	**477.120,00**	204.338,00	**0,00**

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA **Exercício:** 2009 Página.: 3 de 4

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	272.782,00	477.120,00	204.338,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	272.782,00	477.120,00	204.338,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	272.782,00	477.120,00	204.338,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	272.782,00	477.120,00	204.338,00	0,00
Convênio com o Fundo Mun. Educação e Cultura	30.075,00	0,00	0,00	30.075,00
Convênio com Fundo Municipal de Saúde	23.447,00	0,00	0,00	23.447,00
Outras Transferências de Convênios da União	219.260,00	477.120,00	257.860,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.235,00	119.647,59	48.412,59	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.235,00	119.647,59	48.412,59	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.235,00	119.647,59	48.412,59	0,00
CONTRIBUIÇÃO PREVID.RPPS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	71.235,00	119.647,59	48.412,59	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO SERVIDOR ATIVO CÍVIL INTRA-OR	62.735,00	112.298,56	49.563,56	0,00
Patronal Executivo-Prefeitura	57.135,00	105.183,56	48.048,56	0,00
Patronal - Legislativo	5.600,00	7.115,00	1.515,00	0,00
CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS (JUROS)	8.500,00	7.349,03	0,00	1.150,97
Juros CDF 01/05	8.500,00	7.349,03	0,00	1.150,97
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
CONTRIBUIÇÃO PREVID. RPPS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITO 01/05 (PRINCIPAL)	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
Principal Amortizado	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-911.773,60	-1.148.258,65	0,00	236.485,05
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-911.773,60	-1.148.258,65	0,00	236.485,05
DEDUÇÕES DE IMPOSTOS	-5.416,00	-3.747,33	1.668,67	0,00
DED.IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	-5.416,00	-3.747,33	1.668,67	0,00
DED.IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	-5.416,00	-3.747,33	1.668,67	0,00
DED.IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-IPTU	-5.416,00	-3.747,33	1.668,67	0,00
Ded.Imposto Predial e Territorial Urbano-Renúncia	-5.416,00	-3.747,33	1.668,67	0,00
Outras Ded.Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-906.357,60	-1.144.511,32	0,00	238.153,72
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-906.357,60	-1.144.511,32	0,00	238.153,72
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-567.315,00	-690.030,30	0,00	122.715,30
DEDUÇÃO DE RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	-567.315,00	-690.030,30	0,00	122.715,30
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB-FPM	-564.677,00	-687.222,38	0,00	122.545,38
Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB- ITR	-2.638,00	-2.807,92	0,00	169,92
DEDUÇÕES DE PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB-IPI EXP.	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA PARA O FUNDEB-ICMS	-3.578,60	-3.827,76	0,00	249,16
Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB-ICMS-Desoneração- L	-3.578,60	-3.827,76	0,00	249,16
DEDUÇÃO DA RECEITA P/FORMAÇÃO DO FUNDEB-ESTADO	-335.464,00	-450.653,26	0,00	115.189,26
DEDUÇÃO DE RECEITA P/FORMAÇÃO DO FUNDEB- TRANSF. DOS	-335.464,00	-450.653,26	0,00	115.189,26
Dedução p/Formação do FUNDEB-ICMS	-332.174,00	-446.046,17	0,00	113.872,17
Dedução p/Formação do FUNDEB-IPVA	0,00	-4.607,09	0,00	4.607,09
Dedução p/Formação do FUNDEB-IPI Exportação	-3.290,00	0,00	3.290,00	0,00
TOTAL GERAL.:	5.927.278,91	8.392.490,91	3.061.559,08	596.347,08

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA **Exercício:** 2009 Página.: 4 de 4

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS

RESUMO

RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	142.255,70	346.694,88	217.109,10	12.669,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	10.526,00	0,00	0,00	10.526,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.027.147,53	8.214.923,24	2.374.194,63	186.418,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.980,28	17.284,01	6.919,28	1.615,55
Total das RECEITAS CORRENTES	**6.394.845,51**	**8.931.885,73**	**2.748.270,61**	**211.230,39**
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	272.782,00	477.120,00	257.860,00	53.522,00
Total das RECEITAS DE CAPITAL	**6.756.627,51**	**9.409.005,73**	**3.006.130,61**	**353.752,39**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.235,00	119.647,59	49.563,56	1.150,97
Total das RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**6.827.862,51**	**9.528.653,32**	**3.055.694,17**	**354.903,36**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
Total das RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**6.839.052,51**	**9.540.749,56**	**3.056.600,41**	**354.903,36**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE				
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-911.773,60	-1.148.258,65	4.958,67	241.443,72
Total das DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**5.927.278,91**	**8.392.490,91**	**3.061.559,08**	**596.347,08**
***** TOTAL GERAL *****	**5.927.278,91**	**8.392.490,91**	**3.061.559,08**	**596.347,08**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira	Gilmar Zanelia	Roose da Conceição da Silva
Prefeito	Contabilista CRC SP-254481/O-6 T-MT	Tesoureiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA - DESCONSOLIDADO

MATO GROSSO

Data.: 23/03/2010
Hora.: 10:03:02
Página.: 1 de 4

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA **Exercício:** 2009

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS
RECEITAS CORRENTES	6.394.845,51	8.931.885,73	2.537.040,22	0,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	142.255,70	346.694,88	204.439,18	0,00
IMPOSTOS	101.906,00	317.782,60	215.876,60	0,00
IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	55.430,00	216.604,92	161.174,92	0,00
Imposto sobre a Propr.Predial e Territorial Urbana -IPTU	5.430,00	8.511,57	3.081,57	0,00
Imposto sobre a Propr.Predial e Territorial Urbana -IPTU	5.430,00	8.511,57	3.081,57	0,00
IMP. S/ RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	28.520,00	175.939,51	147.419,51	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte s/ rendimento do trabalho	28.520,00	175.939,51	147.419,51	0,00
IMPOSTOS S/ TRANSM. DE BENS MÓVEIS-ITBI	21.480,00	32.153,84	10.673,84	0,00
Impostos S/ Transm. de Bens Móveis-ITBI	21.480,00	32.153,84	10.673,84	0,00
IMPOSTOS S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	46.476,00	101.177,68	54.701,68	0,00
Impostos s/ Serv. de qualquer natureza- ISSQN	46.476,00	101.177,68	54.701,68	0,00
TAXAS	39.648,00	28.912,28	0,00	10.735,72
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.393,00	3.819,24	0,00	573,76
Licenca p/ Locaçao e Funcion. (alvara)	4.393,00	3.819,24	0,00	573,76
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	35.255,00	25.093,04	0,00	10.161,96
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	35.255,00	25.093,04	0,00	10.161,96
Serviços Diversos	2.618,00	3.850,50	1.232,50	0,00
Taxa de Iliminação Publica	32.637,00	21.242,54	0,00	11.394,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	701,70	0,00	0,00	701,70
Contribuição de melhoraria p/ Expansão de Rede Água Potável	701,70	0,00	0,00	701,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVI-PORTO	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
Contribuições Sociais Previ-Porto	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS	96.153,00	143.268,47	47.115,47	0,00
Rec de Rem. de Depos. de Poupança do RPPS	96.153,00	143.268,47	47.115,47	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADO	23.080,00	25.123,53	2.043,53	0,00
Remuneração de Outros Depositos de Rec. nao Vinculado	23.080,00	25.123,53	2.043,53	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	10.526,00	0,00	0,00	10.526,00
Serv. de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de águ	10.025,00	0,00	0,00	10.025,00
Serviço de Religamento de Água	501,00	0,00	0,00	501,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.027.147,53	8.214.923,24	2.187.775,71	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.997.022,53	8.214.923,24	2.217.900,71	0,00
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	3.386.671,00	4.629.062,03	1.242.391,03	0,00
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.836.575,00	3.603.751,68	767.176,68	0,00
Cota Parte do Fundo de Part.Municipios - FPM	2.823.385,00	3.589.265,44	765.880,44	0,00
Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	13.190,00	14.486,24	1.296,24	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	378.935,00	477.969,90	99.034,90	0,00
PAB - Piso de Atenc. Bas. Fixo	60.900,00	65.150,93	4.250,93	0,00
PACS - Proj. Agentes Comunitaria	56.440,00	103.649,00	47.209,00	0,00
Vigilancia Sanitaria	1.400,00	3.000,00	1.600,00	0,00
PCCN - Prog. Contrib. Car. Nutricional	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
Farmacia Basica	16.334,00	8.623,71	0,00	7.710,29
PSF - Prog. Saude da Familia	194.400,00	193.200,00	0,00	1.200,00
ECD - Ep. e Controle de Doencas	17.472,00	14.551,30	0,00	2.920,70
Saude Bucal	0,00	15.150,00	15.150,00	0,00
Incentivo Saúde Bucal	30.889,00	32.348,42	1.459,42	0,00
Outras Transferencias da Saude	0,00	42.296,54	42.296,54	0,00
TRANF. DE REC.DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	12.350,00	23.986,82	11.636,82	0,00
Tranf. de Rec. do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	4.500,00	7.896,62	3.396,62	0,00
Programa Bolsa Familia	7.850,00	16.090,20	8.240,20	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE	61.971,00	219.879,33	157.908,33	0,00
Transferências Salário Educação	31.800,00	43.614,68	11.814,68	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00
Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE	21.141,00	24.046,00	2.905,00	0,00

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Programa Nacional de Transporte Escolar - PNAT	5.530,00	152.218,65	146.688,65	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	96.840,00	303.474,30	206.634,30	0,00
Transferencia Financeira LC87/96	17.893,00	19.139,16	1.246,16	0,00
FEX- Aux. Financ. Fomento Exportacao	23.180,00	134.260,54	111.080,54	0,00
Cota Parte do Fundo Especial Petroleo - FEP	34.324,00	32.950,07	0,00	1.373,93
Cota Parte de Contribuição Intervenção de Dominio Econômico	21.443,00	0,00	0,00	21.443,00
Apoio Financeiro aos Municipios	0,00	116.555,17	116.555,17	0,00
ISO - Imposto Sobre o Ouro	0,00	154,37	154,37	0,00
SNA - Simples Nacional	0,00	414,99	414,99	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.888.417,61	2.712.417,97	824.000,36	0,00
PARTICIPAÇÃO NAS RECEITAS DO ESTADO	1.677.320,00	2.286.346,18	609.026,18	0,00
COTA PARTE DO ICMS	1.677.320,00	2.267.779,92	590.459,92	0,00
Cota Parte do ICMS	1.660.870,00	2.245.187,21	584.317,21	0,00
Cota Parte do IPVA	16.450,00	22.592,71	6.142,71	0,00
Cota-Parte da Contribuicao de Int. Dom. Econ-CIDE	0,00	18.566,26	18.566,26	0,00
TRANSF. DE RECURSOS DO ESTADO- REP. FUNDO A FUNDO	211.097,61	426.071,79	214.974,18	0,00
Programa de Desenv. Consorcio Intermunicipal - PACIS	20.988,00	0,00	0,00	20.988,00
Programa de Apoio a Saúde Comunitária Rural - PASCAR	8.698,00	0,00	0,00	8.698,00
Programa de Apoio a Saúde Familiar - PASF	85.900,00	162.000,00	76.100,00	0,00
Outras Transf. Recursos Saude	1.100,00	232.182,45	231.082,45	0,00
Programa de Apoio a Pessoa Idosa - API	7.051,61	9.105,26	2.053,65	0,00
Programa de Apoio a Pessoas Deficientes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Apoio ao Transporte Escolar	85.360,00	0,00	0,00	85.360,00
Saude Bucal	0,00	15.200,00	15.200,00	0,00
Paici	0,00	2.309,13	2.309,13	0,00
Programa PAF	0,00	4.572,99	4.572,99	0,00
Diabetes Millitus	0,00	701,96	701,96	0,00
TRANSF. MULTIGOVERNAMENTAIS	721.933,92	873.443,24	151.509,32	0,00
Transf. de recursos do FUNDEB	721.933,92	873.443,24	151.509,32	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	30.125,00	0,00	0,00	30.125,00
TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO D	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF.CONV. DOS ESTADOS, DIST. FEDERAL E SUAS ENTIDADI	30.125,00	0,00	0,00	30.125,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	30.125,00	0,00	0,00	30.125,00
Restauração de Rodovias	30.125,00	0,00	0,00	30.125,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.980,28	17.284,01	5.303,73	0,00
MULTAS, JUROS E MORA	1.202,28	86,73	0,00	1.115,55
Multas e Juros de Mora de IPTU	345,60	86,73	0,00	258,87
Multas e Juros de Mora de ISSQN	473,00	0,00	0,00	473,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	383,68	0,00	0,00	383,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	332,00	1.063,53	731,53	0,00
INDENIZAÇÕES	332,00	1.063,53	731,53	0,00
Outras Indenizações	332,00	1.063,53	731,53	0,00
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	7.346,00	10.300,09	2.954,09	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	7.346,00	10.300,09	2.954,09	0,00
Receita da Divida Ativa Sobre IPTU	6.846,00	10.300,09	3.454,09	0,00
Receita Divida Ativa de Outros Tributos	500,00	0,00	0,00	500,00
RECEITAS DIVERSAS	3.100,00	5.833,66	2.733,66	0,00
Outras Receitas	3.100,00	5.833,66	2.733,66	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	361.782,00	477.120,00	115.338,00	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
Operação de Crédito Externas Contratuais relativo a Programa de (	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
Outras Operações de Crédito Externas relativo a Programa de Gover	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	272.782,00	477.120,00	204.338,00	0,00

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

ANEXO 10 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	ORÇADA R$	ARRECADADA R$	DIFERENÇA R$ PARA MAIS	DIFERENÇA R$ PARA MENOS
RESUMO				
RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	142.255,70	346.694,88	217.109,10	12.669,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.703,00	184.591,60	100.888,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	119.233,00	168.392,00	49.159,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	10.526,00	0,00	0,00	10.526,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.027.147,53	8.214.923,24	2.374.194,63	186.418,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.980,28	17.284,01	6.919,28	1.615,55
Total das RECEITAS CORRENTES	**6.394.845,51**	**8.931.885,73**	**2.748.270,61**	**211.230,39**
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	89.000,00	0,00	0,00	89.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	272.782,00	477.120,00	257.860,00	53.522,00
Total das RECEITAS DE CAPITAL	**6.756.627,51**	**9.409.005,73**	**3.006.130,61**	**353.752,39**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.235,00	119.647,59	49.563,56	1.150,97
Total das RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**6.827.862,51**	**9.528.653,32**	**3.055.694,17**	**354.903,36**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.190,00	12.096,24	906,24	0,00
Total das RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**6.839.052,51**	**9.540.749,56**	**3.056.600,41**	**354.903,36**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE				
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-911.773,60	-1.148.258,65	4.958,67	241.443,72
Total das DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**5.927.278,91**	**8.392.490,91**	**3.061.559,08**	**596.347,08**
***** TOTAL GERAL *****	**5.927.278,91**	**8.392.490,91**	**3.061.559,08**	**596.347,08**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanella
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	AUTORIZADA CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	AUTORIZADA TOTAL	REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
01 - PODER LEGISLATIVO	420.200,00	89.328,00	509.528,00	508.571,49	956,51
01001 - GABINETE DO PRESIDENTE	420.200,00	89.328,00	509.528,00	508.571,49	956,51
DESPESAS CORRENTES	400.200,00	75.228,00	475.428,00	474.471,49	956,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	327.200,00	-4.373,49	322.826,51	322.771,46	55,05
APLICAÇÃO DIRETA	317.300,00	-1.795,33	315.504,67	315.449,62	55,05
Salário Familia	3.500,00	-3.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	270.000,00	9.444,78	279.444,78	279.444,78	0,00
Obrigações Patronais	43.800,00	-7.740,11	36.059,89	36.004,84	55,05
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	9.900,00	-2.578,16	7.321,84	7.321,84	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	9.900,00	-2.578,16	7.321,84	7.321,84	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.000,00	79.601,49	152.601,49	151.700,03	901,46
APLICAÇÕES DIRETAS	73.000,00	79.601,49	152.601,49	151.700,03	901,46
Diárias - Civil	13.000,00	-11.800,00	1.200,00	1.200,00	0,00
Material de Consumo	30.000,00	15.960,27	45.960,27	45.591,07	369,20
Outros S.Terc.-P.Fisica	20.000,00	17.513,23	37.513,23	37.513,23	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	5.000,00	62.927,99	67.927,99	67.395,73	532,26
Indenizações e Restituições	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	14.100,00	34.100,00	34.100,00	0,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	14.100,00	34.100,00	34.100,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	14.100,00	34.100,00	34.100,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	20.000,00	14.100,00	34.100,00	34.100,00	0,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIA	261.800,00	151.952,47	413.752,47	411.891,74	1.860,73
02001 - GABINETE DO PREFEITO	225.400,00	184.852,47	410.252,47	408.391,74	1.860,73
DESPESAS CORRENTES	195.400,00	214.852,47	410.252,47	408.391,74	1.860,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.000,00	159.332,38	287.332,38	285.480,88	1.851,50
APLICAÇÃO DIRETA	122.000,00	163.410,46	285.410,46	283.558,96	1.851,50
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	100.000,00	141.326,00	241.326,00	241.326,00	0,00
Obrigações Patronais	22.000,00	22.084,46	44.084,46	42.232,96	1.851,50
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	6.000,00	-4.078,08	1.921,92	1.921,92	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	6.000,00	-4.078,08	1.921,92	1.921,92	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.400,00	55.520,09	122.920,09	122.910,86	9,23
APLICAÇÕES DIRETAS	67.400,00	55.520,09	122.920,09	122.910,86	9,23
Diárias - Civil	5.000,00	16.000,00	21.000,00	21.000,00	0,00
Material de Consumo	20.000,00	1.288,59	21.288,59	21.288,28	0,31
Outros S.Terc.-P.Fisica	8.000,00	19.760,00	27.760,00	27.760,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	34.400,00	18.471,50	52.871,50	52.862,58	8,92
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
2002 - CONTROLADORIA GERAL	36.400,00	-32.900,00	3.500,00	3.500,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.400,00	-29.900,00	3.500,00	3.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.400,00	-24.400,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	24.400,00	-24.400,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	4.400,00	-4.400,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000,00	-5.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00	-5.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
Diárias - Civil	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	4.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	2.000,00	1.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA	1.639.003,32	1.013.361,20	2.652.364,52	2.650.360,23	2.004,29
03001 - COORDENAÇÃO DA ADMISTRAÇÃO GE	618.577,00	459.834,11	1.078.411,11	1.078.410,02	1,09
DESPESAS CORRENTES	603.577,00	449.299,89	1.052.876,89	1.052.875,80	1,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	244.100,00	250.504,97	494.604,97	494.604,97	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	224.300,00	223.211,69	447.511,69	447.511,69	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
Contratação por Tempo Determin	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00
Salário Familia	3.500,00	-3.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	170.000,00	221.433,92	391.433,92	391.433,92	0,00
Obrigações Patronais	35.800,00	20.277,77	56.077,77	56.077,77	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	19.800,00	27.293,28	47.093,28	47.093,28	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	19.800,00	27.293,28	47.093,28	47.093,28	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	359.477,00	198.794,92	558.271,92	558.270,83	1,09
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	25.000,00	-8.350,71	16.649,29	16.649,29	0,00
Contribuições	25.000,00	-8.350,71	16.649,29	16.649,29	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	334.477,00	207.145,63	541.622,63	541.621,54	1,09
Diárias - Civil	5.000,00	-95,00	4.905,00	4.905,00	0,00
Material de Consumo	140.000,00	-55.623,51	84.376,49	84.375,64	0,85
Outros S.Terc.-P.Fisica	60.000,00	-1.153,99	58.846,01	58.846,01	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	126.477,00	210.518,13	336.995,13	336.994,89	0,24
Sentenças Judiciais	3.000,00	53.500,00	56.500,00	56.500,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
INVESTIMENTOS	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
Equip.e Material Permanentes	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
03002 - SETOR DE FINANÇAS E CONTROLE	483.300,00	-296.181,99	187.118,01	185.115,54	2.002,47
DESPESAS CORRENTES	254.300,00	-114.474,01	139.825,99	137.823,80	2.002,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96.800,00	-96.800,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	90.800,00	-90.800,00	0,00	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determin	80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	10.800,00	-10.800,00	0,00	0,00	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	32.500,00	8.219,54	40.719,54	38.717,60	2.001,94
APLICAÇÕES DIRETA	25.500,00	6.701,54	32.201,54	30.201,54	2.000,00
Juros sobre a Dívida por Contr	18.000,00	12.201,54	30.201,54	30.201,54	0,00
Outros encargos sobre a dívida	7.500,00	-5.500,00	2.000,00	0,00	2.000,00
APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	1.518,00	8.518,00	8.516,06	1,94
Juros s/a Dívida p/Contrato - RPPS	5.000,00	3.518,00	8.518,00	8.516,06	1,94
Outros Encargos s/a Dívida RPPS	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.000,00	-25.893,55	99.106,45	99.106,20	0,25
APLICAÇÕES DIRETAS	125.000,00	-25.893,55	99.106,45	99.106,20	0,25
Material de Consumo	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	25.000,00	-24.999,75	0,25	0,00	0,25
Outros S.Terc.-P.Juridica	10.000,00	797,86	10.797,86	10.797,86	0,00
Obrigações Tributárias e Contr	60.000,00	28.308,34	88.308,34	88.308,34	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	146.000,00	-98.707,98	47.292,02	47.291,74	0,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	146.000,00	-98.707,98	47.292,02	47.291,74	0,28
APLICAÇÕES DIRETAS	127.500,00	-93.234,98	34.265,02	34.265,02	0,00
Principal da dívida Contratual	127.500,00	-93.234,98	34.265,02	34.265,02	0,00
RPPS	18.500,00	-5.473,00	13.027,00	13.026,72	0,28
Principal da Divida Cont. RPPS	18.500,00	-5.473,00	13.027,00	13.026,72	0,28
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
A Classificar	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
03003 - DEPARTAMENTO DE DIVISÃO, OBRAS	537.126,32	849.709,08	1.386.835,40	1.386.834,67	0,73
DESPESAS CORRENTES	260.613,00	1.028.483,12	1.289.096,12	1.289.095,39	0,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.939,00	395.612,45	486.551,45	486.550,98	0,47
APLICAÇÃO DIRETA	83.360,00	403.191,45	486.551,45	486.550,98	0,47
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	68.900,00	417.651,45	486.551,45	486.550,98	0,47
Obrigações Patronais	14.460,00	-14.460,00	0,00	0,00	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	7.579,00	-7.579,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	7.579,00	-7.579,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	169.674,00	632.870,67	802.544,67	802.544,41	0,26
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	30.000,00	-1.714,24	28.285,76	28.285,76	0,00

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL	R$	R$
Contribuições	30.000,00	-1.714,24	28.285,76	28.285,76	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	139.674,00	634.584,91	774.258,91	774.258,65	0,26
Diárias - Civil	9.000,00	-7.750,00	1.250,00	1.250,00	0,00
Material de Consumo	85.409,00	216.907,53	302.316,53	302.316,43	0,10
Outros S.Terc.-P.Fisica	16.828,00	175.275,59	192.103,59	192.103,59	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	28.437,00	250.151,79	278.588,79	278.588,63	0,16
DESPESAS DE CAPITAL	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
INVESTIMENTOS	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
Obras e Instalações	133.810,85	-63.041,57	70.769,28	70.769,28	0,00
Equip.e Material Permanentes	142.702,47	-115.732,47	26.970,00	26.970,00	0,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.013.705,60	-26.836,83	1.986.868,77	1.986.170,61	698,16
04001 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA	1.073.425,00	-72.916,25	1.000.508,75	999.867,04	641,71
DESPESAS CORRENTES	862.425,00	136.066,75	998.491,75	997.850,04	641,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	131.500,00	21.341,99	152.841,99	152.202,43	639,56
APLICAÇÃO DIRETA	122.700,00	18.585,18	141.285,18	140.648,85	636,33
Contratação por Tempo Determin	11.000,00	-11.000,00	0,00	0,00	0,00
Salário Familia	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	90.000,00	47.771,73	137.771,73	137.135,40	636,33
Obrigações Patronais	19.700,00	-16.186,55	3.513,45	3.513,45	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	8.800,00	2.756,81	11.556,81	11.553,58	3,23
Obrigações Patronais RPPS	8.800,00	2.756,81	11.556,81	11.553,58	3,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.925,00	114.724,76	845.649,76	845.647,61	2,15
APLICAÇÕES DIRETAS	730.925,00	114.724,76	845.649,76	845.647,61	2,15
Diárias - Civil	6.000,00	140,00	6.140,00	6.140,00	0,00
Material de Consumo	115.000,00	148.353,20	263.353,20	263.353,20	0,00
Material de Consumo	381.225,00	-241.194,74	140.030,26	140.028,40	1,86
Combustiveis e Lubrificantes A	60.000,00	80.755,49	140.755,49	140.755,49	0,00
Material para Manutencao de Ve	55.000,00	67.597,71	122.597,71	122.597,71	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	136.000,00	188.430,75	324.430,75	324.430,75	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	92.700,00	18.995,55	111.695,55	111.695,26	0,29
DESPESAS DE CAPITAL	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
INVESTIMENTOS	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
Obras e Instalações	135.000,00	-135.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	76.000,00	-73.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
Equipamentos e Material Perman	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04002 - FUNDEB	906.357,60	13.054,79	919.412,39	919.355,94	56,45
DESPESAS CORRENTES	899.357,60	17.786,79	917.144,39	917.087,94	56,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	789.524,56	22.300,38	811.824,94	811.768,49	56,45
APLICAÇÃO DIRETA	718.794,56	36.507,89	755.302,45	755.301,26	1,19
Contratação por Tempo Determin	21.344,56	19.635,41	40.979,97	40.979,97	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	643.000,00	63.953,39	706.953,39	706.952,20	1,19
Obrigações Patronais	54.450,00	-47.080,91	7.369,09	7.369,09	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	70.730,00	-14.207,51	56.522,49	56.467,23	55,26
Obrigações Patronais - RPPS	70.730,00	-14.207,51	56.522,49	56.467,23	55,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.833,04	-4.513,59	105.319,45	105.319,45	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	109.833,04	-4.513,59	105.319,45	105.319,45	0,00
Material de Consumo	68.533,04	24.639,02	93.172,06	93.172,06	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	18.300,00	-17.518,61	781,39	781,39	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	23.000,00	-11.634,00	11.366,00	11.366,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
INVESTIMENTOS	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
04003 - DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	33.923,00	33.024,63	66.947,63	66.947,63	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
Diárias - Civil	1.000,00	-350,00	650,00	650,00	0,00
Material de Consumo	13.923,00	5.561,57	19.484,57	19.484,57	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
Premiações cult.art.cient.desp	5.000,00	-3.390,00	1.610,00	1.610,00	0,00
Material de Distribuição Gratu	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	4.000,00	12.554,00	16.554,00	16.554,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	5.000,00	-2.542,50	2.457,50	2.457,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
Obras e Instalações	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.306.254,52	1.448.601,99	2.754.856,51	2.753.445,49	1.411,02
05001 - DIVISÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA	1.099.507,52	1.119.290,21	2.218.797,73	2.217.389,57	1.408,16
DESPESAS CORRENTES	1.046.507,52	1.089.696,63	2.136.204,15	2.134.795,99	1.408,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	428.593,00	837.331,77	1.265.924,77	1.264.520,76	1.404,01
APLICAÇÃO DIRETA	412.093,00	810.930,62	1.223.023,62	1.221.619,62	1.404,00
Contratação por Tempo Determin	140.400,00	350.309,05	490.709,05	490.709,05	0,00
Salário Familia	1.500,00	-1.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	223.300,00	436.591,29	659.891,29	658.487,29	1.404,00
Obrigações Patronais	46.893,00	25.530,28	72.423,28	72.423,28	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	16.500,00	26.401,15	42.901,15	42.901,14	0,01
Obrigações Patronais - RPPS	16.500,00	26.401,15	42.901,15	42.901,14	0,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	617.914,52	252.364,86	870.279,38	870.275,23	4,15
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	36.000,00	47.222,84	83.222,84	83.222,84	0,00
Contribuições	36.000,00	47.222,84	83.222,84	83.222,84	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	581.914,52	205.142,02	787.056,54	787.052,39	4,15
Diárias - Civil	4.000,00	1.475,00	5.475,00	5.475,00	0,00
Material de Consumo	336.943,52	49.119,61	386.063,13	386.062,52	0,61
Material de Consumo	165.971,00	-123.841,38	42.129,62	42.129,39	0,23
Combustiveis e Lubrificantes A	95.600,00	26.070,20	121.670,20	121.670,20	0,00
Generos de Alimentacao	30.000,00	-26.132,80	3.867,20	3.867,20	0,00
Material Farmacologico	58.623,52	27.430,28	86.053,80	86.053,80	0,00
Material Odontologico	20.000,00	15.501,68	35.501,68	35.501,68	0,00
Material de Expediente	28.000,00	-24.038,90	3.961,10	3.961,10	0,00
Material de Limpeza e Producao	10.000,00	-4.516,10	5.483,90	5.483,90	0,00
Material Laboratorial	20.000,00	-14.681,10	5.318,90	5.318,90	0,00
Material Hospitalar	24.000,00	-2.822,18	21.177,82	21.177,82	0,00
Material para Manutencao de Ve	25.043,00	23.201,00	48.244,00	48.243,49	0,51
Outros Materiais de Consumo	25.677,00	29.107,53	54.784,53	54.784,43	0,10
Material de Distribuição Gratu	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	45.000,00	113.878,23	158.878,23	158.878,23	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	20.000,00	174.510,56	194.510,56	194.507,25	3,31
DESPESAS DE CAPITAL	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
INVESTIMENTOS	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
Obras e Instalações	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	43.000,00	39.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
05002 - DIVISÃO DE VISITAS SANITARIA	45.827,00	329,57	46.156,57	46.155,41	1,16
DESPESAS CORRENTES	45.827,00	329,57	46.156,57	46.155,41	1,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.458,00	8.740,59	24.198,59	24.198,59	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	15.458,00	8.740,59	24.198,59	24.198,59	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	13.926,00	10.272,59	24.198,59	24.198,59	0,00
Obrigações Patronais	1.532,00	-1.532,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.369,00	-8.411,02	21.957,98	21.956,82	1,16
APLICAÇÕES DIRETAS	30.369,00	-8.411,02	21.957,98	21.956,82	1,16
Material de Consumo	13.369,00	-4.639,38	8.729,62	8.728,71	0,91
Outros S.Terc.-P.Fisica	9.000,00	1.287,36	10.287,36	10.287,36	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	8.000,00	-5.059,00	2.941,00	2.940,75	0,25
05003 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	160.920,00	328.982,21	489.902,21	489.900,51	1,70
DESPESAS CORRENTES	95.920,00	99.038,76	194.958,76	194.957,06	1,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.500,00	21.279,80	51.779,80	51.779,80	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	30.500,00	21.279,80	51.779,80	51.779,80	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	25.000,00	26.779,80	51.779,80	51.779,80	0,00
Obrigações Patronais	5.500,00	-5.500,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL	R$	R$
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.420,00	77.758,96	143.178,96	143.177,26	1,70
APLICAÇÕES DIRETAS	65.420,00	77.758,96	143.178,96	143.177,26	1,70
Material de Consumo	35.420,00	-19.642,00	15.778,00	15.777,20	0,80
Outros S.Terc.-P.Fisica	15.000,00	-5.382,50	9.617,50	9.617,50	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	15.000,00	102.783,46	117.783,46	117.782,56	0,90
DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
INVESTIMENTOS	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
Obras e Instalações	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO,	217.350,00	277.312,81	494.662,81	494.659,26	3,55
06001 - DEPARTAMENTO DE TURISMO, CULTU	217.350,00	277.312,81	494.662,81	494.659,26	3,55
DESPESAS CORRENTES	159.350,00	250.873,84	410.223,84	410.220,95	2,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.767,00	86.176,00	148.943,00	148.943,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	58.917,00	85.202,77	144.119,77	144.119,77	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	48.700,00	82.468,30	131.168,30	131.168,30	0,00
Obrigações Patronais	10.217,00	2.734,47	12.951,47	12.951,47	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	3.850,00	973,23	4.823,23	4.823,23	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	3.850,00	973,23	4.823,23	4.823,23	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.583,00	164.697,84	261.280,84	261.277,95	2,89
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FIN	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	90.583,00	170.697,84	261.280,84	261.277,95	2,89
Diárias - Civil	3.000,00	1.715,00	4.715,00	4.715,00	0,00
Material de Consumo	45.021,00	44.312,87	89.333,87	89.333,85	0,02
Material de Distribuição Gratu	2.000,00	4.599,20	6.599,20	6.599,20	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	25.062,00	62.153,83	87.215,83	87.215,00	0,83
Outros S.Terc.-P.Juridica	15.500,00	57.916,94	73.416,94	73.414,90	2,04
DESPESAS DE CAPITAL	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
INVESTIMENTOS	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
APLICAÇÕES DIRETAS	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
Obras e Instalações	37.000,00	33.596,97	70.596,97	70.596,31	0,66
Equip.e Material Permanentes	21.000,00	-13.158,00	7.842,00	7.842,00	0,00
Aquisição de Imóveis	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
07 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL	68.965,47	10.338,65	79.304,12	78.408,13	895,99
07001 - PREV - PORTO	68.965,47	10.338,65	79.304,12	78.408,13	895,99
DESPESAS CORRENTES	58.965,47	20.338,35	79.303,82	78.408,13	895,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
APLICAÇÃO DIRETA	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.000,00	31.303,35	79.303,35	78.408,13	895,22
APLICAÇÕES DIRETAS	48.000,00	31.303,35	79.303,35	78.408,13	895,22
Aposentadorias e Reformas	15.000,00	9.271,68	24.271,68	24.271,68	0,00
Pensões	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciár	13.000,00	10.680,21	23.680,21	22.784,99	895,22
Salário Familia	5.000,00	-4.726,90	273,10	273,10	0,00
Material de Consumo	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	2.000,00	29.078,36	31.078,36	31.078,36	0,00
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
Reserva Orçametaria do RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
Total Geral:	**5.927.278,91**	**2.964.058,29**	**8.891.337,20**	**8.883.506,95**	**7.830,25**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
01 - PODER LEGISLATIVO	420.200,00	89.328,00	509.528,00	0,00	509.528,00
01001 - GABINETE DO PRESIDENTE	420.200,00	89.328,00	509.528,00	0,00	509.528,00
DESPESAS CORRENTES	400.200,00	75.228,00	475.428,00	0,00	475.428,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	327.200,00	-4.373,49	322.826,51	0,00	322.826,51
APLICAÇÃO DIRETA	317.300,00	-1.795,33	315.504,67	0,00	315.504,67
Salário Familia	3.500,00	-3.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	270.000,00	9.444,78	279.444,78	0,00	279.444,78
Obrigações Patronais	43.800,00	-7.740,11	36.059,89	0,00	36.059,89
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	9.900,00	-2.578,16	7.321,84	0,00	7.321,84
Obrigações Patronais - RPPS	9.900,00	-2.578,16	7.321,84	0,00	7.321,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.000,00	79.601,49	152.601,49	0,00	152.601,49
APLICAÇÕES DIRETAS	73.000,00	79.601,49	152.601,49	0,00	152.601,49
Diárias - Civil	13.000,00	-11.800,00	1.200,00	0,00	1.200,00
Material de Consumo	30.000,00	15.960,27	45.960,27	0,00	45.960,27
Outros S.Terc.-P.Fisica	20.000,00	17.513,23	37.513,23	0,00	37.513,23
Outros S.Terc.-P.Juridica	5.000,00	62.927,99	67.927,99	0,00	67.927,99
Indenizações e Restituições	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	14.100,00	34.100,00	0,00	34.100,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	14.100,00	34.100,00	0,00	34.100,00
APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	14.100,00	34.100,00	0,00	34.100,00
Equip.e Material Permanentes	20.000,00	14.100,00	34.100,00	0,00	34.100,00
02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIA	261.800,00	151.952,47	413.752,47	411.891,74	1.860,73
02001 - GABINETE DO PREFEITO	225.400,00	184.852,47	410.252,47	408.391,74	1.860,73
DESPESAS CORRENTES	195.400,00	214.852,47	410.252,47	408.391,74	1.860,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.000,00	159.332,38	287.332,38	285.480,88	1.851,50
APLICAÇÃO DIRETA	122.000,00	163.410,46	285.410,46	283.558,96	1.851,50
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	100.000,00	141.326,00	241.326,00	241.326,00	0,00
Obrigações Patronais	22.000,00	22.084,46	44.084,46	42.232,96	1.851,50
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	6.000,00	-4.078,08	1.921,92	1.921,92	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	6.000,00	-4.078,08	1.921,92	1.921,92	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.400,00	55.520,09	122.920,09	122.910,86	9,23
APLICAÇÕES DIRETAS	67.400,00	55.520,09	122.920,09	122.910,86	9,23
Diárias - Civil	5.000,00	16.000,00	21.000,00	21.000,00	0,00
Material de Consumo	20.000,00	1.288,59	21.288,59	21.288,28	0,31
Outros S.Terc.-P.Fisica	8.000,00	19.760,00	27.760,00	27.760,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	34.400,00	18.471,50	52.871,50	52.862,58	8,92
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
2002 - CONTROLADORIA GERAL	36.400,00	-32.900,00	3.500,00	3.500,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.400,00	-29.900,00	3.500,00	3.500,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.400,00	-24.400,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	24.400,00	-24.400,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	4.400,00	-4.400,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000,00	-5.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00	-5.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
Diárias - Civil	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	4.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	2.000,00	1.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA	1.639.003,32	1.013.361,20	2.652.364,52	2.650.360,23	2.004,29
03001 - COORDENAÇÃO DA ADMISTRAÇÃO GE	618.577,00	459.834,11	1.078.411,11	1.078.410,02	1,09
DESPESAS CORRENTES	603.577,00	449.299,89	1.052.876,89	1.052.875,80	1,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	244.100,00	250.504,97	494.604,97	494.604,97	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	224.300,00	223.211,69	447.511,69	447.511,69	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL	R$	R$
Contratação por Tempo Determin	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00
Salário Familia	3.500,00	-3.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	170.000,00	221.433,92	391.433,92	391.433,92	0,00
Obrigações Patronais	35.800,00	20.277,77	56.077,77	56.077,77	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	19.800,00	27.293,28	47.093,28	47.093,28	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	19.800,00	27.293,28	47.093,28	47.093,28	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	359.477,00	198.794,92	558.271,92	558.270,83	1,09
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	25.000,00	-8.350,71	16.649,29	16.649,29	0,00
Contribuições	25.000,00	-8.350,71	16.649,29	16.649,29	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	334.477,00	207.145,63	541.622,63	541.621,54	1,09
Diárias - Civil	5.000,00	-95,00	4.905,00	4.905,00	0,00
Material de Consumo	140.000,00	-55.623,51	84.376,49	84.375,64	0,85
Outros S.Terc.-P.Fisica	60.000,00	-1.153,99	58.846,01	58.846,01	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	126.477,00	210.518,13	336.995,13	336.994,89	0,24
Sentenças Judiciais	3.000,00	53.500,00	56.500,00	56.500,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
INVESTIMENTOS	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
Equip.e Material Permanentes	15.000,00	10.534,22	25.534,22	25.534,22	0,00
03002 - SETOR DE FINANÇAS E CONTROLE	483.300,00	-296.181,99	187.118,01	185.115,54	2.002,47
DESPESAS CORRENTES	254.300,00	-114.474,01	139.825,99	137.823,80	2.002,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96.800,00	-96.800,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	90.800,00	-90.800,00	0,00	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determin	80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais	10.800,00	-10.800,00	0,00	0,00	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	32.500,00	8.219,54	40.719,54	38.717,60	2.001,94
APLICAÇÕES DIRETA	25.500,00	6.701,54	32.201,54	30.201,54	2.000,00
Juros sobre a Dívida por Contr	18.000,00	12.201,54	30.201,54	30.201,54	0,00
Outros encargos sobre a dívida	7.500,00	-5.500,00	2.000,00	0,00	2.000,00
APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	1.518,00	8.518,00	8.516,06	1,94
Juros s/a Dívida p/Contrato - RPPS	5.000,00	3.518,00	8.518,00	8.516,06	1,94
Outros Encargos s/a Dívida RPPS	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.000,00	-25.893,55	99.106,45	99.106,20	0,25
APLICAÇÕES DIRETAS	125.000,00	-25.893,55	99.106,45	99.106,20	0,25
Material de Consumo	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	25.000,00	-24.999,75	0,25	0,00	0,25
Outros S.Terc.-P.Juridica	10.000,00	797,86	10.797,86	10.797,86	0,00
Obrigações Tributárias e Contr	60.000,00	28.308,34	88.308,34	88.308,34	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	146.000,00	-98.707,98	47.292,02	47.291,74	0,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	146.000,00	-98.707,98	47.292,02	47.291,74	0,28
APLICAÇÕES DIRETAS	127.500,00	-93.234,98	34.265,02	34.265,02	0,00
Principal da dívida Contratual	127.500,00	-93.234,98	34.265,02	34.265,02	0,00
RPPS	18.500,00	-5.473,00	13.027,00	13.026,72	0,28
Principal da Divida Cont. RPPS	18.500,00	-5.473,00	13.027,00	13.026,72	0,28
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
A Classificar	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	83.000,00	-83.000,00	0,00	0,00	0,00
03003 - DEPARTAMENTO DE DIVISÃO, OBRAS	537.126,32	849.709,08	1.386.835,40	1.386.834,67	0,73
DESPESAS CORRENTES	260.613,00	1.028.483,12	1.289.096,12	1.289.095,39	0,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.939,00	395.612,45	486.551,45	486.550,98	0,47
APLICAÇÃO DIRETA	83.360,00	403.191,45	486.551,45	486.550,98	0,47
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	68.900,00	417.651,45	486.551,45	486.550,98	0,47
Obrigações Patronais	14.460,00	-14.460,00	0,00	0,00	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	7.579,00	-7.579,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	7.579,00	-7.579,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	169.674,00	632.870,67	802.544,67	802.544,41	0,26
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	30.000,00	-1.714,24	28.285,76	28.285,76	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
Contribuições	30.000,00	-1.714,24	28.285,76	28.285,76	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	139.674,00	634.584,91	774.258,91	774.258,65	0,26
Diárias - Civil	9.000,00	-7.750,00	1.250,00	1.250,00	0,00
Material de Consumo	85.409,00	216.907,53	302.316,53	302.316,43	0,10
Outros S.Terc.-P.Fisica	16.828,00	175.275,59	192.103,59	192.103,59	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	28.437,00	250.151,79	278.588,79	278.588,63	0,16
DESPESAS DE CAPITAL	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
INVESTIMENTOS	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	276.513,32	-178.774,04	97.739,28	97.739,28	0,00
Obras e Instalações	133.810,85	-63.041,57	70.769,28	70.769,28	0,00
Equip.e Material Permanentes	142.702,47	-115.732,47	26.970,00	26.970,00	0,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.013.705,60	-26.836,83	1.986.868,77	1.986.170,61	698,16
04001 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA	1.073.425,00	-72.916,25	1.000.508,75	999.867,04	641,71
DESPESAS CORRENTES	862.425,00	136.066,75	998.491,75	997.850,04	641,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	131.500,00	21.341,99	152.841,99	152.202,43	639,56
APLICAÇÃO DIRETA	122.700,00	18.585,18	141.285,18	140.648,85	636,33
Contratação por Tempo Determin	11.000,00	-11.000,00	0,00	0,00	0,00
Salário Familia	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	90.000,00	47.771,73	137.771,73	137.135,40	636,33
Obrigações Patronais	19.700,00	-16.186,55	3.513,45	3.513,45	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	8.800,00	2.756,81	11.556,81	11.553,58	3,23
Obrigações Patronais RPPS	8.800,00	2.756,81	11.556,81	11.553,58	3,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.925,00	114.724,76	845.649,76	845.647,61	2,15
APLICAÇÕES DIRETAS	730.925,00	114.724,76	845.649,76	845.647,61	2,15
Diárias - Civil	6.000,00	140,00	6.140,00	6.140,00	0,00
Material de Consumo	115.000,00	148.353,20	263.353,20	263.353,20	0,00
Material de Consumo	381.225,00	-241.194,74	140.030,26	140.028,40	1,86
Combustiveis e Lubrificantes A	60.000,00	80.755,49	140.755,49	140.755,49	0,00
Material para Manutencao de Ve	55.000,00	67.597,71	122.597,71	122.597,71	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	136.000,00	188.430,75	324.430,75	324.430,75	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	92.700,00	18.995,55	111.695,55	111.695,26	0,29
DESPESAS DE CAPITAL	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
INVESTIMENTOS	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	211.000,00	-208.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
Obras e Instalações	135.000,00	-135.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	76.000,00	-73.983,00	2.017,00	2.017,00	0,00
Equipamentos e Material Perman	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04002 - FUNDEB	906.357,60	13.054,79	919.412,39	919.355,94	56,45
DESPESAS CORRENTES	899.357,60	17.786,79	917.144,39	917.087,94	56,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	789.524,56	22.300,38	811.824,94	811.768,49	56,45
APLICAÇÃO DIRETA	718.794,56	36.507,89	755.302,45	755.301,26	1,19
Contratação por Tempo Determin	21.344,56	19.635,41	40.979,97	40.979,97	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	643.000,00	63.953,39	706.953,39	706.952,20	1,19
Obrigações Patronais	54.450,00	-47.080,91	7.369,09	7.369,09	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	70.730,00	-14.207,51	56.522,49	56.467,23	55,26
Obrigações Patronais - RPPS	70.730,00	-14.207,51	56.522,49	56.467,23	55,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.833,04	-4.513,59	105.319,45	105.319,45	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	109.833,04	-4.513,59	105.319,45	105.319,45	0,00
Material de Consumo	68.533,04	24.639,02	93.172,06	93.172,06	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	18.300,00	-17.518,61	781,39	781,39	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	23.000,00	-11.634,00	11.366,00	11.366,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
INVESTIMENTOS	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	7.000,00	-4.732,00	2.268,00	2.268,00	0,00
04003 - DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	33.923,00	33.024,63	66.947,63	66.947,63	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.923,00	6.833,07	40.756,07	40.756,07	0,00
Diárias - Civil	1.000,00	-350,00	650,00	650,00	0,00
Material de Consumo	13.923,00	5.561,57	19.484,57	19.484,57	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
Premiações cult.art.cient.desp	5.000,00	-3.390,00	1.610,00	1.610,00	0,00
Material de Distribuição Gratu	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	4.000,00	12.554,00	16.554,00	16.554,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	5.000,00	-2.542,50	2.457,50	2.457,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
Obras e Instalações	0,00	26.191,56	26.191,56	26.191,56	0,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.306.254,52	1.448.601,99	2.754.856,51	2.753.445,49	1.411,02
05001 - DIVISÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA	1.099.507,52	1.119.290,21	2.218.797,73	2.217.389,57	1.408,16
DESPESAS CORRENTES	1.046.507,52	1.089.696,63	2.136.204,15	2.134.795,99	1.408,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	428.593,00	837.331,77	1.265.924,77	1.264.520,76	1.404,01
APLICAÇÃO DIRETA	412.093,00	810.930,62	1.223.023,62	1.221.619,62	1.404,00
Contratação por Tempo Determin	140.400,00	350.309,05	490.709,05	490.709,05	0,00
Salário Familia	1.500,00	-1.500,00	0,00	0,00	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	223.300,00	436.591,29	659.891,29	658.487,29	1.404,00
Obrigações Patronais	46.893,00	25.530,28	72.423,28	72.423,28	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	16.500,00	26.401,15	42.901,15	42.901,14	0,01
Obrigações Patronais - RPPS	16.500,00	26.401,15	42.901,15	42.901,14	0,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	617.914,52	252.364,86	870.279,38	870.275,23	4,15
TRANSF.A INST.MULTIG.NACIONAIS	36.000,00	47.222,84	83.222,84	83.222,84	0,00
Contribuições	36.000,00	47.222,84	83.222,84	83.222,84	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	581.914,52	205.142,02	787.056,54	787.052,39	4,15
Diárias - Civil	4.000,00	1.475,00	5.475,00	5.475,00	0,00
Material de Consumo	336.943,52	49.119,61	386.063,13	386.062,52	0,61
Material de Consumo	165.971,00	-123.841,38	42.129,62	42.129,39	0,23
Combustiveis e Lubrificantes A	95.600,00	26.070,20	121.670,20	121.670,20	0,00
Generos de Alimentacao	30.000,00	-26.132,80	3.867,20	3.867,20	0,00
Material Farmacologico	58.623,52	27.430,28	86.053,80	86.053,80	0,00
Material Odontologico	20.000,00	15.501,68	35.501,68	35.501,68	0,00
Material de Expediente	28.000,00	-24.038,90	3.961,10	3.961,10	0,00
Material de Limpeza e Producao	10.000,00	-4.516,10	5.483,90	5.483,90	0,00
Material Laboratorial	20.000,00	-14.681,10	5.318,90	5.318,90	0,00
Material Hospitalar	24.000,00	-2.822,18	21.177,82	21.177,82	0,00
Material para Manutencao de Ve	25.043,00	23.201,00	48.244,00	48.243,49	0,51
Outros Materiais de Consumo	25.677,00	29.107,53	54.784,53	54.784,43	0,10
Material de Distribuição Gratu	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	45.000,00	113.878,23	158.878,23	158.878,23	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	20.000,00	174.510,56	194.510,56	194.507,25	3,31
DESPESAS DE CAPITAL	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
INVESTIMENTOS	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	53.000,00	29.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
Obras e Instalações	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00
Equip.e Material Permanentes	43.000,00	39.593,58	82.593,58	82.593,58	0,00
05002 - DIVISÃO DE VISITAS SANITARIA	45.827,00	329,57	46.156,57	46.155,41	1,16
DESPESAS CORRENTES	45.827,00	329,57	46.156,57	46.155,41	1,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.458,00	8.740,59	24.198,59	24.198,59	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	15.458,00	8.740,59	24.198,59	24.198,59	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	13.926,00	10.272,59	24.198,59	24.198,59	0,00
Obrigações Patronais	1.532,00	-1.532,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.369,00	-8.411,02	21.957,98	21.956,82	1,16
APLICAÇÕES DIRETAS	30.369,00	-8.411,02	21.957,98	21.956,82	1,16
Material de Consumo	13.369,00	-4.639,38	8.729,62	8.728,71	0,91
Outros S.Terc.-P.Fisica	9.000,00	1.287,36	10.287,36	10.287,36	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	8.000,00	-5.059,00	2.941,00	2.940,75	0,25
05003 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	160.920,00	328.982,21	489.902,21	489.900,51	1,70
DESPESAS CORRENTES	95.920,00	99.038,76	194.958,76	194.957,06	1,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.500,00	21.279,80	51.779,80	51.779,80	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	30.500,00	21.279,80	51.779,80	51.779,80	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	25.000,00	26.779,80	51.779,80	51.779,80	0,00
Obrigações Patronais	5.500,00	-5.500,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.420,00	77.758,96	143.178,96	143.177,26	1,70
APLICAÇÕES DIRETAS	65.420,00	77.758,96	143.178,96	143.177,26	1,70
Material de Consumo	35.420,00	-19.642,00	15.778,00	15.777,20	0,80
Outros S.Terc.-P.Fisica	15.000,00	-5.382,50	9.617,50	9.617,50	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	15.000,00	102.783,46	117.783,46	117.782,56	0,90
DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
INVESTIMENTOS	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
Obras e Instalações	65.000,00	229.943,45	294.943,45	294.943,45	0,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO,	217.350,00	277.312,81	494.662,81	494.659,26	3,55
06001 - DEPARTAMENTO DE TURISMO, CULTU	217.350,00	277.312,81	494.662,81	494.659,26	3,55
DESPESAS CORRENTES	159.350,00	250.873,84	410.223,84	410.220,95	2,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.767,00	86.176,00	148.943,00	148.943,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA	58.917,00	85.202,77	144.119,77	144.119,77	0,00
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	48.700,00	82.468,30	131.168,30	131.168,30	0,00
Obrigações Patronais	10.217,00	2.734,47	12.951,47	12.951,47	0,00
APLIC.DIR.DEC.DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃC	3.850,00	973,23	4.823,23	4.823,23	0,00
Obrigações Patronais - RPPS	3.850,00	973,23	4.823,23	4.823,23	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.583,00	164.697,84	261.280,84	261.277,95	2,89
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FIN	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	90.583,00	170.697,84	261.280,84	261.277,95	2,89
Diárias - Civil	3.000,00	1.715,00	4.715,00	4.715,00	0,00
Material de Consumo	45.021,00	44.312,87	89.333,87	89.333,85	0,02
Material de Distribuição Gratu	2.000,00	4.599,20	6.599,20	6.599,20	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	25.062,00	62.153,83	87.215,83	87.215,00	0,83
Outros S.Terc.-P.Juridica	15.500,00	57.916,94	73.416,94	73.414,90	2,04
DESPESAS DE CAPITAL	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
INVESTIMENTOS	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
APLICAÇÕES DIRETAS	58.000,00	26.438,97	84.438,97	84.438,31	0,66
Obras e Instalações	37.000,00	33.596,97	70.596,97	70.596,31	0,66
Equip.e Material Permanentes	21.000,00	-13.158,00	7.842,00	7.842,00	0,00
Aquisição de Imóveis	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
07 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL	68.965,47	10.338,65	79.304,12	78.408,13	895,99
07001 - PREV - PORTO	68.965,47	10.338,65	79.304,12	78.408,13	895,99
DESPESAS CORRENTES	58.965,47	20.338,35	79.303,82	78.408,13	895,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
APLICAÇÃO DIRETA	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil	10.965,47	-10.965,00	0,47	0,00	0,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.000,00	31.303,35	79.303,35	78.408,13	895,22
APLICAÇÕES DIRETAS	48.000,00	31.303,35	79.303,35	78.408,13	895,22
Aposentadorias e Reformas	15.000,00	9.271,68	24.271,68	24.271,68	0,00
Pensões	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciár	13.000,00	10.680,21	23.680,21	22.784,99	895,22
Salário Familia	5.000,00	-4.726,90	273,10	273,10	0,00
Material de Consumo	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Fisica	3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros S.Terc.-P.Juridica	2.000,00	29.078,36	31.078,36	31.078,36	0,00
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
Reserva Orçametaria do RPPS	10.000,00	-9.999,70	0,30	0,00	0,30
Total Geral:	5.927.278,91	2.964.058,29	8.891.337,20	8.374.935,46	516.401,74

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

ANEXO 11 - LEI Nº 4.320/64

TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA R$	DIFERENÇA R$
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS/ SUPLEMENTARES E EXTRAORDIN.	TOTAL		

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES							
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	142.255,70	346.694,88	(204.439,18)				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.703,00	184.591,60	(100.888,60)				
RECEITA PATRIMONIAL	119.233,00	168.392,00	(49.159,00)				
RECEITAS DE SERVIÇOS	10.526,00	0,00	10.526,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.027.147,53	8.214.923,24	(2.187.775,71)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.980,28	17.284,01	(5.303,73)				
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	89.000,00	0,00	89.000,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	272.782,00	477.120,00	(204.338,00)				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	71.235,00	119.647,59	(48.412,59)				
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMEI							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	11.190,00	12.096,24	(906,24)				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE							
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	(911.773,60)	(1.148.258,65)	236.485,05				
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	0,00	506.967,70	(506.967,70)				
				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	8.544.337,20	8.780.719,08	(236.381,88)
				CRÉDITOS ESPECIAL	347.000,00	102.787,87	244.212,13
				INTERFERÊNCIA FINANCEIRA		506.967,70	(506.967,70)
SOMAS	**5.927.278,91**	**8.899.458,61**	**(2.972.179,70)**	**SOMAS**	**8.891.337,20**	**9.390.474,65**	**(499.137,45)**
DÉFICIT	**2.964.058,29**	**491.016,04**	**2.473.042,25**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**8.891.337,20**	**9.390.474,65**	**(499.137,45)**	**TOTAL**	**8.891.337,20**	**9.390.474,65**	**(499.137,45)**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

Prefeitura Municipal de Porxoréu

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2010

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Municipal 54/2009 de 15/12/2009, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Atender ao Funcionamento dos Programas Sociais da Secretaria de Promoção Social,** do tipo Menor Preço por Lote.

A abertura das propostas será realizada em 08/04/2010, a partir das 08:30 horas, na sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu, a Av. Brasília, 809 Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Mais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado com a equipe de apoio. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site – www.poxoreu.mt.gov.br.

Poxoréu-MT, 23 de março de 2010.

Ildebrande Alves Barcelos
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 083/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.
CONTRATADA: DIFERENTE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA ANO/MODELO 2010 ZERO KM.
VALOR: R$ 82.900,00 (OITENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 60 (TRINTA) DIAS.
DATA: 09/03/2010.

LEÔNCIO VIEIRA DA SILVA FILHO
PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Querência

LICITAÇÃO PÚBLICA - NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Avenida Cuiabá, quadra 01, lote 09, Centro Administrativo Municipal, em Querência - MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, FERNANDO GORGEN, vem por meio desta

NOTIFICAR a empresa IVANETE BISSOLOTTI E CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a AV. Central, QD. 01, LT. 01, Setor D, neste Município, por meio de sua representante legal Sra. IVANETE BISSOLOTTI, do descumprimento da contratação celebrada entre as partes, em virtude da adjudicação da proposta ofertada pela notificada na licitação realizada por este Município, Pregão Presencial n. 001/2010, em 27/01/2010, nos termos da ata de julgamento constante nas folhas 356 a 382, do processo licitatório nº 001/2010, pelo fato de não ter efetivado a entrega dos bens até a presente data. Tal fato acarreta, nos termos do **item 16** do edital, a rescisão do contrato, com o cancelamento do fornecimento dos materiais, bem como a imputação de pena de multa correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta por dia de atraso até o limite de sete dias, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um período de doze meses (artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93).

IVANETE BISSOLOTTI E CIA LTDA - ME.
A/C - IVANETE BISSOLOTTI

Diante do exposto, e seguindo a regra do artigo 109, I, alíneas "e" e "f", da Lei nº 8.666/93, a partir da data de recebimento da presente, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para apresentação de justificativa de inadimplemento, cuja penalidade poderá ser relevada se ocorrente uma das hipóteses do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou, se inexistente tal justificativa, para o pagamento da multa acima expressa, sob pena de inscrição na dívida ativa do Município. A comprovação do pagamento da pena de multa ou a interposição de recurso nos termos do parágrafo 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, deverão ser efetivadas diretamente na Central de Licitações, situada no andar térreo do endereço acima descrito.

Querência – MT, 23 de março de 2010.

FERNANDO GÖRGEN
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/2010
PROCESSO: Nº. 007/2010 - PREGÃO: Nº. 005/2010

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Aparecido Marques Moreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Barão de Melgaço, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 4.371.305-1 SSP/PR e CPF sob n.º 608.532.399-91, e de outro lado as empresas REIFASA COMERCIAL LTDA, estabelecida a rua 10, Nº 775, Setor Pedro Ludovico, Cep: 74.820.285, Goiânia – G.O, neste ato representada por Cássia Pereira Pinto, CPF: 925.409.701-25; MEGA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, estabelecida a rua C, Nº. 159, Jardim América, Cep: 74.225-140, Goiânia – G.O, neste ato representada por Salma Padilha de O. Santos, CPF: 813.547.031-20; RJ HOSPITALAR LTDA, estabelecida a rua Pinheiros Chagas, QD: 160, LT 10, Setor Sudoeste, Cep: 74.303-035, Goiânia – G.O, representada por Orlando Lima da Silveira, CPF: 798.717.801-25, nas quantidades e valores estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisição de Medicamentos, Material Laboratorial, Material Hospitalar e Material Odontológico para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da *C.P.L*, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/ Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatório-contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do

recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/ faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatória não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatória der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 005/2010 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 22 de março de 2010.

KENIA SOARES SIMÕES
PREGOEIRA

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2010

REGISTRO DE PREÇOS – MATERIAIS DE EXPEDIENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, o RESULTADO da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando à aquisição de Materiais de Expediente para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esporte, Obras, Finanças, Administração, Gabinete, Assistência Social e Agricultura, realizada no dia 15 de março de 2010, às 14h00min, tendo por vencedor do certame a empresa V.F. DOS SANTOS LTDA.

Ribeirãozinho - MT, 15 de março de 2010.

Kênia Soares Simões
Pregoeira

Prefeitura do Município de RIBEIRAOZINHO -MT

Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010

Lote 9 - MATERIAL HOSPITALAR ODONTOLOGIA									
1	19826	FITA PARA AUTOCLAVE 19X30CM	4	UNIDADE	CREMER	R$	5,58	R$	22,32
2	19819	MOCHO COR VERDE AGUA BANCO GIRATORIO ASSENTO ESTOFADO Estrutura tubular redonda de 1" de diâmetro, aro para apoio dos pés, assento estofado madeirite com espuma revestido em courvin, altura regulável através de parafuso sem fim pés com ponteiras de borracha, pintura eletrostática após tratamento antiferrugem . MOD. OROTMED. 303....(*) (ASSENTO VERDE)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$	225,00	R$	225,00
3	19820	MESA AUXILIAR COM RODINHAS MESA AUXILIAR EM AÇO PINTADO Estrutura em tubos redondos, tampo e prateleira inferior em chapa de aço, com pintura eletrostática após tratamento anti ferrugem, pés com RODIZIOS de borracha. Dimensões; 40x40x80cm. MOD. ORTOMED. 700-1...(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$	150,00	R$	150,00
4	19821	FOTOPOLIMERIZADOR PORTATIL	1	UNIDADE	kondorteck	R$	571,00	R$	571,00
5	19822	AMALGAMADOR VIBRAMAT CAPSULAR	1	UNIDADE	kondorteck	R$	750,00	R$	750,00
6	19823	ALAVANCA RETA N 1	1	UNIDADE	golgran	R$	20,00	R$	20,00
7	19825	TESOURA CIRURGICA PONTA RETA	8	UNIDADE	golgran	R$	18,90	R$	151,20
8	19827	ESPELHO CLINICO COM CABO N5	10	UNIDADE	GOLGRAN	R$	5,00	R$	50,00
9	19828	SERINGA CARPULE DOBRAVEL C REFLUXO	10	UNIDADE	golgran	R$	40,00	R$	400,00
10	18367	CUBA 22X17 CM COM CAPACIDADE PARA 12 INSTRUMENTOS	1	UNIDADE	gol	R$	85,00	R$	85,00
11	18368	CUBA PARA ASSEPSIA REDONDA 8 CM E 160 ML	1	UNIDADE	golgran	R$	80,00	R$	80,00
12	19824	FORCEPS 17 18R 16	1	UNIDADE	golgran	R$	90,00	R$	90,00
13	19818	AUTOCLAVE 40 LITROS-Esterilizador tipo Autoclave com Câmara de esterilização em aço inoxidável » Operação fácil e automática » Permite a seleção de diferentes tempos de ciclo » Desaeração, saturação, esterilização, secagem e desligamento automáticos » Eficiente secagem do material, com opção de ciclos extras de secagem » Exclusivo sistema de tampa dupla em aço e inox laminados. Oferece maior resistência e segurança » Não necessita de tubulação para drenagem de água Controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através de manômetro/termômetro. » Produto resistente, com pintura eletrostática externa e interna » Utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor » Desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água » Diversos sistemas de segurança » Fácil instalação e manutenção CAPACIDADE 40 LITROS PESO : 42 KK	1	UNIDADE	STERMAX	R$	3.440,15	R$	3.440,15
14	18355	ESPELHOS INQUEBRAVEL GRANDE DE MAO	2	UNIDADE	GOLGRAN	R$	35,00	R$	70,00
15	18350	FOTOPLUS(ESPATULA TRANSPARENTE PARA CONDENSAR	1	UNIDADE	GOLGLAN	R$	36,25	R$	36,25
16	18339	CAIXA DE ALUMINIO P/ CIRURGIA C/ TAM 20X10X0,5 CM	1	CAIXA	golgran	R$	75,00	R$	75,00
17	18337	BANDEJA INOX 22X12X1,5 CM	1	UNIDADE	golgran	R$	80,00	R$	80,00
18	18324	Aparelho de Pressão Digital G-Tech Master BP3AF1-3- Aprovado pelo INMETRO - 5 Anos de Garantia- Aprovado pela sociedade brasileira de Cardiologia para Uso Profissional - Design Suíço. - Memória para 99 resultados com hora e data - Totalmente Automático - Medidor de pressão e pulsação - Medição no pulso - Precisão clinicamente comprovada de acordo com os Protocolos da AAMI (Associação Americana de Instrumentos) e da BHS (Sociedade Britânica de Hipertensão)	1	UNIDADE	glicomed	R$	318,75	R$	318,75
19	15816	ALMOTOLIA 250ML FRASCO	3	UNIDADE	J-PROLAB	R$	2,00	R$	6,00
20	14143	PINCA CLINICA P/ ALGODAO	10	UNIDADE	ABC	R$	8,75	R$	87,50
21	11981	SUG CLEAN 1000ML DFL	2	UNIDADE	DFL	R$	37,50	R$	75,00

22	11881	TOUCA DESC BRANCA	2	UNIDADE	DESCARPACK	R$ 9,11	R$	18,23
23	7434	SONDA EXPLORADORA NR 05	10	UNIDADE	GOLGLAN	R$ 22,00	R$	220,00
24	3589	OCULOS DE PROTECAO PLASTICO	1	UNIDADE	DANNY	R$ 8,60	R$	8,60
TOTAL DO LOTE : SETE MIL E TRINTA REAIS							R$	7.030,00
Lote 12 -MATERIAIS HOSPITALARES SALA DE ESTABILIZACAO								
1	19855	SUPORTE DE SORO FIXO, base em tripé com ponteiras de borracha, coluna em tubo de aço com 04 ganchos trifilados, altura máxima de 2.00 mtros, pintura epox com tratamento anti-ferrugem. MOD. ORTOMED. 229....(*)	2	UNIDADE	ORTOMED	R$ 126,10	R$	252,20
2	19845	DETECTOR DE BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS SONAR (DETECTOR FETAL)modelo 4001 Sonar para batimentos cardíacos fetaisátil Acompanha frasco de gel de contato Ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultra-som Ausculta cárdio-fetal a partir da 10a. semana Saída para fone de ouvido Acompanha fone de ouvido para ausculta individual Alta sensibilidade para ausculta coletiva Botão Liga/Desliga com regulagem de volume Acompanha estojo de couro sintético padrão na cor marrom Porta transdutor e encaixe para bateria na parte inferior do estojo Alimentação 02 baterias de 9 volts cada Freqüência 2,2 mhz Dimensões 45 x 85 x 190 mm Peso líquido de 500 gr Garantia 02 anos contra defeitos de	1	UNIDADE	medpej	R$ 458,90	R$	458,90
3	19847	ESFIGMOMANOMETRO DE PEDESTAL Hospitalar com rodízios Premium ANEIROIDE	1	UNIDADE	glicomed	R$ 465,40	R$	465,40
4	19849	LANTERNA CLINICA	1	UNIDADE	MISSOURI	R$ 74,10	R$	74,10
5	19850	LARINGOSCOPIO COM KIT ADUL E INF PADRÃO - LAMADAS 1,2 E3	1	UNIDADE	MISSOURI	R$ 607,10	R$	607,10
6	19851	MACA C/ RODAS REMOVIVEIS E RODAS C/ TRAVAS CARRO MACA PINTADO Estrutura tubular redonda, leito removível em chapa de aço, para choque de borracha, cabeceira regulável,rodas de 5" sendo duas com freio, pintura eletrostática após tratamento antiferrugem, dimensões; 195x60x80cm (comp./larg./alt.) MOD.ORTOMED 206-1....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 845,00	R$	845,00
7	19852	MESA AUXILIAR EM AÇO INOX P/ INTRUMENTAL Estrutura em tubos redondos, tampo e prateleira inferior em chapa de aço totalmente inoxidável, pés com RODIZIOS de borracha. Dimensões; 40x40x80cm. MOD. ORTOMED. 700-3.....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 429,00	R$	429,00
8	19854	NEGATOSCOPIO DE DOIS CORPOS PINTADO Estrutura em chapa de aço com pintura eletrostática após tratamento anti ferrugem, parte frontal em acrílico permitindo luminosidade uniforme, de mesa ou adaptável a parede, acompanha duas lâmpadas fluorescentes de 15Watts Dimensões 75x53x12cm (compxlargxalt) MOD. ORTOMED. 504....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 617,50	R$	617,50
9	19856	VENTILADOR DE TRANSPORTE ELETRONICO O Ventilador Pulmonar fixo ou portátil PR4-g foi desenvolvido com avançada tecnologia para uso em transortes intra e extra hospitalares, resgate Aeromédico ou Pronto Socorro. Com controle volumétrico e pressométrico, apresenta em tempo real, através de sua tela gráfica de LCD, a visualização de todos os parâmetros de leitura, manômetro digital de pressão da via aérea e gráfico de pressão por tempo. Possui ajustes de controles e alarmes no painel, de fácil operação, facilitando ao operador o controle dos parâmetros.	1	UND	LEISTUNG	R$ 12.563,20	R$	12.563,20

10	19857	FOCO CIRURGICO MOVEL modelo fa 2000 com 1 cupula e 3 lamapadas 45.00 watts :Composto de espelho especial óptico com fornecimento de luz fria, branca e uniforme, proporcionando um foco concentrado e sem sombras causadas pela interposição dos raios ou da cabeça do profissional. 01 cúpula com 03, 04, ou 06 bulbos, possibilitando assim maior visibilidade no campo operatório. Bulbos halógenos de 12v x 55 watts com luminosidade de 15.000 lux cada. Centralização do foco atarvés de manopla desenvolvida em alumínio anodizado, removível e autoclavável permitindo maior higienização e assepsia quanto ao manuseio do equipamento. Braço giratório com duas articulações permitindo melhor posicionamento de trabalho, construído totalmente em tubos	1	UNIDADE	medpej	R$ 6.903,00	R$ 6.903,00
11	19858	PRANCHA LONGA DE MADEIRA	1	UNIDADE	MARIMAR	R$ 390,00	R$ 390,00
12	19859	CILINDRO DE OXIGENIO PORTATIL 1,5M3 Descrição: Cilindro de aço sem costura, capacidade de 1500 litros de oxigenio. Dimensões: 74 cm de altura e 16,5 cm de diâmetro	1	UNIDADE	oxigel	R$ 2.210,00	R$ 2.210,00
13	19844	carro de emergencia, estrutura m chapa de aço pintado, rodas de 04"de diametro, 04 gavetas sendo uma p/ medicamentos,sup.de soro, tabua de massagem cardiaca,sup. de oxignio. med. aprox. 60x50x80 mod. ortomed. 224	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 2.557,10	R$ 2.557,10

14	19846	ESCADA C/ 02 DEGRAUS ESCADA DE DOIS DEGRAUS PINTADA COM PISO ANTI DERRAPANTE; Estrutura tubular redonda , piso em chapa de aço com revestimento em borracha anti derrapante e protegida por cinta e aço inoxidável, pintura eletrostática após tratamento anti ferrugem, pés com ponteiras de borracha. MOD. ORTOMED.	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 1,08	R$ 1,08
15	19853	MONITOR CARDIAC0 3 PARAMETROS (PNI, ECG E OXIMETRIA) Active XESP muliparametro	1	UNIDADE	ECAFIX	R$ 14.365,00	R$ 14.365,00
16	18521	ESTETOSCOPIO BIC DUPLO	1	UNIDADE	BIC	R$ 101,40	R$ 101,40
17	19848	HAMPER PINTADO ESTRUTURA: tubos redondos, pintura eletrostática após tratamento antiferrugem, saco de algodão cru, rodas de 3" termoplástico. MOD. ORTOMED. 750.....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 249,60	R$ 249,60
18	19843	DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR C/ MONITOR O Cardioversor HS-03, totalmente microprocessado, integra a monitoração cardíaca e a desfibrilação em uma unidade compacta e de fácil transporte, que opera com energia elétrica externa ou através da sua bateria própria. Opcionalmente pode oferecer também, a medição da saturação do oxigênio no sangue. Desenvolvido dentro dos mais altos padrões de qualidade, é um equipamento extremamente confiável, que possibilita a captação do ECG pelos eletrodos de monitoração e também pelos eletrodos de desfibrilação. Armazena energia de até 400 Joules, permitindo carga e descarga por tecla no painel de controle ou pelos eletrodos de	1	UNIDADE	ISTRAMED	R$ 20.280,00	R$ 20.280,00
19	6551	REFLETOR PARABOLICO FLEXIVEL Estrutura tubular redonda, pés em aço tipo tripé com rodizios, haste superior flexível em aço cromado, altura regulável, iluminação com lâmpada de cróica pintura eletrostática apões tratamento antiferrugem, 110 ou 220 volts. MOD. ORTOMED. 511....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 367,90	R$ 367,90
20	13405	ELETROCARDIOGRAFO PORTATIL 110/220V 50/60HZ ECG-6	1	UNIDADE	ECAFIX	R$ 6.549,40	R$ 6.549,40
21	19832	RESSUSCITADOR MANUAL INFATIL COM RESERVATORIO	1	UNIDADE	OXIGEL	R$ 175,06	R$ 175,06

22	19833	ARMÁRIO DE AÇO DE PAREDE Estrutura e duas portas em chapa de aço, 03 portas em chapa de aço, uma prateleira interna, puxadores nas portas. Med. aprox. 120x65x30. MOD. ORTOMED. 107-1.....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 607,10	R$ 607,10
23	19834	OXIMENTRO PORTATIL PLUMA P	1	UNIDADE	ECAFIX	R$ 4.150,90	R$ 4.150,90
24	19835	ASPIRADOR PORTATIL 5 LITROS	1	UNIDADE	INALAMED	R$ 2.080,00	R$ 2.080,00
25	19841	BOMBA DE INFUSAO MED PUMP-20- Características Técnicas: Operação simples, com orientações em display de cristal líquido alfanumérico. Programação para infusões parenterais e enterais. Dois modos de Programação: Vazão (ml/h) e Volume Total (ml) ou Volume Total (ml) e Tempo, com o cálculo automático da vazão. Alarmes sonoro e visual de oclusão ou fim de solução, fim de infusão, fluxo livre, ar no equipo, memória corrompida. Alarme de ar utiliza sensor por ultra-som. Função KVO (Keep Vein Open) Utiliza equipo específico com específico com seguimento de silicone controlado através de impressão da marca CELM e identificação do lote produzido, possibilitando a rastreabilidade do mesmo. Possui bateria interna recarregável Registro Ministério da Saúde: 80197030101	2	UNIDADE	CELM	R$ 4.117,10	R$ 8.234,20
26	19837	BANCADA C/ CUBA E ARMARIOS PIA VENTURE C/ GABINETE HBG	1	UNIDADE	VENTURE	R$ 1.835,60	R$ 1.835,60
27	19838	BANCO GIRATORIO ASSENTO ESTOFADO Estrutura tubular redonda de 1" de diâmetro, aro para apoio dos pés, assento estofado madeirite com espuma revestido em courvin, altura regulável através de parafuso sem fim pés com ponteiras de borracha, pintura eletrostática após tratamento antiferrugem . MOD. OROTMED. 303....(*) (ASSENTO VERDE)	1	UNIDADE	1	R$ 260,00	R$ 260,00
28	19839	COLAR CERVICAL (KIT C/ 4 TAMANHOS) COLAR REGULAVEL COM 4 POSIÇÕES.	1	UNIDADE	MARIMAR	R$ 120,90	R$ 120,90
29	19840	BIOMBO C/ 1 CORPO PINTADO	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 260,00	R$ 260,00
30	19836	BALDE C/ PEDAL lixeira em aço inoxidável modelo redonda com pedal com capacidade para 20 litros ROTAL	1	UNIDADE	ROTAL	R$ 253,50	R$ 253,50

31	13404	MESA DE MAYO PINTADA E BANDEJA INOX Estrutura tubular redonda pintada, haste, aro e bandeja em aço inox, altura regulável, pés com rodízios, pintura eletrostática após tratamento antiferrugem. MOD. ORTOMED 718-1.....(*)	1	UNIDADE	ORTOMED	R$ 335,40	R$ 335,40
32	19842	CAIXA BASICA DE INSTRUMENTAL CIRURGICO	1	UNIDADE	ABC	R$ 5.250,46	R$ 5.250,46
TOTAL DO LOTE : NOVENTA E TRÊIS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS							R$ 93.850,00
Lote - 13 MEDICAMENTOS HOSPITAL MUNICIPAL							
1	18594	METISULGATO DE NEOSTIGMINE 0,5 MG/ML (PROSTIGMINE)	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$ 0,69	R$ 69,00
2	18595	METRONIDAZOL 0,5 MG (100ML)	400	UNIDADE	EQUIPLEX	R$ 4,09	R$ 1.636,00
3	18596	MIDAZOLAN 15 MG (5 MG/ML)	100	UNIDADE	HIPOLABOR	R$ 0,85	R$ 85,00
4	18597	NITROPRUSSETO DE SODIO 25 MG/ML (NITROP)	30	UNIDADE	BIOLAB	R$ 7,15	R$ 214,50
5	18598	SULFADIAZINA DE PRATA BASTAO 50 GRAMAS	6	UNIDADE	PRATI	R$ 2,09	R$ 12,54
6	18599	NIFEDIPINA SUBLINGUAL 10 MG (COMPRIMIDO)	10	UNIDADE	MEDQUIMICA	R$ 2,32	R$ 23,20
7	18601	OMEPRAZOL 40MG	300	UNIDADE	ARISTON	R$ 3,77	R$ 1.131,00
8	18602	OXITOCINA 5 UI (SYNTOCINON)	150	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$ 0,94	R$ 141,00
9	18593	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML (METHERGIN)	400	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$ 1,23	R$ 492,00
10	18568	FUROSEMIDA 10 MG	200	UNIDADE	PHARLAB	R$ 0,30	R$ 60,00
11	18604	PENTOXFILIA 20 MG/ML	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$ 1,49	R$ 149,00
12	18600	NITROFURAZONA 2 MG/G	4	UNIDADE	PRATI	R$ 4,52	R$ 18,08
13	18592	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,125 MG (METHERGIN)	100	UNIDADE	BIOLAB	R$ 0,64	R$ 64,00
14	18585	LIDOCAINA SPRAY 10%	8	UNIDADE	CRISTALIA	R$ 32,70	R$ 261,60
15	18584	LIDOCAINA GEL	7	UNIDADE	HIPOLABOR	R$ 2,10	R$ 14,70
16	18576	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML (100ML)	120	UNIDADE	SOBRAL	R$ 0,88	R$ 105,60
17	18574	HEPARINA SODICA 5000UI/ML	60	UNIDADE	HYPOFARMA	R$ 13,04	R$ 782,40
18	18573	HEMITARTARATO DE METARAMINOL 10 MG/ML (ARAMIN)	50	UNIDADE	CRISTALIA	R$ 4,68	R$ 234,00
19	18572	HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1 MG/ML (ADRENALINA)	150	UNIDADE	HYPOFARMA	R$ 0,53	R$ 79,50
20	18569	GLICOSE 25 % 10 ML	300	UNIDADE	EQUIPLEX	R$ 0,16	R$ 48,00
21	18564	FITTOMENADIONA 10 MG/ML (KANAKION)	150	UNIDADE	HIPOLABOR	R$ 0,61	R$ 91,50
22	18567	FRUTOSE + ASSOCIACAO 10 ML (FRUTOPLEX)	1.200	UNIDADE	BUNKER	R$ 1,56	R$ 1.872,00
23	18566	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASA 4 MG/ML	1.200	UNIDADE	FARMACE	R$ 0,45	R$ 540,00

24	18606	PIRACETAM 200 MG/ML	50	UNIDADE	AVENTIS	R$	2,18	R$	109,00
25	18571	HALOPERIDOL 5 MG/ML	100	UNIDADE	TEUTO	R$	0,47	R$	47,00
26	18634	SULFATO DE MAGNESIO 50% 10ML	50	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,69	R$	34,50
27	18537	FENOBARBITAL SOD 200 MG (100MG/ML)	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	0,80	R$	80,00
28	3561	SORO GLICOSADO 5% 500ML	1.500	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	4,24	R$	6.360,00
29	19956	VITELINATO DE PRATA 10% (ARGIROL)	10	UNIDADE	ALLERGAN	R$	8,72	R$	87,20
30	19954	MARCAINA PESADA 5% C/V AMP 4 ML	100	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	2,75	R$	275,00
31	19952	CLORIDRATO DE PIPERIDOLATO 100MG + HESPERIDINA	10	CAIXA	AVENTIS	R$	13,00	R$	130,00
32	19951	CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA 10 MG COMP (INBINA) C/30	20	CAIXA	APSEN	R$	70,08	R$	1.401,60
33	19950	BROMOPRIDA 10MG/2M	300	UNIDADE	WASSER FARMA	R$	0,79	R$	237,00
34	18654	XYLESTESIN 20 ML	20	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	3,05	R$	61,00
35	18653	VITAMINA C	400	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,69	R$	276,00
36	18642	OZONY 2,5 ML	200	UNIDADE	GROSS	R$	4,20	R$	840,00
37	18641	TENOXICAM 40 MG (TILATIL)	300	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	8,80	R$	2.640,00
38	19955	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,125MG(METHERGIN) C/12	10	CAIXA	BIOLAB	R$	6,28	R$	62,80
39	18635	SULFATO DE MORFINA 0,2MG/ML	200	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,15	R$	230,00
40	18607	PIRACETAM 800 MG (COMPRIMIDO)	4	CAIXA	AVENTIS	R$	24,08	R$	96,32
41	18633	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG/ML	150	UNIDADE	ARISTON	R$	0,53	R$	79,50
42	18632	SULFATO DE GENTAMICINA 80 MG/ML	400	UNIDADE	NOVA FARMA	R$	0,34	R$	136,00
43	18631	SULFATO DE GENTAMICINA 20 MG /ML	300	UNIDADE	NOVA FARMA	R$	0,35	R$	105,00
44	18630	SULFATO DE AMICACINA 100 MG	150	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	0,45	R$	67,50
45	18629	SULFATO DE AMICACINA 500 MG	150	UNIDADE	ROYTON	R$	1,37	R$	205,50
46	18628	SUCCINATO SODIO DE HIDROCORTISONA 100 MG	200	UNIDADE	TEUTO	R$	0,96	R$	192,00
47	18627	SUCCINATO DE SODIO DE HIDROCORTISONA 500 MG	200	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	2,38	R$	476,00
48	18626	SUCCINATO SODIO DE CLORAFENICOL 1 G	150	UNIDADE	NOVA FARMA	R$	1,50	R$	225,00
49	18624	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	192	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	4,15	R$	796,80
50	18616	SOLUCAO DE GLICERINA 12% 500ML	30	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	4,56	R$	136,80
51	18615	SOLUCAO DE GELATINA 3,5 % 500 ML	20	UNIDADE	HALEX	R$	24,51	R$	490,20
52	18637	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5 MG/ML (BRYCANIL)	200	UNIDADE	GREENFHARMA	R$	2,64	R$	528,00
53	17952	SOLUCAO DE MANITOL 20% 500ML	50	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	9,20	R$	460,00
54	18479	CLORETO DE POTASSIO 15% 10 ML	200	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	0,20	R$	40,00

55	18477	CETOPROFENO 50 MG/ML	600	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,15	R$	690,00
56	18467	BUTILBROMETO DE ESCOPALAMINE SIMPLES 20 MG/ML	100	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,58	R$	58,00
57	18466	BUTILBROMETO DE ESCOPALAMINE 0,02/5ML DIPIRONA	700	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,68	R$	476,00
58	18465	BROMIDRATO DE FENOTEROL 20 ML	60	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	1,91	R$	114,60
59	18464	BROMETO DE IPRATROPIO 20 ML	60	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	0,74	R$	44,40
60	18461	BITARTARATO DE METARAMINOL 10MG/ML (ARAMIN)	50	UNIDADE	CRISTALIA	R$	5,00	R$	250,00
61	18460	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10ML	50	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,58	R$	29,00
62	18452	AMPICILINA 500MG	1.000	UNIDADE	NOVA FARMA	R$	0,75	R$	750,00
63	18449	AMINOLIFIA 24MG/ML	650	UNIDADE	NEO QUIMICA	R$	0,53	R$	344,50
64	18480	CLORETO DE SODIO 17,55% 10 ML	300	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	0,16	R$	48,00
65	18114	AGUA DEST 5ML	3.000	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	0,12	R$	360,00
66	18478	CETOROLACO DE TROMETAMINA (SUBLINGUAL) C/10	8	UNIDADE	GERMED	R$	17,88	R$	143,04
67	17948	ACET MEDROXIPROGESTERONA 150MG AMPOLAS	30	UNIDADE	E.M.S	R$	13,96	R$	418,80
68	16849	GLICOSE 50% 10ML	300	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	0,23	R$	69,00
69	14413	DEXAMETASONA 0,5 MG 120 ML	120	UNIDADE	SOBRAL	R$	1,14	R$	136,80
70	12774	CEFALOTINA 1G FRS	700	UNIDADE	CELLOFARM	R$	1,37	R$	959,00
71	11797	SORO RINGER 500ML S/ **LACTO**	240	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	3,80	R$	912,00
72	11796	SORO GLICOSADO 5% 125ML	600	UNIDADE	J.P	R$	3,26	R$	1.956,00
73	2409	AGUA DESTILADA 10ML	5.000	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	0,12	R$	600,00
74	3813	SORO FISIOLOGICO 0,9% **100ML**	576	UNIDADE	SANOBIOL	R$	3,22	R$	1.854,72
75	2772	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	1.500	UNIDADE	JP	R$	3,73	R$	5.595,00
76	18535	FENTOINA DE SODIO 5% 50MG/ML	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,04	R$	104,00
77	9959	SORO RINGER C/ LACTATO 500 ML	240	UNIDADE	EQUIPLEX	R$	4,03	R$	967,20
78	18275	ACIDO TRANEXANICO 250MG/ML AMP	100	UNIDADE	E.M.S	R$	3,99	R$	399,00
79	18498	CLORIDRATO DE RANITIDINA 25 MG/2ML	300	UNIDADE	CELLOFARM	R$	0,31	R$	93,00
80	18529	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG (PREMARIN)	5	CAIXA	WYETH	R$	18,90	R$	94,50
81	18523	DROPERIDOL 2,5MG/ML	180	UNIDADE	CRISTALIA	R$	6,29	R$	1.132,20
82	18520	DRAMIN B6 DL	120	UNIDADE	NYCOMED	R$	2,44	R$	292,80
83	18515	DIPIRONA SOD, CLORIDRATO DE ADIFENINA,CLORIDRATO INJ AMPOLAS	200	UNIDADE	E.M.S	R$	1,37	R$	274,00
84	18514	DIPIRONA SODICA 500MG/ML	1.500	UNIDADE	TEUTO	R$	0,30	R$	450,00
85	18510	DIMENIDRINATO 50MG/ML CLORIDRATO DE PIRIDPXINA 50MG	200	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,11	R$	222,00
86	18509	DICLOFENACO SODICO 75 MG/3ML	1.200	UNIDADE	TEUTO	R$	0,26	R$	312,00

87	18508	DIAZEPAN 5MG/ML	300	UNIDADE	SANTISA	R$	0,35	R$	105,00
88	18505	DESLANOSIDEO 0,2 MG (CEDILANIDE)	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,15	R$	115,00
89	18476	CEFTRIAXONE DISSODICA HEMIEPTABIDRATADA 1 GR	1.200	UNIDADE	NOVA FARMA	R$	1,48	R$	1.776,00
90	18499	CLORIDRATO DE TETRACAINA 1% CLORIDRATO DE POMADA	10	UNIDADE	ALLERGAN	R$	8,18	R$	81,80
91	18481	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30 MG/5ML (100ML)	120	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	1,22	R$	146,40
92	18497	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML (FERNEGAN)	200	UNIDADE	SANVAL	R$	1,06	R$	212,00
93	18485	CLORIDRATO DE CETAMINA 50MG/ML (KETALAR)	30	UNIDADE	CRISTALIA	R$	42,13	R$	1.263,90
94	18494	CLORIDRATO DE NALAXONA 0,4MG/ML (NARCAN)	50	UNIDADE	CRISTALIA	R$	7,96	R$	398,00
95	18493	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML	200	UNIDADE	GREENFHARMA	R$	0,35	R$	70,00
96	18492	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% ML S/ VASO CONSTRUTOR	200	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	2,54	R$	508,00
97	18491	CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA 5 MG/ML (INIBINA)	200	UNIDADE	BIOLAB	R$	9,96	R$	1.992,00
98	18489	CLORIDRATO DE ETILFRINA 10 MG/ML (EFORTIL)	200	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	0,83	R$	166,00
99	18488	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML	500	UNIDADE	TEUTO	R$	0,50	R$	250,00
100	18487	CLORIDRATO DE CLOPRAMAZINA 5MG/ML (AMPLICTIL)	500	UNIDADE	CRISTALIA	R$	0,99	R$	495,00
101	18495	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML (DOLOSAL)	100	UNIDADE	UNIÃO QUIMICA	R$	1,09	R$	109,00
102	18504	COMPLEXO B INJETAVEL	300	UNIDADE	HYPOFARMA	R$	0,76	R$	228,00
103	18483	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA + GLICOSE 8% PESADA 0,50%	100	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	3,00	R$	300,00
104	18482	CLORIDRATO DE AMIODARONA 5 MG/ ML	100	UNIDADE	HIPOLABOR	R$	1,04	R$	104,00
TOTAL DO LOTE : CINQUENTA E TRÊIS MIL E QUINHENTOS REAIS								R$	53.500,00

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT -
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010
DATA :12/03/2010
HORA :14:HS

MATERAILA CIRURGICO HOSPITALAR MUNICIPAL
LOTE :3

ITEM	QUNT	UND	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	P.UNT	P.TOTAL
1	50	UND	FRONHA E	SIZA	R$ 8,00	R$ 400,00
2	5	UND	FORRO PARA MESA	SEBRIO	R$ 29,91	R$ 149,55
3	15	UND	TRAVESSEIRO	NEQUEO	R$ 21,06	R$ 315,90
4	80	UND	ROUPA DE PARAMENTAÇÃO C.C	SEBRIO	R$ 41,54	R$ 3.323,20
5	50	UND	PROPE DE TECIDO	NEQUEO	R$ 4,53	R$ 226,50
6	50	UND	MASCARA DE TECIDO	SIZA	R$ 6,88	R$ 344,00
7	10	UND	LENÇOL DE BERÇO	SIZA	R$ 9,39	R$ 93,90
8	3	UND	CAMPO FENESTRADO	CIDRO	R$ 26,51	R$ 79,53
9	40	UND	TOALHA PARA O ROSTO	SIZA	R$ 9,86	R$ 394,40
10	20	UND	CAMPO SIRURGICO	SEBRIO	R$ 39,90	R$ 798,00
11	6	UND	AVENTAL SIRUGICO	SEBRIO	R$ 64,61	R$ 387,66
12	100	UND	LECOIS	SEDRO	R$ 3,80	R$ 380,00
13	20	UND	FORROS	SEDRO	R$ 12,38	R$ 247,60
14	40	UND	TOALHA DE BANHO	SIZA	R$ 22,89	R$ 915,60
15	6	UND	CAMPO P/ PEQUENA SIRUGIA	SEDRO	R$ 21,80	R$ 130,80
16	12	UND	LENÇOL DE BERÇO PEDIATRICO	SIZA	R$ 8,98	R$ 107,76

OITO MIL DUZENTOS NOVENTA QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS R$ 8.294,40

MATERIAIS ODONTOLOGICOS

LOTE :17

ITEM	QUNT	UND	DESCRIÇÃO DOAS PRODUTOS	MARCA	P.UNT	P.TOTAL
1	10	UND	ESPELHO CLINICO C/ CABO N.5	PHARMAINOX	R$ 7,95	R$ 79,50
2	10	UND	CARPULI (SERINGA C/ REFLUXO)	COLGRAN	R$ 68,59	R$ 685,90
3	4	UND	OTOSPORIM FRASCO C/10 ML	RIMED	R$ 34,40	R$ 137,60
4	1	UND	LUBRIFICANTE (OLEO SILICONADO P/CANETA DE ALTA	COLGRAN	R$ 40,49	R$ 40,49
5	4	UND	FLUOR GEL POPEX 1,23 % MORANGO 208G/200ML	DFL	R$ 7,90	R$ 31,60
6	8	UND	TESOURA CIRUGICA PONTA RETA 15CM (ROMBA)	GOLGRAN	R$ 49,90	R$ 399,20
7	4	UND	IONOMERO DE VIDRO R LIQ 8ML	SSWHITE	R$ 136,00	R$ 544,00
8	2	UND	MICROCUT (REFIL) 5 LIXAS 3032	TVD	R$ 64,40	R$ 128,80
9	1	UND	SABONETE CREMOSO ANT SEPTICO 100 ML	RIOQUIMICA	R$ 20,55	R$ 20,55
10	2	UND	CIMENTO D ZINCO LIQ 10 MIL E PO 28 GR	SSWHITE	R$ 134,00	R$ 268,00
11	1	UND	VERNIZ 10 ML	SSWHITE	R$ 26,85	R$ 26,85
12	1	UND	FOREPS 17 18R 16	GOLGRAN	R$ 74,14	R$ 74,14
13	1	UND	ALAVANCA RETA N.1	GOLGRAN	R$ 45,13	R$ 45,13
14	4	UND	MICROLHUSH ORIGIANAL REGULAR C/ 100	VIGODENT	R$ 28,36	R$ 113,44
15	2	UND	PAPEL CARBONO P/ ARTICULADO C/ 12 FOLHAS	SSPLUS	R$ 4,19	R$ 8,38
16	15	UND	COMPRESSAS DE GASES 7,5 X 7,5 GLEN 11 FIOS	M.B TEXTIL	R$ 11,13	R$ 166,95
17	6	UND	ADESIVO AGENTE DE UNIÃO MULTIUSO C/FLUOR	BIOQUIMICA	R$ 40,23	R$ 241,38
18	2	UND	LIGAS DE PRATA P/AMALGAMA	METALMS	R$ 92,20	R$ 184,40
19	3	UND	MERCURIO K-DENTE (MERCURIO VIVO 100 G	K-DENT	R$ 61,53	R$ 184,59
20	3	UND	COTOSOL 20 GR (ABTURADOR PROVISORIO) C/20	VIGODENT	R$ 26,56	R$ 79,68
21	1	CX	ALUMINIO P/ CIRUGIA C/ TAMPA 20X10X0 ,5CM	FAVA	R$ 92,05	R$ 92,05
22	4	UND	SOLUÇÃO EVIDECIADORA DE PLACA BACTERIANA	BIODINAMICA	R$ 16,57	R$ 66,28
23	10	UND	ANESTESICO MEPIVACINA 2% C/ VASO	DFL	R$ 88,21	R$ 882,10
24	4	UND	PASTA DE POLIMENTO P/RESINA (POLIGLOSS)	GRS TDV	R$ 82,13	R$ 328,52
25	5	UND	RESINA B1 4GR	GRS TDV	R$ 41,00	R$ 205,00
26	4	UND	PARAMONOROFENOL CANFORADA 20ML	BIODINAMICA	R$ 24,12	R$ 96,48
27	16	UND	LIXAS PARA AMALGAMA FINA	NOSUG	R$ 25,08	R$ 401,28
28	2	PCT	GESSO PEDRA ESPECAIL G4 TIPO IV 1KG	SSWHITE	R$ 39,21	R$ 78,42
29	2	PCT	GESSO TIPO III RIO AMARELO 1KG	SSWHITE	R$ 13,08	R$ 26,16
30	2	UND	ALGINATO ALGO GEL TIPO III 410 GRS	TECHNEY	R$ 27,02	R$ 54,04
31	10	CX	SEDA ODOT AGUL P/ SUTURA C/FIO DE SEDA	TECHNEY	R$ 59,35	R$ 593,50
32	40	UND	SUGADORES DESCARTAVEIS C/ 40 UND	SSPLUS	R$ 19,56	R$ 782,40
33	2	UND	MAXCUT (CONJUTA)	EDENTA	R$ 275,21	R$ 550,42
34	1	CX	CALLEN CURATIVO ENDODOTICO 2 X2,7	SSWHITE	R$ 72,50	R$ 72,50
35	2	CX	CERA CAIXA N.07 C/18	TECHNEY	R$ 16,18	R$ 32,36
36	3	UND	CLORI RIO 1% 1000 ML	KELLDRIN	R$ 13,50	R$ 40,50
37	4	UND	FRASCO DE HEMOSTOP 20 ML	RENER	R$ 43,82	R$ 175,28
38	6	UND	REISINA BR 4GR	FGM	R$ 35,61	R$ 213,66
39	6	UND	IONOMERO DE VIDRO R PO 10 GR	SSWHITE	R$ 49,29	R$ 295,74
40	5	UND	REISNA A3,5 4 GR	FGM	R$ 43,82	R$ 219,10
41	5	UND	RESINA A3 4GR	FGM	R$ 43,82	R$ 219,10
42	6	UND	RESINA A2 4GR	FGM	R$ 43,82	R$ 262,92
43	5	UND	RESINA C2 4GR	FGM	R$ 43,82	R$ 219,10
44	5	UND	SELANTES APMA SFA LIGHT 5ML	DFL	R$ 48,85	R$ 244,25
45	2	UND	PASTAS HERJES P/ PROFILAXIA DENTAL C/FLUOR	VIGODENT	R$ 18,89	R$ 37,78
46	4	UND	HIDROXIDO DE CALCIO HIDRO C -11GR CATALISADOR E 13	DENTSPLY	R$ 75,85	R$ 303,40
47	3	UND	IOMERO DE VIDRO F PO 10 GR	SSWHITE	R$ 110,00	R$ 330,00
48	3	UND	IONOMERO DE VIDRO F LIQ 13 ML	SSWHITE	R$ 110,00	R$ 330,00
49	2	CX	HEMOSPON ESPONJA 10 UM	TECHNEW	R$ 39,34	R$ 78,68
50	2	UND	CARIESTOP 12% 10 ML	BIODINAMICA	R$ 48,14	R$ 96,28
51	2	UND	RESINA B3 4GR	BIODINAMICA	R$ 53,12	R$ 106,24
52	2	UND	ENDOZIME PLUS 200 ML DFL	DFL	R$	R$

					91,10	182,20
53	3	LT	SOLUÇAO DE MILTON 1000 ML	ASFER	R$ 10,29	R$ 30,87
54	2	UND	TOUCA DESC BRANCA	EMBRAMC	R$ 15,17	R$ 30,34
55	5	UND	ANESTESICO TOPICO BENSOTOP	DFL	R$ 59,30	R$ 296,50
56	1	CX	FILME ODONT P/ RAIO X 31X41 C/ 100	INTRAORAL	R$ 25,66	R$ 25,66
57	3	UND	BANDA MATRIZ AÇO INOX 7MM INJECTA	INJECTA	R$ 6,90	R$ 20,70
58	3	UND	BANDA MATRIZ AÇO INOX 5MM INJECTA	INJECTA	R$ 6,90	R$ 20,70
59	6	CX	AGULHA GENG DESC CURTA 30G C/100	DFL	R$ 43,25	R$ 259,50
60	4	UND	FITA P/ AUTO CLAVE 19 X 30	CIEX	R$ 13,89	R$ 55,56
61	2	UND	PEDRA POMES EXTRA FINA 100G POTE	K-DENT	R$ 9,18	R$ 18,36
62	10	UND	SONDA EXPLORADORA NR 05	LILLENIUM	R$ 13,80	R$ 138,00
63	2	UND	SUG CLEAN 1000 ML DFL	DFL	R$ 52,97	R$ 105,94
64	6	UND	ACIDO FOSFORATO 37%SER 2,5 FGM	FGM	R$ 13,21	R$ 79,26
65	2	UND	FIXADOR ODONTOGICO 475 ML	KODAK	R$ 16,36	R$ 32,72
66	80	CX	LUVA PROCEDIMENTO TAM EP C/100	EMBRAMC	R$ 27,30	R$ 2.184,00
67	2	UND	REVELADOR ODONT 475 ML	KODAK	R$ 19,36	R$ 38,72
68	15	PCT	ALGODÃO ROLETE C/100	SSPLUS	R$ 16,34	R$ 245,10
69	2	LT	AGUA OXIGENADA 10V	RIOQUIMICA	R$ 6,93	R$ 13,86
70	4	UND	IRM KIT PO + LIQ	DENTSPLY	R$ 133,00	R$ 532,00
71	5	UND	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML	JP	R$ 6,55	R$ 32,75
72	2	UND	FIO DENTAL	SANIFILL	R$ 14,30	R$ 28,60
73	4	UND	EUGENOL 20 ML	BIODINAMICA	R$ 7,90	R$ 31,60
74	4	UND	PASTAS PROFILATICA	VIGODENT	R$ 13,87	R$ 55,48
75	6	CX	COTONETES	JHOSON	R$ 3,25	R$ 19,50
76	1	CX	LAMINA DE BISTURI N.15	SOLIDOR	R$ 18,44	R$ 18,44
77	3	UND	POLIMAX (POLIMENTO DE RESIANA)	DENTPLEY	R$ 140,15	R$ 420,45
78	8	LT	ALCOOL 70 % 1000 ML	J.FERS	R$ 3,80	R$ 30,40
79	2	UND	FORMOCRESOL	BIODINAMICA	R$ 17,89	R$ 35,78
80	2	UND	KIT PONTAS DE SILICONE P/ACABAMENTO DE RESINA	DENTSPLY	R$ 91,10	R$ 182,20
81	2	UND	SOLUÇÃO AQUOSA CLOREXIDIA 2% P/ ASSEPISIA	MAQUIRA	R$ 23,40	R$ 46,80
82	2	UND	PONTAS MONTADAS (SISTEMA DE POLIMENTO P/RESINA	VIGODENT	R$ 52,30	R$ 104,60
83	3	CX	MASCARA (EMBRAMAC)	ANADONA	R$ 14,30	R$ 42,90
84	2	UND	LIXAS P/ RESINA	NOSUG	R$ 17,75	R$ 35,50
85	1	UND	CUBA P/ ASSEPSIA RENDONDA 8 CM 160 ML	SUPORT	R$ 23,02	R$ 23,02
86	1	UND	CUBA 22 X 17 CM C/ SUPORTE P/ 12 INSTRUMENTOS	SUPORT	R$ 55,29	R$ 55,29
87	2	UND	PASTAS P/ DENTE ENDOCLOSTICOS DE DENTE DECIDUO	FGM	R$ 45,07	R$ 90,14
88	2	UND	PEDRAS ABRASIVEL	SLEBRE	R$ 5,10	R$ 10,20
89	4	UND	PROPILENO GLICOL 30 ML	AÇÃO	R$ 38,82	R$ 155,28
90	10	UND	PINÇA CLINICA P/ ALGODÃO	COLGRAN	R$ 13,41	R$ 134,10
91	1	IND	CUNHAS DE AMDEIRA	IODONTOSUL	R$ 31,23	R$ 31,23
92	2	UND	MAXICUT	EDENTA	R$ 270,00	R$ 540,00
93	3	UND	MOTOLIA 250 ML FRASCO	RIMED	R$ 5,25	R$ 15,75
94	2	UND	HIDROXIDO DE ALUMINIO CALCIO PA	HIDRO	R$ 14,57	R$ 29,14
95	1	UND	OCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	SAFETY	R$ 10,98	R$ 10,98
96	1	UND	BANDEIJA INOX 22 X 22 X1 ,5 CM	AÇONOX	R$ 85,00	R$ 85,00
97	1	UND	FOTOPLUS ESPATULA TRANPARENTE P/CNDENSAR	PRATA	R$ 11,86	R$ 11,86
98	4	UND	PASTAS P/ POLIMENTO DE ALMLGAMA	COTA	R$ 55,63	R$ 222,52
99	2	UND	ESPELHOS INQUEBRAVEL GRANDE DE MÃO	DENTSPLY	R$ 41,50	R$ 83,00
100	10	UND	LUVAS CIRURGICA ESTERIL TM 6,0	EMBRAMAC	R$ 1,21	R$ 12,10
101	2	UND	SOLUÇÃO BUCAL C/ CLOREXIDINA 0,12	PERIOPLAX	R$ 80,14	R$ 160,28

VALOR TOTAL: DESECETE MIL NOVECENTOS E CIQUENTA NOVE REAIS R$ 17.959,0

MATERIAIS SALA DE CURATIVOS

LOTE :18

ITEM	QUNT	UND	DESCRIÇÃO DSO PRODUTOS	MARCA	P.UNT	P.TOTAL
1	1	UND	ETER	RIOQUIMICA	R$ 27,79	R$ 27,79
2	200	UND	SORO FISIOLOGICO DE 100 ML	SEGUMENTA	R$ 6,90	R$ 1.380,00
3	500	UND	SORO GLICOSADO DE 500 ML	SEGUMENTA	R$ 6,90	R$ 3.450,00
4	12	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTOS EP	EMBRAMAC	R$ 26,10	R$ 313,20
5	12	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTOS M	EMBRAMAC	R$ 26,10	R$ 313,20
6	12	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTOS G	EMBRAMAC	R$ 26,10	R$ 313,20
7	4	CX	LUVAS DE PROCEDIMENTOS GG	EMBRAMAC	R$ 26,10	R$ 104,40
8	6	LT	SABONETE LIQ C/ GLICERINA	PHARMACIENCE	R$ 3,28	R$ 19,68
9	5	PCT	ALGODÃO DE 500 GR R	SOFTCONTON	R$ 7,94	R$ 39,70
10	8	CX	COTONETES C/ ANTIGERMES C/ 75 UM	JHONSON	R$ 3,10	R$ 24,80
11	18	PCT	ABAIXADORES DE LINGUA C/ 50	THEOTO	R$ 3,00	R$ 54,00
12	24	UND	MICROPORE DE 10 CM X 4,5 M	MISSINER	R$ 6,98	R$ 167,52
13	1	UND	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO	GMEDICA	R$ 1,10	R$ 1,10
14	8	UND	VIDROS DE DERSANE DE 60 ML	SANIPLAN	R$ 35,88	R$ 287,04
15	150	PCT	GAZES 7 ,5 x 7,5 13 FIOS	MB.TEXTIL	R$ 15,75	R$ 2.362,50
16	12	LT	ALCOOL 70 %	J.FERES	R$ 2,90	R$ 34,80
17	70	PCT	ATAD. DE CREPE 10 CM	MB.TEXTIL	R$ 4,96	R$ 347,20
18	12	UND	FITA P/ ESTERIZAÇÃO EM AUTOCLAVE	NISSENER	R$ 5,80	R$ 69,60
19	100	PCT	ATAD. DE CREPE 15 CM	MB.TEXTIL	R$ 5,68	R$ 568,00
20	100	UND	SERINGAS 5ML C/ AGULHA	EMBRAMAC	R$ 0,40	R$ 40,00
21	6	LT	POVIDINE TOP 1000 ML	RIOQUIMICA	R$ 14,55	R$ 87,30
22	7	PCT	PAPEL TOALHA 2 X 1	SUPREMA	R$ 7,19	R$ 50,33
23	2	CX	AGULHA DESC 20 X5,5 C/ 100	SOLIDOR	R$ 7,45	R$ 14,90
24	6	LT	DEGERMANTE	RIOQUIMICA	R$ 13,55	R$ 81,30
25	1000	UND	SORO FISIOLOGICO DE 500 ML	SEGUMENTA	R$ 5,59	R$ 5.590,00
26	5	UND	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250 ML	PROLAB	R$ 2,45	R$ 12,25
27	7	UND	PAPAINA GEL 3% CX / 5	CLIMAX	R$ 20,00	R$ 140,00
28	80	UND	POMADA DEXAMETASOANA DE 30 GM	PRATDONADUZ	R$ 5,60	R$ 448,00
29	150	UND	LAMINA DE BISTURI	SOLIDOR	R$ 20,00	R$ 3.000,00
30	12	UND	FITA ADESIVA TRANPARENTE	CREMER	R$ 4,00	R$ 48,00
31	180	UND	POMADA DE FIBRASE DE 60 MG	CISTALIA	R$ 27,00	R$ 4.860,00
32	8	UND	POMADA NITROFURAZONA DE 500 G	PRATDONADUZ	R$ 10,12	R$ 80,96
33	80	UND	POMADA COLAGENASE DE 60 MG	CRISTALIA	R$ 22,40	R$ 1.792,00
34	80	UND	POMADA NEOMICINA DE 60 MG	BUKNER	R$ 8,09	R$ 647,20
35	17	UND	ESPARADRAPO 10 X 4,5	NISSENER	R$ 6,45	R$ 109,65
36	6	UND	TERMOMETRO MERCURIO	INCOTERM	R$ 10,00	R$ 60,00

R$ 26.939,62

VINTE SEIS MIL NOVECENTOS TRINTA NOVE REAIS E CENSENTA DOIS CENTAVOS

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

DECRETO Nº012/2010
DATA: 01 DE ABRIL DE 2010.
SÚMULA: Declara Ponto Facultativo no Município de Santa Carmem- MT.

ALESSANDRO NICOLI , Prefeito Municipal de Santa Carmem , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

ART.1º- Fica Decretado Ponto Facultativo no Município de Santa Carmem-MT, no dia 01/04/10 (quinta-feira) aos órgãos públicos municipais .

ART.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM- ESTADO DE MATO GROSSO
Em, 01 DE ABRIL DE 2010.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

PORTARIA Nº 057/2010.
De 10 de Março de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CIRIO LUIZ DE SOUZA PARA O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA CATEGORIA "C" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, CIRIO LUIZ DE SOUZA, inscrito no RG nº 626.024 SSP-MT, emissão 03.07.1986 e CPF nº 786.633.501-04, ao cargo efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "C", regime de 40 (quarenta) horas semanais, direitos, deveres e vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2010 e Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, 10 de Março 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 059/2010.
De 15 de Março de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELIAS RODRIGUES BASTOS PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, ELIAS RODRIGUES BASTOS, inscrito no RG nº 1255113-9 SSP-MT, emissão 19/05/1997 e CPF nº 866.740.301-63, ao cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, direitos, deveres e vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2010 e Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, 15 de Março 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 060/2010.
De 15 de Março de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ROSANA FERREIRA BOTELHO PARA O CARGO EFETIVO DE RECEPCIONISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, ROSANA FERREIRA BOTELHO, inscrito no RG nº 2272376-5 SSP-MT, emissão 31/03/2008 e CPF nº 039.840.341-48, ao cargo efetivo de RECEPCIONISTA, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, direitos, deveres e vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2010 e Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, 15 de Março 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 061/2010.
De 15de Março de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE POLLYANA FERREIRA ANDRADE LIMA DE MORAES PARA O CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para a função de Coordenadora Pedagógica - Séries Iniciais (**Escola Municipal Três de Novembro**) a professora POLLYANA FERREIRA ANDRADE LIMA DE MORAES, inscrita no RG nº 1440333-1 SSP-MT, emissão 01/02/2000 e CPF nº 012.173.221-59.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 15 de Março de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

EDITAL DE CONVOCAÇAO 001/2010 - ADM
DE 24 DE MARÇO DE 2010

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/09 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

O **Secretário Municipal de Administração o Sr. SADI ANGHEBEN**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto municipal nº 899/10 da Prefeitura de Santa Terezinha-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. Ficam convocados para a posse e entrada em exercício nos respectivos cargos efetivos aos quais foram aprovados, e no interesse da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, os candidatos classificados, conforme consta do Anexo Único do Edital Complementar n° 001/2009 – 05, de 08 de março de 2.010.

AGENTE ADMINISTRATIVO

ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS
SANDRA MARIA DOS SANTOS
VANESSA FELIPE BATISTA DE OLIVEIRA
ROSIMEIRE FRANCISCA PEREIRA
SILVIA SOUZA ALVES
JACKSON LUCENA BONILHA

AGENTE DE SAÚDE

JARLLEY ALVES COSTA
FRANCISDALVA ARAUJO GOMES
WELLINGTON CALIXTODOS REIS
JHESSE JHANE DE SOUZA SILVA

COZINHEIRA DO HOSPITAL

IVALDETE ALVES PEREIRA STRUTZ

ASSISTENTE SOCIAL

MORGANA FONSECA BARROS

ENGENHEIRO AGRONOMO

ALLYSON DIEGO NUNES SANTANA

FAXINEIRA DO HOSPITAL

LEIDIANE FERNANDES MARTINS

FAXINEIRA DO PSF. URBANO

NELZELIA SANTOS COSTA

LAVADEIRA DO HOSPITAL

LUZIA ALVES DOS SANTOS

MERENDEIRA DA EDUCAÇÃO

WILMA DA SILVA TAVARES

MOTORISTA DE VEICULOS GRANDES

MILTON DA SILVA FERREIRA
JOSÉ LUIZ ALVES DA SILVA

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

EZEQUIAS NEVES DE SOUZA

OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

LAURIVAN VIEIRA DOS SANTOS

PROFESSOR DE CIÊNCIAS BIOLOGICAS

ANTONIO CÉLIO DA SILVA

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

SUELANDIA ARAÚJO RODRIGUES
LAILA TEREZA BEZERRA PIMENTEL
MÁRCIO PIRES DE PAULA

SERVIÇOS GERAIS

VANUZIA DOS SANTOS B. ANDRADE
GENEHI MORAES OLIVEIRA

TECNICO EM ENFERMAGEM

ANNIZABEL LUCENA BONILHA MORAES

TECNICO DE LABORATORIO

LUANDA PIRES OLIVEIRA

TECNICO EM RADIOLOGIA

ROZEMIRO DA SILVA TOCANTINS

VIGIA DA EDUCAÇÃO

ELISMAR FERRREIRA LEAL
EDIMILSON JOSÉ CARLOS JUNIOR
GLEDSON MORAIS RODRIGUES
RAIMUNDO NONATO RODRIGUES AMORIM

VIGIA GERAL

YVANILSON GOMES DA SILVA
MELLYSSA KARYNNY COELHO
LUCAS RAFAEL DE SOUZA
JOÃO COSTA
MATOS DE MELO CERQUEIRA

Art.2º. Os candidatos ora convocados na forma deste Edital deverão **comparecer ao Departamento Pessoal, sito à Rua: 25 s/n** em caráter de urgência, **no prazo de 30 dias**, a partir desta data **24 de MARÇO de 2010,** para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos

de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

Art.3º. Para tomada de posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar fotocópias autenticadas de toda documentação que comprove:
01- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Art. 12 e Art. 37, I da CF/88);
02- Estar em dias com as obrigações eleitorais para candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;
03- Escolaridade, através de certificado ou diploma conforme exigência do cargo;
04- Registro no Conselho da respectiva categoria, acompanhado de Certidão que comprove situação regular, quando tratar-se de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação da anuidade;
05- Idoneidade civil e criminal através de certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da Comarca onde reside;
06- Não haver infringido as leis constantes deste Edital **(Apresentar declaração);**
07- Não estar exercendo acúmulo ilegal de cargos públicos **(Apresentar declaração);**
08- Ter aptidão de sanidades física e mental para o exercício do cargo, comprovado por baterias de exames feitos por Junta Médica Oficial do Município;
09- Cédula de Identidade;
10- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
11-Cartão do PIS/PASEP;
12- Título Eleitoral **(com comprovante de votação da última eleição);**
13 02 (duas) fotos 3X4 colorida
14 - Comprovante ou Declaração de Endereço residencial.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo único. A jornada de trabalho será a que está definida no Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha – MT, em 24 de março de 2010.

SADI ANGHEBEN
Secretário de Administração
Portaria 002/09 - GP

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro

DECRETO Nº 010/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 802 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Massao Paulo Watanabe, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2010, um Crédito adicional Suplementar, no valor de R$ R$ 49.442,96 (quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos), destinados a atender a seguinte dotação orçamentária:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0.0- GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0.0.26.782.0054.2084 - CONTRIBUIR PARA MANUTENCAO DO CONSÓRCIO (CIDES AP)
3.3.71.41.00.00 - 999 - CONTRIBUICOES
R$ 49.442,96 (quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)

T O T A L R$ 49.442,96

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 fica parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

06.002.0.0- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.002.0.0.10.301.0017.2023 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SAUDE BUCAL
3.3.90.30.00.00 - 202 - Material de Consumo
R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
08.004.0.0- TRANSPORTES
08.004.0.0.26.782.0031.2063 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R$ 10.000,00 (dez mil reais)

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

10.001.0.0- GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
10.001.0.0.23.695.0036.2071 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica
R$ 16.442,96 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)
10.002.0.0- INDUSTRIA E COMERCIO
10.002.0.0.22.661.0038.2072 - REGULARIZACAO E INFRA-ESTRUTURA DO SETOR INDUSTRIAL
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R$ 8.000,00 (oito mil reais)

T O T A L R$ 49.442,96

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro - MT, 25 de janeiro de 2010.

Massao Paulo Watanabe
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 011/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 802 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Massao Paulo Watanabe, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2010, um Crédito adicional Suplementar no valor de R$ 166.792,52 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e dois reais e cinqüenta e dois centavos), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:
02 - GABINETE DO PEFEITO

02.001.0.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.0.0.04.122.0003.2006 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL
05.002.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE PROMOCAO E ASSITENCIA SOCIAL
05.002.0.0.08.243.0013.2019 - MANUTENCAO DA CASA TRANSITORIA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 700,00 (setecentos reais)
05.002.0.0.08.244.0012.2018 - MANUTENCAO E ENCARGOS DAS ACOES DO CRAS
3.1.91.13.00.00 - 999 - Obrigacoes Patronais
R$ 1.076,61 (um mil, setenta e seis reais e sessenta e um centavos)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

06.001.0.0 - GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE SAUDE
06.001.0.0.10.122.0015.2021 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE
3.3.90.36.00.00 - 201 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
06.002.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.002.0.0.10.301.0017.1024 - AQUISICAO DE VEICULO
4.4.90.52.00.00 - 201 - Equipamento e Material Permanente
R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
06.002.0.0.10.302.0018.2029 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS
3.1.91.13.00.00 - 202 - Obrigacoes Patronais
R$ 1.000,00 (um mil reais)
06.002.0.0.10.302.0018.2030 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO PRONTO ATENDIMENTO MEDICO
3.1.90.04.00.00 - 202 - Contratacao por Tempo Determinado
R$ 10.000,00 (dez mil reais)
06.003.0.0 - SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO
06.003.0.0.10.301.0021.2031 - MANUTENCAO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DE SANEAMENTO BASICO
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 3.703,40 (três mil, setecentos e três reais e quarenta centavos)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
07.003.0.0 - FUNDEB
07.003.0.0.12.361.0047.1034 - AQUISICAO DE VEICULOS - FUNDEB 40%
4.4.90.52.00.00 - 104 - Equipamento e Material Permanente
R$ 4.150,00 (quatro mil e cento e cinquenta reais)
07.003.0.0.12.361.0047.2040 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 40%
3.3.90.36.00.00 - 104 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 55.420,94 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e quatro centavos)
07.004.0.0 - CULTURA
07.004.0.0.12.392.0026.2051 - MANUTENCAO E ENCARGOS DAS ACOES DA CULTURA
3.3.90.30.00.00 - 999 - Material de Consumo
R$ 5.202,00 (cinco mil e duzentos e dois reais)
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 5.449,57 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 13.000,00 (treze mil reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.001.0.0 - GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.0.0.20.601.0032.2064 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 300,00 (trezentos reais)
09.002.0.0 - AGRICULTURA
09.002.0.0.20.601.0055.1074 - IMPLANTACAO DE SERINGUEIRAS EM PROPRIEDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES
3.3.90.39.00.00 - 301 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 59.140,00 (cinquenta e nove mil e cento e quarenta reais)

T O T A L R$ 166.792,52

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
03.001.0.0 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
03.001.0.0.04.122.0005.2010 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
3.3.90.30.00.00 - 999 - Material de Consumo
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 7.652,52 (sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 10.000,00 (dez mil reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
04.001.0.0 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.0.0.04.122.0007.2012 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANCAS
3.3.90.30.00.00 - 999 - Material de Consumo
R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL

05.001.0.0 - GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL
05.001.0.0.08.122.0010.2013 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.39.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

06.001.0.0 - GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE SAUDE
06.001.0.0.10.122.0015.2021 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE
3.3.90.39.00.00 - 201 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 10.000,00 (dez mil reais)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
07.001.0.0 - GABINETE DA SECREATRIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

07.001.0.0.12.361.0022.2035 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

3.3.90.30.00.00 - 101 - Material de Consumo
R$ 10.000,00 (dez mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 101 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

R$ 10.000,00 (dez mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
08.003.0.0 - OBRAS PUBLICAS
08.003.0.0.15.451.0030.2057 - MANUTENCAO E ENCARGOS DAS OBRAS PUBLICAS
3.3.90.36.00.00 - 999 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica

R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.002.0.0 - AGRICULTURA
09.002.0.0.20.601.0055.1074 - IMPLANTACAO DE SERINGUEIRAS EM PROPRIEDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES
3.3.90.30.00.00 - 301 - Material de Consumo
R$ 59.140,00 (cinquenta e nove mil e cento e quarenta reais)

T O T A L R$ 166.792,52

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro - MT, 01 de fevereiro de 2010.

Massao Paulo Watanabe
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 802 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Massao Paulo Watanabe, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município de São José do Rio Claro, Administração direta, Exercício de 2010, um Crédito adicional Suplementar no valor de R$ R$ 3.000,00 (três mil reais), destinados a atender a seguinte dotação orçamentária:

FUNÇÃO	NATUREZA	VALOR
11.001	3390.36.06.0000	3.000,00

Proj.0001.2112-Manutenção c/ Fundo Mun. Prev. Social-PREVIMUNI

11.001.09.272.0002.2082-3390.36.06.0000-Serviços Técnicos Profissionais.

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 fica parcialmente anulada a seguinte dotação orçamentária:

FUNÇÃO	NATUREZA	VALOR
11.001	3390.39.11.0000	3.000,00

Proj.0001.2112–Manutenção c/ Fundo Mun. Prev. Social-PREVIMUNI
11.001.09.272.0002.2082-3390.39.11.0000-Locação de Software

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro - MT, 01 de fevereiro de 2010.

Massao Paulo Watanabe
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA

Títulos	Previsão	Execução	Diferença
RECEITA ORCAMENTARIA	11.664.000,00	11.515.234,44	-148.765,56
RECEITAS CORRENTES	12.937.548,00	12.905.797,97	-31.750,03
RECEITA TRIBUTARIA	479.240,00	524.957,37	45.717,37
RECEITAS DE CONTRIBUICOES			
RECEITA PATRIMONIAL	60.000,00	60.523,97	523,97
RECEITA AGROPECUARIA			
RECEITA INDUSTRIAL			
RECEITA DE SERVICOS	30.137,00	28.645,38	-1.491,62
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.258.513,00	12.277.028,12	18.515,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.658,00	14.643,13	-95.014,87
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00		-100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ALIENAÇÃO DE BENS			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00		-100.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-1.373.548,00	-1.390.563,53	-17.015,53
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-1.373.548,00	-1.390.563,53	-17.015,53
Subtotal	11.664.000,00	11.515.234,44	-148.765,56
DÉFICIT TOTAL			
TOTAL	11.664.000,00	11.515.234,44	-148.765,56

DESPESA

Títulos	Fixação	Execução	Diferença
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.664.000,00	10.835.163,18	-828.836,82
CREDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	11.664.000,00	10.835.163,18	-828.836,82
CRÉDITOS ESPECIAIS			
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		622.219,80	622.219,80
CAMARA MUNICIPAL		622.219,80	622.219,80
Subtotal	11.664.000,00	11.457.382,98	-206.617,02
SUPERAVIT TOTAL		57.851,46	57.851,46
TOTAL	11.664.000,00	11.515.234,44	-148.765,56

GILBERTO MENDES LEONCINI
PREFEITO MUNICIPAL

JANIVAL MORAES PIAGEM
SECRETARIO DE FINANCAS

CARLOS DA SILVA PEREIRA
TEC CONTABIL CRC-MT 005163/O-1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			11.515.234,44	DESPESA EMPENHADA			10.835.163,18
RECEITA TRIBUTARIA		524.957,37		ADMINISTRACAO		2.330.310,26	
RECEITA PATRIMONIAL		60.523,97		ASSISTENCIA SOCIAL		494.207,51	
RECEITA DE SERVICOS		28.645,38		SAUDE		4.232.219,49	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		12.277.028,12		TRABALHO		115.139,15	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		14.643,13		EDUCACAO		2.658.301,78	
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA		-1.390.563,53		CULTURA		4.959,60	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS				DIREITOS DA CIDADANIA		45.429,00	
				URBANISMO		41.206,89	
				SANEAMENTO		23.248,20	
				AGRICULTURA		143.878,76	
				TRANSPORTE		718.639,91	
				DESPORTO E LAZER		27.622,63	
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			622.219,80
				CAMARA MUNICIPAL		622.219,80	
Total da Receita Orçamentária			**11.515.234,44**	**Total da Despesa Orçamentária**			**11.457.382,98**
EXTRA-ORCAMENTÁRIA				**EXTRA-ORCAMENTÁRIA**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES				CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			519.915,28	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			605.823,83
DEPOSITOS		515.229,78		DEPOSITOS		387.908,23	
CONSIGNAÇÃO BANCO PAULISTA	17.976,61			CONSIGNAÇÃO BANCO PAULISTA	10.907,27		
CONSIGNAÇÃO BANSICREDI	109.728,04			CONSIGNAÇÃO BANSICREDI	91.268,20		
I.N.S.S.	383.666,68			I.N.S.S.	282.198,96		
PENSOES ALIMENTICIAS	3.858,45			PENSOES ALIMENTICIAS	3.533,80		
CAUCOES		4.685,50		CAUCOES		4.685,50	
RECEBIMENTO DE CAUCAO TOMADA DE PREÇO 002	4.685,50			RECEBIMENTO DE CAUCAO TOMADA DE PREÇO 002	4.685,50		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			543.592,32	RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS		213.230,10	
DESPESAS A PAGAR - PROCESSADAS		508.679,93		RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADO	213.230,10		
DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		34.912,39		CANCELAMENTOS REALIZADOS			
CANCELAMENTOS REALIZADOS							
Total da Receita Extra-Orçamentária			**1.063.507,60**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**605.823,83**
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA			900,15	CAIXA			1.224,27
CONTAS MOVIMENTO			23.232,02	CONTAS MOVIMENTO			377.388,29
CONTAS VINCULADAS			956.189,84	CONTAS VINCULADAS			1.117.244,68
APLICACOES FINANCEIRAS				APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			**980.322,01**	**Total do Saldo para o Exercício Seguinte**			**1.495.857,24**
TOTAL DA RECEITA			**13.559.064,05**	**TOTAL DA DESPESA**			**13.559.064,05**

GILBERTO MENDES LEONCINI
PREFEITO MUNICIPAL

JANIVAL MORAES PIAGEM
SECRETARIO DE FINANCAS

CARLOS DA SILVA PEREIRA
TEC CONTABIL CRC-MT 005163/O-1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				**PASSIVO FINANCEIRO**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
DISPONIVEL				**RESTOS A PAGAR**			
Caixa	1.224,27			**Restos a Pagar 2001 - Proc.**	4.584,99		
Bancos Contas Movimento	377.388,29			**Restos a Pagar 2004 - Proc.**	10.260,35		
Bancos Contas Vinculadas	1.117.244,68	1.495.857,24		**Restos a Pagar 2005 - Proc.**	16.832,96		
REALIZAVEL				**Restos a Pagar 2006 - Proc.**	5.091,27		
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS				**Restos a Pagar 2007 - Proc.**	23.884,17		
DIVERSOS				**Restos a Pagar 2008 - Proc.**	33.774,77		
DEVEDORES DIVERSOS	7,80	7,80	1.495.865,04	**Restos a Pagar 2009 - Proc.**	508.679,93		
				Restos a Pagar 2009 - N.Proc.	34.912,39	638.020,83	
				DEPOSITOS			
				CONSIGNACAO BANCO PAULISTA	7.069,34		
				CONSIGNACAO BANSICREDI	17.506,19		
				I.N.S.S.	135.593,71		
				PENSOES ALIMENTICIAS	324,65		
				CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	3.893,68	164.387,57	802.408,40
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**1.495.865,04**	**TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO**			**802.408,40**
ATIVO PERMANENTE				**PASSIVO PERMANENTE**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CIRCULANTE				**DIVIDA FUNDADA**			
VALORES DIVERSOS				**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS**			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO							
CREDITOS							
DIVIDA ATIVA	301.646,51						
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS	4.834,03	306.480,54					
PERMANENTE							
BENS MOVEIS							
MOVEL	2.427.490,25						
BENS IMOVEIS							
IMOVEL	2.246.948,64						
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL							
BENS DE NATUREZA PECUARIA							
BENS DE NATUREZA AGRICOLA		4.674.438,89	4.980.919,43				
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**4.980.919,43**	**TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE**			
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**6.476.784,47**	**PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)**			**802.408,40**
SALDO PATRIMONIAL				**SALDO PATRIMONIAL**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*

Emitido em: às 13:53 Horas

Agili Softwares para Area Publica

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
				ATIVO REAL LIQUIDO			5.674.376,07
ATIVO COMPENSADO				**PASSIVO COMPENSADO**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS				CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO				BENS EM COMODATO			
GARANTIAS E VALORES				CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES				CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS				CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS				RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			
TOTAL DO ATIVO			6.476.784,47	TOTAL DO PASSIVO			6.476.784,47

GILBERTO MENDES LEONCINI
PREFEITO MUNICIPAL

JANIVAL MORAES PIAGEM
SECRETARIO DE FINANCAS

CARLOS DA SILVA PEREIRA
TEC CONTABIL CRC-MT 005163/O-1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			11.515.234,44	RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			11.457.382,98
RECEITAS ORCAMENTARIAS		11.515.234,44		DESPESAS ORCAMENTARIAS		10.835.163,18	
RECEITA TRIBUTARIA	524.957,37			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.951.862,12		
RECEITA PATRIMONIAL	60.523,97			OUTRAS DESPEAS CORRENTES	5.670.133,60		
RECEITA DE SERVICOS	28.645,38			INVESTIMENTOS	213.167,46		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.277.028,12			INTERFERENCIAS PASSIVAS		622.219,80	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.643,13			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	622.219,80		
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA	-1.390.563,53						
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**11.515.234,44**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**11.457.382,98**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
MUTACOES PATRIMONIAIS			198.188,46	MUTACOES PATRIMONIAIS			2.559,48
AQUISICAO/CONSTRUCAO DE BENS		198.188,46		LIQUIDACAO DE CREDITOS - P/ ENTR. RECURSOS		2.559,48	
BENS MOVEIS	183.288,46			COBRANCA DE CREDITOS	2.559,48		
BENS IMOVEIS	14.900,00						
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**198.188,46**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**2.559,48**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
INDEPENDENTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			13.111,94	INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAMENTARIA			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		13.111,94					
INSCRICAO DE CREDITOS	13.111,94						
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**13.111,94**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**11.726.534,84**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**11.459.942,46**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**266.592,38**
TOTAL GERAL			**11.726.534,84**	**Total Geral**			**11.726.534,84**

GILBERTO MENDES LEONCINI
PREFEITO MUNICIPAL

JANIVAL MORAES PIAGEM
SECRETARIO DE FINANCAS

CARLOS DA SILVA PEREIRA
TEC CONTABIL CRC-MT 005163/O-1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇAO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
Restos a Pagar 2007 - Não Processado						
Restos a Pagar 2001 - Processado	4.584,99					4.584,99
Restos a Pagar 2004 - Processado	10.260,35					10.260,35
Restos a Pagar 2005 - Processado	16.832,96					16.832,96
Restos a Pagar 2006 - Processado	5.091,27					5.091,27
Restos a Pagar 2007 - Processado	23.884,17					23.884,17
Restos a Pagar 2008 - Processado	247.004,87			213.230,10		33.774,77
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS -						
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS -						
R.P. de 2009 Nao Processados		34.912,39				34.912,39
R.P. de 2009 Processados		508.679,93				508.679,93
Subtotal:	**307.658,61**	**543.592,32**		**213.230,10**		**638.020,83**
DEPOSITOS						
CONSIGNACAO BANCO PAULISTA		17.976,61		10.907,27		7.069,34
CONSIGNACAO BANSICREDI	-953,65	109.728,04		91.268,20		17.506,19
I.N.S.S.	34.125,99	383.666,68		282.198,96		135.593,71
PENSOES ALIMENTICIAS		3.858,45		3.533,80		324,65
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	3.893,68					3.893,68
RECEBIMENTO DE CAUCAO TOMADA DE PRE¢O 00		4.685,50		4.685,50		
RECEBIMENTO DE CAUCAO TOMADA DE PRE¢O 00						
Subtotal:	**37.066,02**	**519.915,28**		**392.593,73**		**164.387,57**
Subtotal:	**344.724,63**	**1.063.507,60**		**605.823,83**		**802.408,40**
TOTAL	**344.724,63**	**1.063.507,60**		**605.823,83**		**802.408,40**
TOTAL GERAL	**344.724,63**	**TOTAL (b+c)**	**1.063.507,60**	**TOTAL (d+e)**	**605.823,83**	**802.408,40**

GILBERTO MENDES LEONCINI
PREFEITO MUNICIPAL

JANIVAL MORAES PIAGEM
SECRETARIO DE FINANCAS

CARLOS DA SILVA PEREIRA
TEC CONTABIL CRC-MT 005163/O-1

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DA ATA DE PP REGISTRO DE PREÇO 23/2010

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **23/2010**, teve as empresas: **empresa A empresa AGNEZINI & MEIRELES LTDA –ME foi vencedora nos códigos,**39427 R$ 12.300,00, código 38828 R$90.828,00, código 38826 R$ 5.919,00 código 38830 R$ 43.200,00 código 38834 R$ 35.552,00 código 38831 R$ 74.580,00 código 38832 R$ 29.930,00 código 38835 R$ 57.840,00 código 38825 R$ 42.496,74 PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ **392.645,74.A empresa AMPLA-CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, foi vencedora nos códigos** 38827 R$ 8.975,00 código 38833 R$ 7.475,00 código 38838 R$ 45.570,00 código 38837 R$ 27.000,00,PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ **89.020,00.** A empresa **G. F. LINS – ME foi vencedora nos códigos** 39254 R$ 12.000,00 código 38738 R$ 13.500,00 código 38739 R$ 18.750,00 ,PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **44.250,00.** Objeto: Serviços de Construção Civil. ADEMIR MILLER (Pregoeiro).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
EXTRATO DA ATA DE PP REGISTRO DE PREÇO 22/2010
O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **22/2010**, teve as empresas: **C. A. TRINDADE – ME, foi vencedora nos códigos** 34849 R$ 4.275,00, CÓDIGO 11357 R$ 1.800,00 CÓDIGO 38405 R$ 15.750,00 PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ **21.825,00.** Objeto: Aquisição de Gas. ADEMIR MILLER (Pregoeiro).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
EXTRATO DA ATA DE PP REGISTRO DE PREÇO 21/2010
O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **21/2010**, teve as empresas: **MARCO A. ROSA,** foi vencedora nos códigos, 40014 R$ 8.063,874 código 40009 R$ 51.608,727 código 40010 R$ 26.630,138 código 40011 R$ 22.996,974 código 40015 R$ 22.399,650código 40013 R$ 32.500,638, PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ **164.200,00.** Objeto: Limpeza Publica. ADEMIR MILLER (Pregoeiro).

Prefeitura Municipal de Sinop

DECRETO Nº 014/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Municipal a COMUNIDADE ESPERANÇA MARIA DE NAZARÉ DE ASSISTÊNCIA E AMPARO AS FAMÍLIAS CARENTES.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe a Lei Municipal nº 561, de 29 de setembro de 1999.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal a COMUNIDADE ESPERANÇA MARIA DE NAZARÉ DE ASSISTÊNCIA E AMPARO AS FAMÍLIAS CARENTES, inscrita no CNPJ sob nº 05.163.719/0001-67, com sede e foro no Município de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 038/2010

DATA: 23 de março de 2010
SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1277/2010;

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para atender as seguintes dotações:

11. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0015.2046– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.30.00.00.00.101 -Transf. a Estados e ao Distrito Federal R$ 3.500,00
(Três mil e quinhentos reais)
TOTAL R$ 3.500,00

Art. 2º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial os recursos provenientes da Anulação de Dotação conforme Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64.

11. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0015.2047– CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.101 -Aplicações Diretas R$ 3.500,00
(Três mil e quinhentos reais)
TOTAL R$ 3.500,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento

LEI Nº 508/97

DATA: 26 de dezembro de 1997
SÚMULA: Institui o Fundo Municipal de Saúde, dá outras providências e revoga a Lei 242/92 de 16/12/92.

ADENIR ALVES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPITULO I
SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde., que compreendem:

I - O atendimento à Saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;
II - a vigilância sanitária;
III - a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;

SEÇÃO I
DA VINCULAÇÃO DO FUNDO

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 3º - São atribuições do Prefeito Municipal:

I - nomear o coordenador do Fundo Municipal de Saúde.
II - assinar cheques com o responsável pela tesouraria.

SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I - gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;
II - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
III - submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IV - submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
V - subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;
VI - solicitar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
VII - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

SEÇÃO IV
DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art. 5º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;
II - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
III - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;
IV - encaminhar à contabilidade geral do Município:
a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas:
b) anualmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;
c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

V - firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
VI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde;
VII - providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômica-financeira geral do Fundo municipal de Saúde;
VIII - apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;
IX - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;
X - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior:
XI - manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XII - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

SEÇÃO V
DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 6º - São receitas do Fundo:

I - as transferências oriundas do Orçamento da Seguridade Social e do orçamento estadual, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII da Constituição Federal;

II - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

IV - o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código de Posturas Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V - as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI - doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função de cumprimento de programação;

II - de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

§ 3º - As liberações de receitas por parte do Município, conforme estipulado nos incisos IV e V deste artigo serão realizadas até no máximo o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que se efetivarem as respectivas arrecadações.

SUBSEÇÃO I
DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 7º - Constituem ativos do Fundo:

I - disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do município;

IV - bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;

V - bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.

SUBSEÇÃO II
DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 8º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

SEÇÃO VI
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art. 9º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

SUBSEÇÃO II
DA CONTABILIDADE

Art. 10 - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 11 - A contabilidade será organizada de forma e permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 12 - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SECÃO VII
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I
DA DESPESA

Art. 13 - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará a quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observando o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 14 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do executivo.

Art. 15 - A despesa do fundo Municipal de saúde se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela secretaria ou com ela conveniados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração

direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;

III - pagamento pela prestação de serviços e entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1º, art. 199 da Constituição Federal;

IV - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

SUBSEÇÃO II
DAS RECEITAS

Art. 16 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta lei.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 18 - As despesas previstas nessa Lei correrão a conta de dotações orçamentárias específicas abertas no Orçamento Municipal.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Nº 242/92, de 16/12/92.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 26 de dezembro de 1997.

Adenir Alves Barbosa
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1275/2010

DATA: 23 de março de 2010
SÚMULA: Dispõe sobre o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

JUAREZ ALVES DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Conselho Municipal de Cultura, órgão de deliberação colegiada e de assessoramento municipal nas questões relacionadas com a Política Municipal de Cultura.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Cultura é vinculado a Secretaria Municipal da Diversidade Cultural.

Art.2º. O Conselho Municipal de Cultura tem por objetivos:

I – oferecer mecanismos permanentes de cooperação das associações representativas da comunidade municipal, no planejamento, no acompanhamento e na execução da Política Municipal da Cultura;

II – promover a integração programática das agências governamentais locais, visando a sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

III – promover o entrosamento entre as atividades culturais do Município e as dos municípios vizinhos, visando a consolidação da política municipal de cultura de forma integrada em nível regional.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I – apreciar o Plano Municipal de Cultura de Sinop, no que se refere à Cultura, visando adequar suas metas às reais necessidades e aspirações da comunidade;

II – apreciar as proposições de produtores culturais em projetos culturais a serem apresentados ao Programa Municipal de Incentivo a Cultura;

III – apreciar os processos de encaminhamento de projetos culturais de acordo com os mais modernos procedimentos técnicos recomendados;

IV – apreciar e votar o acatamento do parecer técnico, regimentalmente apresentados pelas Comissões Temáticas do Conselho, atestando, de forma conclusiva, a viabilidade técnica, financeira e gerencial;

V – exercer vigilância e controle social sobre a execução das ações em andamento, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e investigando a eficácia social de seus resultados;

VI – induzir ações do governo municipal das agências governamentais, locais e da iniciativa privada, no sentido da busca constante da melhoria da qualidade de vida e da expressão cultural da população.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura será constituído por 10 (dez) membros titulares, com direito a voto e igual número de suplentes, conforme segue:

I - Do Poder Público

a) 03 (três) representantes do Poder Executivo;
b) 02 (dois) representantes do Poder Legislativo.

II - Dos Produtores Culturais

a) 05 (cinco) representantes dos artistas e produtores culturais.

Art. 5º. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º. Os representantes do Poder Executivo Municipal são de livre escolha do Prefeito.

§ 2º. Os representantes do Poder Legislativo serão indicados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 6º. O Secretário Municipal da Diversidade Cultural será o Presidente nato do Conselho, com direito a voz e voto de desempate.

Parágrafo único: Na primeira reunião do Conselho serão escolhidos o Vice-Presidente, o Secretário Executivo e as Comissões Temáticas.

Art. 7º. A participação no Conselho Municipal de Cultura será considerada como relevante serviço público e não será remunerada, sob nenhum aspecto.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Cultura reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I – Os membros do Conselho Municipal de Cultura serão substituídos caso faltem, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, no período de doze (12) meses;

III – Os membros do Conselho Municipal de Cultura poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Presidente do Conselho.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 10. As decisões do Conselho serão formalizadas através de resoluções lavradas em ata e devidamente assinadas por seus membros.

Art. 11. A Secretaria Municipal da Diversidade Cultural prestará todo o tipo de apoio técnico, administrativo e financeiro, necessário ao bom funcionamento do referido Conselho.

Art. 12. Os membros do Conselho Municipal de Cultura serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução ao cargo.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Nº558/99, de 13 de agosto de 1999.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1276/2010

DATA: 23 de março de 2010
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio de Cooperação Mútua com a Fundação Nova Chance - FUNAC, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP/ MT, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação Mútua com a Fundação Nova Chance - FUNAC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.490.144/0001-48, com sede na Rua Governador Jari Gomes, nº454, Jardim Boa Esperança, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, instituída pela Lei Complementar nº291, de 26 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. O convênio de que trata o *caput* será feito por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em conformidade com o Processo 57.6999/2009- SEJUSP/MT.

Art. 2º. O objetivo do presente Convênio de Cooperação Mútua é a absorção de mão-de-obra dos presos que se encontram em cumprimento de pena na Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira – "Ferrugem", para o desenvolvimento de atividades relativas à educação, qualificação profissional, trabalho e geração de renda e assistência social.

Art. 3º. A Cooperação Mútua de que trata a presente Lei, visa a ressocialização dos reeducandos, de modo a torná-los aptos às atividades sócio-produtivas, bem como, dotá-los de responsabilidades econômica, ética e social, minimizando os efeitos do encarceramento, possibilitando a remição de penas e reduzindo a reincidência criminal no Estado e, conseqüentemente no município de Sinop e região.

Art. 4º. Para cumprimento da presente Lei, compete Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP/MT, as seguintes responsabilidades:

I - selecionar, inicialmente, os presos dentre os que apresentarem melhor comportamento e que atendam ao disposto no art. 37 da Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal, para desenvolver a atividade laborativa conveniada;

II - submeter os escolhidos à avaliação psico-social pela direção e equipe técnica da Unidade Prisional Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira – "Ferrugem", que definirão os nomes daqueles que poderão participar nas atividades propostas;

III - apresentar a FUNAC o relatório mensal das atividades desenvolvidas pelos reeducandos, declarando os dias efetivamente trabalhados com a demonstração de "folha de freqüência", devidamente assinada pelo respectivo reeducando, para fins de remição de pena (art.126 da Lei 7.210/84) e pagamento da remuneração devida;

IV – orientar, acompanhar, controlar e fiscalizar o desenvolvimento do trabalho dos reeducandos/trabalhadores, através do serviço social e da direção da Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira – "Ferrugem", quando as atividades forem executadas internamente;

V - comunicar à FUNAC e à Vara de Execuções Penais quaisquer irregularidades e atos de indisciplina ocorridos no decorrer do trabalho;

VI – designar um servidor responsável ao acompanhamento, em conjunto com a FUNAC e a Prefeitura Municipal de Sinop, de todo o processo durante a vigência do convênio de que trata a presente Lei;

VII – controlar as atividades e os horários a serem cumpridos pelos reeducandos quando executados no Presídio, dando ênfase ao início e ao término do trabalho;

VIII – comunicar à FUNAC quaisquer anormalidades na ordem dos serviços decorrentes de atos do(s) reeducando (s);

IX - prestar orientação técnica em projetos de modo geral;

X – elaborar, validar e assinar, quando necessário, projetos com a FUNAC;

XI – exercer a fiscalização dos convênios assinados, acompanhando fielmente o cumprimento da execução traçada no Cronograma de Execução de Plano de Trabalho conveniado entre as partes.

Art. 5º. Fica à Fundação Nova Chance – FUNAC, a obrigatoriedade de:

I - oferecer aos reeducandos trabalho compatível com suas aptidões, respeitando-se suas limitações físicas, orgânicas e culturais, dentro das necessidades da Prefeitura Municipal de Sinop;

II – proceder ao treinamento específico conforme as peculiaridades que as atividades requeiram, visando o aprendizado, desenvolvimento e aprimoramento profissional dos reeducandos, atendendo as necessidades previstas no convênio;

III – executar fielmente as atividades pactuadas no Plano de Trabalho conveniado;

IV – desencadear os procedimentos indispensáveis para viabilizar a execução do disposto na presente Lei;

V – promover crédito de recurso financeiro, referente à sua contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido nos Planos de Trabalho;

VI – propiciar à Prefeitura Municipal de Sinop todos os meios necessários ao controle, acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Convênio de Cooperação Mútua disposto na presente Lei;

VII – aplicar e gerir os recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Sinop;

VIII – restituir à Prefeitura Municipal eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos provenientes das aplicações financeiras no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do respectivo Termo de Convênio de Cooperação Mútua;

IX- prestar contas mensalmente ou quando a Prefeitura assim solicitar;

X – observar nas aquisições e contratações as normas vigentes sobre os procedimentos licitatórios, inclusive nos casos de dispensa de inexigibilidade.

Art. 6º. À Prefeitura Municipal de Sinop compete:

I – desenvolver em conjunto com a FUNAC e a SEJUSP/MT os termos firmados nos Planos de Trabalho apresentados por ocasião da assinatura do Termo de Convênio de Cooperação Mútua;

II – repassar à FUNAC o pagamento mensal, conforme acordado entre as partes, após inspeção de qualidade feita pela Prefeitura Municipal de Sinop;

III – orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto pactuado;

IV – promover o repasse do recurso financeiro de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido;

V- monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Termo de Convênio de Cooperação Mútua, por meio de coordenadores designados pela Administração Pública Municipal;

VI – examinar e aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, quando houver, desde que não implique na mudança de objeto;

VII – examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos repassados, bem como da contrapartida quando houver.

Art. 7º. A remuneração da mão-de-obra dos reeducandos será repassada pela Prefeitura Municipal de Sinop à Fundação Nova Chance, em conformidade com o Decreto Estadual Nº1513, de 13 de agosto de 2008, que disciplina os procedimentos de contratação, remuneração e destinação de valores de mão-de-obra dos reeducandos do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O trabalho do reeducando não está sujeito ao regime de consolidação das Leis do Trabalho, não implicando vínculo empregatício, sendo regulamentado pela Lei de Execuções Penais, de acordo com o preconizado no §2º do Art. 28, isentando a Prefeitura Municipal de Sinop de qualquer recolhimento de contribuição trabalhista.

Art. 8º. Para a execução do Termo de Convênio de Cooperação Mútua previsto nesta Lei, os recursos destinados estarão estabelecidos conforme Plano de Aplicação, ou Plano de Trabalho, aprovado, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado, com respectiva descrição e justificativa do projeto;

II- período de execução, com respectiva definição de início e término;

III – cronograma de execução;

IV- plano de aplicação;

V – cronograma de desembolso.

Art. 9º. A prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Município à FUNAC , bem como os rendimentos apurados em aplicações financeiras, deverá ser realizada mensalmente, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, endereçado ao Prefeito Municipal, informando o valor e o período do qual se presta contas e o número da respectiva parcela;

II – cópia do plano de trabalho devidamente aprovado;

III – cópia do Termo de Convênio e suas alterações, quando houver;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros provenientes do Termo de Convênio de que trata a presente Lei;

V – extrato da aplicação financeira dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia autenticada dos documentos fiscais comprobatórios das despesas, contendo o número do Convênio, atestados e assinados;

VII – cópia autenticada dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

VIII – cópia autenticada do comprovante de recolhimento de saldo financeiro se houver somente para a prestação de contas final;

IX – demonstrativo da Execução da Receita e Despesa;

X – relação de pagamentos;

XI - relatório de Execução Físico - Financeiro;

XII – conciliação bancária;

XIII – relação de bens adquiridos ou produzidos com recursos do presente convênio;

XIV – relatório do cumprimento do objeto do convênio na prestação de contas final;

XVI – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis para a prestação de contas final.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1277/2010

DATA: 23 de março de 2010

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão da Modalidade de Aplicação em ação do Plano Plurianual, (Lei Municipal nº 1235/2009) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009); e abre um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 (Lei Municipal nº 1205/2009) destinado a custear despesas com Transferências de Recursos para o Estado – FUNDAÇÃO NOVA CHANCE - FUNAC, suplementado e reduzido se necessário, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a Modalidade de Aplicação "TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL" na Ação "2046 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL" do Plano Plurianual (Lei Municipal nº 1235/2009), bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009), para custear despesas com Transferências de Recursos para o ESTADO – Fundação Nova Chance - FUNAC, conforme anexos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado conforme Inciso II, do Artigo 41 da Lei nº 4.320/64, a abrir no orçamento para o presente exercício (Lei Municipal nº 1205/2009) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinado a atender despesas com Transferências de Recursos para Estado – Fundação Nova Chance - FUNAC, suplementada e reduzida se necessário, nos termos do Artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

11. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0015.2046– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.30.00.00.00.101 -Transf. a Estados e ao Distrito Federal R$ 3.500,00
(Três mil e quinhentos reais)
TOTAL R$ 3.500,00

Art. 3º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial os recursos provenientes da Anulação de Dotação conforme Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64.

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0015.2047– CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.101 -Aplicações Diretas R$ 3.500,00
(Três mil e quinhentos reais)
TOTAL R$ 3.500,00

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: CRIAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO EM AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Art. 16 I e Parágrafo 2º da LRF
FONTE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
2010 2011 2012
101 3.500,00 0,00 0,00
TOTAIS 3.5000,00 0,00 0,00
MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor a ser repassado para o Estado – Fundação Nova Chance - FUNAC.
Para 2011 e 2012: Se houver assinatura de novo convênio a previsão do valor a ser repassado, será atribuída a Transferência ao Estado nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF
Fonte de Recursos Valor Anual 2010
ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES – FONTE 999 - LOA/2010
11.0.1.0.0.0.12.361.0015.2047.3.3.90.00.00.00.101 3.500,00
TOTAL 3.500,00

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS

Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF

EVENTO: AUMENTO DA RECEITA
Fonte de Recursos 2011 2012

TOTAL 0,00 0,00
Se firmado novos convênios e conforme previsão de repasses para o Estado – Fundação Nova Chance - FUNAC, será atribuída a Transferência ao Estado nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012, observados o crescimento das receitas.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 23 de março de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretario Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: CRIAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO EM AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
Art. 16 I e Parágrafo 2º da LRF

FONTE	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2010	2011	2012
101	3.500,00	0,00	0,00
TOTAIS	3.5000,00	0,00	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor a ser repassado para o Estado – Fundação Nova Chance - FUNAC.
Para 2011 e 2012: Se houver assinatura de novo convênio a previsão do valor a ser repassado, será atribuída a Transferência ao Estado nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES – FONTE 999 - LOA/2010	Valor Anual 2010
11.0.1.0.0.0.12.361.0015.2047.3.3.90.00.00.00.101	3.500,00
TOTAL	3.500,00

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF
EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
TOTAL	0,00	0,00

Se firmado novos convênios e conforme previsão de repasses para o Estado – Fundação Nova Chance - FUNAC, será atribuída a Transferência ao Estado nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012, observados o crescimento das receitas.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 23 de março de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretario Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1278/2010

DATA: 23 de março de 2010
SÚMULA: Regulamenta no Município de Sinop o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:**

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 128 de 19 de Dezembro de 2008, criando a "Lei Geral Municipal da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Sinop - MT".

§ 1°. Aplica-se ao MEI todos os benefícios e prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

§ 2°. Entende-se por Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, todas as relacionas no Capítulo II, da Lei Complementar n° 123/ 2006.

Art. 2º . Esta Lei estabelece normas relativas:

I – Aos incentivos fiscais;

II – à inovação tecnológica e à educação empreendedora;

III – ao associativismo e às regras de inclusão;

IV – ao incentivo à geração de empregos;

V – ao incentivo à formalização de empreendimentos;

VI – unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

VII – criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;

VIII – simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive, com a definição das atividades de risco considerado alto;

IX – regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

X – preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

Art. 3º. Fica criado o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, às ME e EPP de que trata esta Lei, competindo a este:

I – Regulamentar mediante Resoluções a aplicação e observância desta Lei.

II – Gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei;

III – Coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que compõe a Sala do Empreendedor;

IV– Coordenar a Sala do Empreendedor que abrigará os Comitês criados para implantação da Lei.

Art. 4º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei será constituído por 15 (quinze) membros, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:

I - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

II - Secretaria Municipal de Agricultura;

III - Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Secretaria Municipal de Educação;

V - Câmara Municipal de Vereadores;

VI- Outras entidades públicas ou privadas com representatividade no município.

§ 1º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas será presidido pelo Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração, considerado membro-nato.

§ 2°. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência anual, a realizar-se preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, aí incluídos os outros Conselhos Municipais e os das micro regiões.

§ 3º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá uma Secretaria Executiva, à qual compete as ações de cunho operacional demandadas pelo Conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º. A Secretaria Executiva mencionada no parágrafo anterior será exercida por servidores indicados pela Presidência do Comitê Gestor.

§ 5º. O Município com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas e de sua Secretaria Executiva.

Art. 5º. Os membros do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão indicados pelos órgãos ou entidades a que pertençam e nomeados por Portaria do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º. Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois anos), permitida recondução.

§ 2º. Os representantes das Secretarias Municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas Pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.

§ 3º. O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º. As decisões e deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

SEÇÃO I

DA INSCRIÇÃO E BAIXA

Art. 6º. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§ 1º. Fica criado o Documento Único de Arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, contemplando a junção das taxas relacionadas à Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

§2º. O processo de registro do Microempreendedor Individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Art. 7º. Fica permitido aos optantes pela MEI o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, desde que não acarretem inviabilidade no trânsito, conforme Plano Diretor Municipal e legislação específica.

Art. 8º. Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo, inscrição municipal e prevenção contra incêndios, quando existirem, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art. 9º. A administração Pública Municipal criará em 06 (seis) meses, contados da publicação desta Lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

Parágrafo único. O banco de dados a que se refere o *caput* poderá ser substituído por iniciativa vinculada ao portal a ser criado pelo Comitê para Gestão da REDESIM.

Art. 10. Deverão ser observados os demais dispositivos constantes da Lei Complementar 123/06, da Lei n. 11.598/06 e das Resoluções do Comitê para Gestão da REDESIM.

SEÇÃO II
DO ALVARÁ

Art. 11. Fica instituído o "Alvará de Funcionamento Provisório" que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º. Para efeitos desta Lei considera-se como atividade de risco alto aquelas cujas atividades sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:
I – material inflamável;
II – aglomeração de pessoas;
III – possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;
IV – material explosivo;
V – outras atividades assim definidas em Lei Municipal.

§2º. O Alvará de "Funcionamento Provisório" será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

§3º. Poderá o Município conceder "Alvará de Funcionamento Provisório" para MEI, ME e para EPP desde que:

I – instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou
II – em residência do micro-empreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Art. 12. Fica criado o "Alvará Digital", caracterizado pela concessão por meio digital, de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

Parágrafo único. O alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 13. Da solicitação do "Alvará Digital", disponibilizado e transmitido por meio do site do município, ou ferramenta criada pelo Comitê para Gestão da REDESIM constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:
I – Nome do requerente e/ou responsável pela solicitação (contabilista, despachante e/ou procurador);
II – Cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata, no órgão competente e;
III – Termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município, ou em ferramenta "*on line*" correspondente.

Art. 14. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros aqueles que prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 15. A presente Lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Art. 16. O "Alvará Digital" será declarado nulo se:
I – Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
II – Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;
III – Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

SEÇÃO III
DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art.17. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada o Centro de Atendimento ao Empresário – CAE, com as seguintes atribuições:
I – Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;
II – Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;
III – Emissão do "Alvará Digital";
IV – Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;
V – Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na "Sala do Empreendedor".

§ 2º. Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da "Sala do Empreendedor", a Administração Municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

SEÇÃO IV
DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art.18. Caberá ao Poder Executivo Municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente lei, observadas as especificidades locais.

§ 1º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:
I - Residir na área da comunidade em que atuar;
II- Haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;
III - Haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º. Caberá ao Agente de Desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO III
DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 19. As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 20. A retenção na fonte de ISS das Microempresas ou das Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I – A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
II – Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual

de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III – Na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV – Na hipótese de a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V – Na hipótese de a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI – Não será eximida a responsabilidade do Prestador de Serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Dos Benefícios Fiscais

Art. 21. A título de beneficio fiscal poderá o Poder Executivo Municipal, no que couber e, por intermédio de Lei especifica, conceder incentivos fiscais à ME, à EPP, ao EI e à SPE - Sociedade de Propósito Específico.

Art. 22. Os benefícios previstos nesta Lei aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da mesma, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 23. Os prazos de validade das notas fiscais de serviços passam a ser os seguintes, podendo cada prazo ser prorrogado por igual período, se isso for requerido antes de expirado:

I – Para empresas com mais de 02 (dois) e até 03 (três) anos de funcionamento, 02 (dois) anos, contados da data da respectiva impressão.

II – Para empresa com mais de 03 (três) anos de funcionamento, 03 (três) anos, contados da data da respectiva impressão.

Art. 24. As ME e as EPP cadastradas com previsão de Prestação de Serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de Notas Fiscais de Serviço.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 25. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo Único. Consideram-se incompatíveis com esse procedimento as atividades a que se referem os incisos I a V do § 1º do Art. 11 desta Lei.

Art. 26. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 27. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art.28. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º. Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um Termo de Ajuste de Conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

§ 2.º Decorridos os prazos fixados no *caput* ou no termo de verificação, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO V
DA CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 29. Todos os serviços de consultoria contratados pela ME ou EPP e que tenham vínculo direto com seu objeto social ou com a capacitação gerencial ou dos funcionários terão a alíquota de ISSQN reduzidas a 2% (dois por cento).

CAPÍTULO VI
DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Seção I – Do Apoio à Inovação
Subseção I – Da Gestão da Inovação

Art. 30. O Poder Público Municipal criará a "Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação do Município", com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município, o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio às Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte.

Parágrafo Único. A Comissão referida no *caput* deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e de Secretaria Municipal que a Prefeitura vier a indicar.

SEÇÃO I
DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS
EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Subseção II – Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 31. O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de vários setores de atividade.

§ 1º. A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do Programa de Desenvolvimento Empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infra-estrutura.

§ 3º. O prazo máximo de permanência no programa será de 02 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica,

independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 02 (dois) anos mediante avaliação técnica.

§ 4º. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 32. O Poder Público Municipal poderá criar mini-distritos industriais, em local a ser estabelecido por Lei e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados.

Art. 33. O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de Parques Tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

§ 1º. Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração Direta ou Indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º. O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá:

I – Zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;
II – Fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

CAPÍTULO VII
DO ACESSO AOS MERCADOS

Art. 34. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do Município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 35. Para a ampliação da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações, a Administração Pública Municipal deverá:
I – Instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes, para identificar as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;
II – Padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para que adequem os seus processos produtivos;
III – Na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte; e
IV – estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

Art. 36. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II, do artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município ou região.

Art. 37. Exigir-se-á da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para habilitação em quaisquer licitações do Município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I - Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
II – Inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

Art. 38. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º. Na modalidade de Pregão, o intervalo percentual estabelecido no §1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5 % (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.

Art. 39. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
I – A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado, em seu favor o objeto;
II – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º. No caso de Pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 4º. Nas demais modalidades de Licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade licitante, e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válida para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.

Art. 40. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a Administração Pública Municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do Pregão Presencial.

Seção II
Estímulo ao Mercado Local

Art.41. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VIII
DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 42. A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos Empreendedores e das Empresas de Micro e Pequeno Porte, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou

suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 43. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como Cooperativas de Crédito, Sociedades de Crédito ao Empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, dedicadas ao Microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 44. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 45. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção no Município de Cooperativas de Crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 46. A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do Município, por meio das Secretarias Municipais competentes.

§ 1º. Por meio desse Comitê, a Administração Pública Municipal disponibilizará as informações necessárias aos Empresários das Micro e Pequenas Empresas localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º. Também serão divulgadas as Linhas de Crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3°. A participação no Comitê não será remunerada.

Art. 47. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município (conforme definido na Lei Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a micro-empreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.

CAPÍTULO IX
DO ACESSO À JUSTIÇA

Art. 48. O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às Empresas de Pequeno Porte e Microempresas o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 49. O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º. O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º. Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPITULO X
DO ASSOCIATIVISMO

Art. 50. O Poder Executivo incentivará Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra forma de Associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 51. Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 52. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às Cooperativas e Associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):

I – Estímulo à inclusão do estudo do Cooperativismo e Associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – Estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de Associações e Sociedades Cooperativas de Trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – Criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – Apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – Cessão de bens e imóveis do município.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. É concedido parcelamento, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, de responsabilidade da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até o ultimo mês de cada ano vigente.

§ 1º. O valor mínimo da parcela mensal será de R$ 30,00 (trinta reais).

§ 2º. Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º. O parcelamento será requerido na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos.

§ 4º. A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas é causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.

§ 5º. As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 54. Fica instituído o "Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento", que será comemorado em 05 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Nesse dia, será realizada Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 55. A Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais.

Art. 56. A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas Micro e Pequenas Empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas de específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 57. Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1279/2010

DATA: 23 de março de 2010
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a utilizar recursos humanos, materiais e maquinários na recuperação da estrada situada na Fazenda Missioneira, no município de Sinop.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos humanos, materiais e maquinários na recuperação da estrada situada na Fazenda Missioneira, localizada no município de Sinop.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 23 de março de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Sorriso

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2010

O Município de Sorriso – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Local) e às 09:00 horas (Horário de Brasília), do dia 08 de abril de 2010**, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso - MT, abertura do Pregão Presencial nº 039/2010, pelo menor preço para*:*

Lote 1: Aquisição de 60 Vacas Leiteiras conforme especificações previstas em edital.

Lote 2: Contratação de Carreta Boiadeira para realizar o transporte das referidas rezes.

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, durante o horário de expediente ou através do site www.sorriso.mt.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

Sorriso – MT, 23 de março de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro/ Prefeitura de Sorriso – MT

Prefeitura Municipal de União do Sul

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Peças Mecânicas para Veículos
Nº do Contrato: Nº 022/2010.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA. - **CNPJ:** 37.525.771/0007-06.
Objeto: Aquisição/fornecimento de Peças Mecânicas para Veículos da Municipalidade, Sendo: Lote 01 – Peças Mecânicas para Automóveis e Lote 02 – Peças Mecânicas para Caminhões e Ônibus, para atender diversas Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o corrente exercício financeiro de 2010, de conformidade com a descrição dos produtos no Termo de Referência - Anexo I do Edital da licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2010, na forma da proposta vencedora da referida licitação.
Valor: R$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), referente aos produtos descritos nos Lotes nºs 01 e 02, do Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, conforme proposta vencedora da Contratada.
Cód. Dotações Orçamentárias:
(68) 12.361.0028.2.038 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(128) 10.301.0020.2.023 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(140) 10.301.0026.2.031 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(282) 15.452.0013.2.013 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(227) 26.782.0014.2.014 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(246) 20.606.0009.2.009 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Vigência: Até 31/12/2010.
Data de assinatura: 23/03/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Luiz Antonio de Lara – pela Contratada.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Peças Mecânicas para Máquinas Rodoviárias.
Nº do Contrato: Nº 023/2010.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: IMPORCATE COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA. - **CNPJ:** 00.885.566/0004-90.
Objeto: Aquisição/fornecimento de Peças Mecânicas para Máquinas Rodoviárias da Municipalidade, Sendo: Lote 03 – Peças Mecânicas para Máquinas Rodoviárias (motoniveladora, retroescavadeira, pá-carregadeira, trator de pneus), para atender as Secretarias Municipais de: Obras, Viação e Serviços Urbanos, e Agricultura e Meio Ambiente, durante o corrente exercício financeiro de 2010, de conformidade com a descrição dos produtos no Termo de Referência - Anexo I do Edital da licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2010, na forma da proposta vencedora da referida licitação.
Valor: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), referente aos produtos descritos no Lote nº 03, do Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, conforme proposta vencedora da Contratada.
Cód. Dotações Orçamentárias:
(282) 15.452.0013.2.013 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(227) 26.782.0014.2.014 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(246) 20.606.0009.2.009 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
Vigência: Até 31/12/2010.
Data de assinatura: 23/03/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Márcio Amorim da Silva – pela Contratada.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Peças Mecânicas (Mangueiras, Conexões e Ferros).
Nº do Contrato: Nº 024/2010.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: ENORI DEONÍSIO LERNER – ME. - **CNPJ:** 10.364.653/0001-03.
Objeto: Aquisição/fornecimento de Peças Mecânicas para Máquinas Rodoviárias e Veículos da Municipalidade, Sendo: Lote 04 – Mangueiras, Conexões e Ferros, para atender as Secretarias da Administração Municipal, durante o corrente exercício financeiro de 2010, de conformidade com a descrição dos produtos no Termo de Referência - Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, na forma da proposta vencedora da referida licitação.
Valor: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), referente aos produtos descritos no Lote nº 04, do Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, conforme proposta vencedora da Contratada.
Cód. Dotações Orçamentárias:
(282) 15.452.0013.2.013 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(227) 26.782.0014.2.014 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(246) 20.606.0009.2.009 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Vigência: Até 31/12/2010.
Data de assinatura: 23/03/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Enori Deonísio Lerner – pela Contratada.

PORTARIA Nº 048/2010.
Data: 19/03/2010.

Nomeia funcionário para o cargo de Agente Oficial de Suporte Técnico.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto na Lei nº 294, de 29 de fevereiro de 2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, EDVAN APARECIDO MARTINS, portador do R.G. nº 1749911-9 SSP/MT e do CPF nº 031.331.821-29, para exercer o cargo em comissão de *Agente Oficial de Suporte Técnico*, categoria *AEST-04,* vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, percebendo para tanto vencimentos na forma do Anexo III, da Lei nº 294/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 19 de março de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2010.
Data: 22/03/2010.

Nomeia funcionário para o cargo de Agente Oficial de Suporte Técnico.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto na Lei nº 294, de 29 de fevereiro de 2008;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, ALEXANDRE LUÍS CANTELE ROMÃO, portador do R.G. nº 1606782-7 SSP/MT e do CPF nº 064.443.819-32, para exercer o cargo em comissão de *Agente Oficial de Suporte Técnico*, categoria *AEST-04,* vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, percebendo para tanto vencimentos na forma do Anexo III, da Lei nº 294/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 22 de março de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos

EXTRATRO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos através do Pregoeiro, torna público que por motivos superiores de ordem interna fica PRORROGADO as licitações na modalidade Registro de Preço conforme abaixo segue: Pregão - Registro de Preços 02/2010 com a abertura para o dia 24/03/2010 as 08:00 horas, Objeto aquisição de combustíveis, fica prorrogado para o dia 05/04/2010 no mesmo local e horário; Pregão - Registro de Preços 03/2010 com abertura para o dia 24/03/2010 as 10:00 horas, Objeto aquisição de Produtos alimentícios e limpeza fica prorrogado para o dia 05/04/2010 no mesmo local e horário; Pregão - Registro de Preços 04/2010 com abertura para o dia 25/03/2010 as 08:00 horas, Objeto aquisição de pneus fica prorrogado para o dia 05/04/2010 no mesmo local as 12:00 horas; Pregão - Registro de Preços 05/2010 com abertura para o dia 29/03/2010 as 08:00 horas, Objeto aquisição de Medicamentos fica prorrogado para o dia 06/04/2010 no mesmo local e horário; O Leilão 01/2010 com abertura para o dia 31/03/2010 as 10:00 horas Objeto Leilão de maquinas fica prorrogado para o dia 06/04/2010 no mesmo local e horário. Maiores informações pelo telefone (65) 3268-1066 ou 3268-1067, horário das 07:00 as 13: horas, Alberto da Silva Dourado Neto Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2010-
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL 1C, PARA ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, com realização prevista para o dia 07 de Abril de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Marcos José da Silva- Sec. Municipal de Administração.Várzea Grande-MT, 23 de Março de 2010.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2010

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PODADOR, ROÇADEIRA E MOTOSERRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, com realização prevista para o dia 07 de Abril de 2010, às 14h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 24 de Março de 2010. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro - Marcos José da Silva - Secretário Mun. de Administração

Prefeitura Municipal de Vera

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO TESTE SELETIVO DO PROGRAMA PETI
EDITAL Nº 001/2010

O Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

HOMOLOGAR

O resultado do Teste Seletivo em caráter temporário para o programa PETI, realizado de acordo com Edital nº 001/2010, conforme relação abaixo:

RESULTADO OFICIAL TESTE SELETIVO 001/2010
PROGRAMA PETI

MERENDEIRA

Classificação	Nome	Prova objetiva	Avaliação Psicológica	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Kelli A. de Oliveira	4,5	1,4	2	7,9	1º Aprovado
2	Marilei Brandt	4,5	0,8	2	7,3	1º Classificado
3	Francirene Silva	4	1,2	2	7,2	2º Classificado
4	Tereza R. Dos Santos	4	0,8	1,5	6,3	3º Classificado
5	Elicléia Ap. Mendes	4	0,8	1,5	6,3	4º Classificado
6	Fabiane A. Grabin	3	1	2	60	5º Classificado
7	Neide R. Lazzarotto	4	0,6	1	5,6	6º Classificado
8	Maria Ap. R. Barbosa	3,5	1	1	5,5	7º Classificado
9	Ilda M. Da Conceição	3	0,5	2	5,5	8º Classificado
10	Rógina dos Reis	2,5	0,8	2	5,3	9º Classificado
11	Sirléia S. Correia	3	0,6	1,5	5,1	10º Classificado
12	Edileuza N. A. Amaral	2,5	0,5	2	5	11º Classificado
13	Ninfa Neli T. Escobar	2	0,6	1,5	4,1	Desclassificado
14	Maria Ap. De Assunção	2	0,6	1,5	4,1	Desclassificado
15	Maria J. Gonçalves	2	0	1,5	3,5	Desclassificado
16	Lindalva Moreno	1,5	0,6	1	3,1	Desclassificado
17	Mirian P. Madruga	1	0,8	1	2,8	Desclassificado
18	Adriana R. dos Santos	1	0,8	1	2,8	Desclassificado
19	Iris R. S. De Oliveira	1	0,6	1	2,6	Desclassificado
20	Luzinete da S. Souza	1	0	1	2	Desclassificado
21	Eanes Alves de Oliveira	1	0	1	2	Desclassificado
	Jucinéia M. Passador	-	-	-	-	N COMPARECEU
	Cláudia de A. Silva	-	-	-	-	N COMPARECEU
	Silmara A. Ribeiro	-	-	-	-	N COMPARECEU

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome	Prova objetiva	Avaliação Psicológica	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Marcia Schwab	4,5	1,4	1,5	7,4	1º Aprovada
2	Kelly R. Destefany	4	1,2	2	7,2	1º Classificado
3	Tatiane Debastiani	4,5	0,7	2	7,2	2º Classificado
4	Julia de S. Viana	4,5	0,6	2	7,1	3º Classificado
5	Marivania C. Dos Santos	4,5	0,5	2	7	4º Classificado
6	Patricia F. Pukaleski	3,5	1,4	2	6,9	5º Classificado
7	Ivany T. Ferreira	4	0,8	2	6,8	6º Classificado
8	Cidinéia R. Barbosa	4	0,8	2	6,8	7º Classificado
9	Daiane de S. Ribeiro	4	0,8	2	6,8	8º Classificado
10	Rosangela G. Da Silva	3,5	1,2	2	6,7	9º Classificado
11	Lidiane R. Teixeira	4,5	1	1	6,5	10º Classificado
12	Eliene Rocha Pereira	4,5	0,8	1	6,3	11º Classificado
13	Creusa N. Xavier	3,5	0,8	2	6,3	12º Classificado
14	Antonia S. Mourão	4,5	0,8	1	6,3	13ºClassificado
15	Carmem L. Paim	3,5	0,6	2	6,1	14º Classificado
16	Sonia Ap. De Paula	3,5	0,6	2	6,1	15º Classificado
17	Lucinéia R. Valentin	4	1	1	6	16º Classificado
18	Andréia C. Canella	3	0,6	2	5,6	17º Classificado
19	Maria José da Silva	3,5	1	1	5,5	18º Classificado
20	Raiara T. C. Da Cunha	3	0,5	2	5,5	19º Classificado
21	Antonia R. Pinheiro	3,5	0,8	1	5,3	20º Classificado
22	Daise Ap. T. Dos Santos	2,5	0,8	2	5,3	21º Classificado
23	Patricia J. Marocco	2,5	1,2	1,5	5,2	22º Classificado
24	Luzia da S. Souza	2	1	2	5	23º Classificado
25	Maria Ap. Alfonso	3	0,8	1	4,8	Desclassificado
26	Rosa Nery M. Alfonso	3	0,5	1	4,5	Desclassificado
27	Elza Cardoso Teles	2,5	0,8	1	4,3	Desclassificado
28	Rosilene R. Da Silva	2,5	0,8	1	4,3	Desclassificado
29	Joceli de A. Meneses	2,5	0,6	1	4,1	Desclassificado
30	Jeiziane M. Pereira	2,5	0,6	1	4,1	Desclassificado
31	Ivanilde R. Rodrigues	2	1	1	4	Desclassificado
32	Alexssandra S. Da Silva Santana	2	1	1	4	Desclassificado
33	Elizabete de F. Teixeira	2,5	0,5	1	4	Desclassificado
34	Maria F. Dos Santos Marques	3	0	1	4	Desclassificado
35	Luciana Stahlschmidt	3	0	1	4	Desclassificado
36	Sonia S. Dos Santos	3	0	1	40	Desclassificado
37	Janice S. De Lima	2	0,8	1	3,8	Desclassificado
38	Maria S. M. Debastiani	2	0,5	1	3,5	Desclassificado
39	Elenilda M. Da Silva	2,5	0	1	3,5	Desclassificado
40	Maria das G. Santana	1,5	0,6	1	3,1	Desclassificado
41	Vanusa de F. S. Ribeiro	2	0	1	3	
42	Rosilene S. Da Silva	1	0,6	1	2,6	Desclassificado
43	Silvana Ap. F. Do Amaral	1,5	1	1	2,5	Desclassificado
44	Gema M. De Almeida	1,5	0	1	2,5	Desclassificado
45	Iraci dos S. Silva	1	0	1	2	Desclassificado
46	Loreni Ap. X. Da Rosa	1	0	1	2	Desclassificado
47	Zenilda S. Dos Santos	1	0	1	2	Desclassificado
48	Maria Ap. Rosa Gouvea	0	0,6	1	1,6	Desclassificado
49	Sirlene R. Barbosa	0	0,5	1	1,5	Desclassificado
50	Janete da Silva	1	0	0,5	1,5	Desclassificado
51	Eloiza N. A. de Oliveira	0,5	0	1	1,5	Desclassificado
52	Janete dos Santos	0	0	1	1	Desclassificado
53	Jandira Marocco	0	0	1	1	Desclassificado
54	Edimilda S. Fonseca	0,5	0	0,5	1	Desclassificado
55	Esterina M. R. L. Montoura	0	0	0,5	0,5	Desclassificado
56	Nilda Afonso Martins	0	0	0,5	0,5	Desclassificado
57	Maria Jose C. Da Silva	0	0	0,5	0,5	Desclassificado
58	Ivanilda A. Rodrigues	-	-	-	-	Não compareceu
59	Laura Patricio	-	-	-	-	Não compareceu
60	Jaqueline A. Martins	-	-	-	-	Não compareceu
61	Patrick W. Ventura	-	-	-	-	Não compareceu
62	Amabile Dutra	-	-	-	-	Não compareceu
63	Luzia F. dos Santos	-	-	-	-	Não compareceu
64	Edileuza V. Porfirio	-	-	-	-	Não compareceu
65	Marines Dal'Agnol	-	-	-	-	Não compareceu
66	Sueny F. Da S. Almeida	-	-	-	-	Não compareceu
67	Renata M. De Souza	-	-	-	-	Não compareceu
68	Mari Luci Gonçalves	-	-	-	-	Não compareceu
69	Margarida R. Oliveira	-	-	-	-	Não compareceu
70	Lucilene da L. Santos	-	-	-	-	Não compareceu

MONITOR PARA APOIO PEDAGÓGICO ESCOLAR COM PRÁTICA EM INFORMÁTICA:

Classificação	Nome	Prova objetiva	Avaliação Psicológica	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Célia Regina Sence	4	1	2	7	1º Aprovada
2	Solange Ap. Penafiel	2,5	1,2	2	5,7	1º Classificada
3	Marilza V. Da Silva	2	1,2	2	5,2	3º Classificada
4	Andrea Gomes Silva	2,5	0,8	0,5	3,8	Desclassificada
5	Aline Dias Santos	2	0	1	3	Desclassificada

MONITOR COM PRÁTICA EM ARTES (TEATRO E ARTESANATO)

Classificação	Nome	Prova objetiva	Avaliação Psicológica	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Sirley da Silva	4	1,1	2	7,1	1º Aprovada
2	Vera C. M. Pereira	3	1,1	2	6,1	1º Classificado
3	Franciele S. Morgado	2,75	1,1	1,5	5,35	2º Classificado
4	Leila V. B. Da Silva	2	1,1	1,5	4,6	Desclassificado
5	Alex F. Capelari	2	1,2	1	4,2	Desclassificado
6	Erenice S. Bordignon	1,4	0	2	3,4	Desclassificado
	Alessandra L. Nascimento	-	-	-	-	Não compareceu1

PROFESSOR DE RECREAÇÃO COM PRÁTICA EM CAPOEIRA

Classificação	Nome	Prova objetiva	Teste psicológico	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Valdinei R. Coelho	2,5	0,7	2	5,2	1º Aprovado
2	Renato de O. Martini	0	0	1	1	Desclassificado

PROFESSOR COM PRÁTICA EM DANÇA CONTEMPORÂNEA E BALÉ

Classificação	Nome	Prova objetiva	Teste psicológico	Entrevista Social	Total	Resultado
1	Simoni Depra	3,25	1,3	2	6,55	1º Aprovada
2	Daniele C. Teixeira	3,5	0,8	1,5	5,8	1º Classificada
3	Marcelo F. Ferreira	-	-	-	-	Não compareceu
4	Eliane M. Basso	-	-	-	-	Não compareceu

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA-MT, 23 DE MARÇO DE 2010.

Jussana Braganholo
Presidente Teste Seletivo 001/2010

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vila Rica

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Balanço Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas
Mês de Fevereiro 2010

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	27.011.132,00	3.366.220,69	-23.644.911,31	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTA	28.125.663,00	3.509.270,62	-24.616.392,38
RECEITA TRIBUTARIA	2.818.800,00	182.996,16	-2.635.803,84	CRÉDITOS ESPECIAIS	672.203,00	1.311,44	-670.891,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	42.678,78	-157.321,22	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	30.310,99	-19.689,01	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	0,00	172.957,04	172.957,04
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	978,22	978,22	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	172.957,04	172.957,04
RECEITA DE SERVIÇOS	200.000,00	42.547,95	-157.452,05				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.072.988,00	2.985.883,31	-20.087.104,69				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	669.344,00	80.825,28	-588.518,72				
RECEITAS DE CAPITAL	401.000,00	201.279,57	-199.720,43				
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	0,00	-1.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	201.279,57	-198.720,43				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.876.098,00	-395.517,31	2.480.580,69				
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIA	-2.876.098,00	-395.517,31	2.480.580,69				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00				
Soma	24.536.034,00	3.171.982,95	-21.364.051,05	Soma	28.797.866,00	3.683.539,10	-25.114.326,90
Déficits	4.261.832,00	511.556,15	-3.750.275,85	Superávits	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.797.866,00	3.683.539,10	-25.114.326,90	TOTAL	28.797.866,00	3.683.539,10	-25.114.326,90

VILA RICA, 24/03/2010

NAFTALY CALISTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSAFAT MORAES MACIEL
CONTADOR - CRC/MT 010419/O-0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.597.204,87	Despesa Orçamentária	496.596,17
RECEITA TRIBUTARIA	69.183,91	Despesas exceto Intra-orçamentárias	432.065,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.480,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.085,72
RECEITA PATRIMONIAL	14.342,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	375.448,23
RECEITA AGROPECUARIA	595,22	INVESTIMENTOS	4.872,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.571,64	AMORTIZACAO DA DIVIDA	659,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.435.248,51	Despesas Intra-orçamentárias	64.530,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.725,45	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.530,81
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	192.754,00		
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-201.697,48		
Receita Extra - Orçamentária	671.427,80	Despesa Extra - Orçamentária	975.722,93
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	9.127,87	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	54,48
CRÉDITOS A RECEBER	9.127,87	CRÉDITOS A RECEBER	54,48
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.127,87	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	54,48
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	645.433,65	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	889.189,93
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO (	496.596,17	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃ	494.096,17
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	496.596,17	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	494.096,17
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	148.837,48	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	395.093,76
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	145.286,79	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚL	1.900,00
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	3.550,69	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	307.439,86
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	16.866,28	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIC	85.753,90
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	16.866,28	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	86.478,52
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	16.866,28	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDID/	86.478,52
		PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	86.478,52
Saldos anteriores	3.954.924,13	Saldos atuais	4.751.237,70
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	318.622,07	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	320.215,38
BANCO C/ MOVIMENTO	1.516.333,86	BANCO C/ MOVIMENTO	1.715.980,72
BANCOS C/ VINCULADAS	2.119.968,20	BANCOS C/ VINCULADAS	2.715.041,60
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	6.223.556,80	Total	6.223.556,80

VILA RICA, 24/03/2010

NAFTALY CALISTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSAFAT MORAES MACIEL
CONTADOR - CRC/MT 010419/O-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. **NAFTALY CALISTO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Vila Rica – Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca a todos os interessados a participar de uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a realizar-se conforme cronograma:

Local	Data	Hora
Núcleo Escolar Santaninha	06/04	10:00
Núcleo Escolar Bom Jesus	07/04	10:00
Núcleo Escolar Aracaty	08/04	10:00
Vila Rica – Sede UNEMAT	12/04	19:00

Nesta audiência serão apresentadas e discutidas as propostas para a Lei Orçamentária Anual (LDO), para o exercício de 2011.

Vila Rica – MT., 17 de março de 2010.

Naftaly Calisto da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade

RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2010

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade torna público que a licitação realizada através da TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2010, para *aquisição de filtros e lubrificantes*, teve como vencedora a empresa ***ANDERSON GLAUCIO DE ANDRADE & CIA LTDA***, que teve o valor de R$ **168.925,08** (cento e sessenta e oito mil novecentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 17 de março de 2010.

GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA
PRESIDENTE DA C.P.L.

Consórcios Intermunicipais



ESTADO DE MATO GROSSO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.060.000,00	1.939.882,97	879.882,97	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.555.546,88	1.931.123,14	-624.423,74
RECEITAS CORRENTES	1.060.000,00	1.939.882,97	879.882,97	CREDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	2.515.546,88	1.891.123,14	-624.423,74
RECEITA PATRIMONIAL		6.675,79	6.675,79	DESPESAS CORRENTES	2.459.546,92	1.836.472,65	-623.074,27
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.060.000,00	1.932.940,37	872.940,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	160.000,00	126.939,32	-33.060,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		266,81	266,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.299.546,92	1.709.533,33	-590.013,59
				DESPESAS DE CAPITAL	55.999,96	54.650,49	-1.349,47
				INVESTIMENTOS	55.999,96	54.650,49	-1.349,47
				CREDITOS ESPECIAIS	40.000,00	40.000,00	
				DESPESAS CORRENTES	40.000,00	40.000,00	
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	40.000,00	
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CREDITOS EXTRAORDINARIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
Subtotal	1.060.000,00	1.939.882,97	879.882,97	*Subtotal*	2.555.546,88	1.931.123,14	-624.423,74
DEFICIT TOTAL	1.495.546,88		-1.495.546,88	SUPERAVIT TOTAL		8.759,83	8.759,83
TOTAL	2.555.546,88	1.939.882,97	-615.663,91	TOTAL	2.555.546,88	1.939.882,97	-615.663,91

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7

CTBS6800

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

Data: 31/12/2009
Hora: 13:51:58
Pag.: 001

ANEXO Nº 16 - DEMONSTRACAO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCICIO DE 2009

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

DIVIDA FUNDADA INTERNA												
AUTORIZACOES					SALDO ANTERIOR EM CIRCULACAO	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRICAO	PARCELAS Tot.	PARCELAS Pagas	DATA	VALOR EMISSAO		EMISSAO	ATUALIZACAO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
/	Sem Movimentacao			31/12/2007								
TOTAL												
TOTAL GERAL												

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7

ESTADO DE MATO GROSSO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento	28.199,40		
Bancos Contas Vinculadas	77.581,92	105.781,32	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			105.781,32
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**105.781,32**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
BENS MOVEIS	14.596,11		
VEICULOS	46.600,00	61.196,11	61.196,11
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**61.196,11**
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**166.977,43**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO	7.301.759,73		
GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			7.301.759,73
TOTAL DO ATIVO			**7.468.737,16**

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
Restos a Pagar 2009 - Proc.	71.150,00	71.150,00	
DEPOSITOS			71.150,00
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			**71.150,00**

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**71.150,00**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
ATIVO REAL LIQUIDO			95.827,43

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO	7.301.759,73		
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			7.301.759,73
TOTAL DO PASSIVO			**7.468.737,16**



ESTADO DE MATO GROSSO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO	PASSIVO

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7



ESTADO DE MATO GROSSO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA			1.939.882,97	DESPESA			1.931.123,14
RECEITAS CORRENTES		1.939.882,97		DESPESAS CORRENTES		1.876.472,65	
RECEITA PATRIMONIAL	6.675,79			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	126.939,32		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.932.940,37			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.749.533,33		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	266,81			INVESTIMENTOS	54.650,49		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**1.939.882,97**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**1.931.123,14**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
INCORPORACOES DE ATIVOS			54.650,49	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			
INCORPORACOES/AQUISICOES DE BENS		54.650,49		INCORPORACAO DE PASSIVOS			
AQUISICAO DE BENS MOVEIS	54.650,49						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**54.650,49**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
AJUSTES DE OBRIGACOES				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA				**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**1.994.533,46**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**1.931.123,14**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**63.410,32**
TOTAL GERAL			**1.994.533,46**	**Total Geral**			**1.994.533,46**

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7

CTBS6750 SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

Data: 31/12/2009
Hora: 13:52:09
Pag.: 001

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE
EXERCICIO DE 2009

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

TITULOS	SALDO DO EXERCICIO	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRICAO	RESTABELECIMENTO	BAIXA	CANCELAMENTO	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(a+(b+c)-(d+e))
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
R.P. de 2009 Nao Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.P. de 2009 Processados	0,00	71.150,00	0,00	0,00	0,00	71.150,00
Subtotal:	0,00	71.150,00	0,00	0,00	0,00	71.150,00
DEPOSITOS						
I.N.S.S.	0,00	9.084,44	0,00	9.084,44	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	3.716,96	0,00	3.716,96	0,00	0,00
I.S.S.Q.N.	0,00	70.551,16	0,00	70.551,16	0,00	0,00
Subtotal:	0,00	83.352,56	0,00	83.352,56	0,00	0,00
Subtotal:	0,00	154.502,56	0,00	83.352,56	0,00	71.150,00
TOTAL	0,00	154.502,56	0,00	83.352,56	0,00	71.150,00
TOTAL GERAL	0,00	TOTAL (b+c)	154.502,56	TOTAL (d+e)	83.352,56	71.150,00

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7



ESTADO DE MATO GROSSO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZONIA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			1.939.882,97
RECEITAS CORRENTES		1.939.882,97	
RECEITA PATRIMONIAL	6.675,79		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.932.940,37		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	266,81		
INTERFERENCIAS ATIVAS			
Total da Receita Orçamentária			**1.939.882,97**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			
CONSIGNACOES			83.352,56
DE TERCEIROS		9.084,44	
INSS	9.084,44		
DEMAIS SEGURADOS	9.084,44		
DO TESOURO MUNICIPAL		74.268,12	
IRRF DE TERCEIROS	3.716,96		
ISS	70.551,16		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAMENTARIA			71.150,00
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR		71.150,00	
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	71.150,00		
CREDORES, ENTIDADES E AGENTES			
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**154.502,56**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			4.645,55
BANCOS CONTA REGIME PROPRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			
BANCOS CONTA VINCULADA			21.225,94
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			**25.871,49**
TOTAL DA RECEITA			**2.120.257,02**

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
DESPESA			1.931.123,14
DESPESAS CORRENTES		1.876.472,65	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	126.939,32		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.749.533,33		
INVESTIMENTOS	54.650,49		
INTERFERENCIAS PASSIVAS			
Total da Despesa Orçamentária			**1.931.123,14**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			
CONSIGNACOES			83.352,56
DE TERCEIROS		9.084,44	
INSS	9.084,44		
DEMAIS SEGURADOS	9.084,44		
DO TESOURO MUNICIPAL		74.268,12	
IRRF DE TERCEIROS	3.716,96		
ISS	70.551,16		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
DEBITO DE TESOURARIA			
CREDORES, ENTIDADES E AGENTES			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**83.352,56**

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			28.199,40
BANCOS CONTA REGIME PROPRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			
BANCOS CONTA VINCULADA			77.581,92
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo para o Exercício Seguinte			**105.781,32**
TOTAL DA DESPESA			**2.120.257,02**

ANTONIO LUIZ CESAR DE CASTRO
PRESIDENTE DO CIDSPA

RODOLFO S. MARTINS DE FARIA
SECRETARIO EXECUTIVO

MILTON DOS SANTOS
CRC - MT 007876/0-7

EXTRATO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EDITAL DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2010

A Comissão Permanente de Licitação, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 09 de abril de 2010, às 9:00 horas, na sede do Consórcio, sito à Rua dos Estados, 657, B. Jd. Santa Maria em São José dos Quatro Marcos-MT, licitação na modalidade Tomada de Preço, destinada a selecionar a melhor proposta para a contratação de hora máquina tipo trator de esteira para reabertura da Rodovia MT-265. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo, na sede do Consórcio, no horário das 8 h às 11:00 horas, em dias úteis.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 24 de março de 2010.

DARIU ANTONIO CARNIEL

Presidente da CPL

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Balthazar Borges Barbosa
Atendimento:Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**